

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

RODRIGO PENNUTT DA CRUZ

**ASSENTADO E ASSENTADOS: formas de diferenciação entre agricultores no
Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)**

Niterói,
2013.

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

RODRIGO PENNUTT DA CRUZ

**ASSENTADO E ASSENTADOS: formas de diferenciação entre agricultores no
Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Linha de Pesquisa do Orientador: Mudança e Reprodução Social no Campesinato.
Projeto do Orientador: Sistema de produção sucroalcooleira: transformações sociais, agentes produtivos e trajetórias familiares.

Niterói,
2013.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C957 Cruz, Rodrigo Pennutt da.

Assentado e *assentados*: formas de diferenciação entre agricultores no Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ) / Rodrigo Pennutt da Cruz. – 2013.

132 f.

Orientador: Delma Pessanha Neves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2013.

Bibliografia: f. 107-111.

1. Assentamento rural. 2. Desigualdade social. 3. Reforma agrária. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Neves, Delma Pessanha. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 346.04676

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora – Dr^a. Delma Pessanha Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Leonilde Sérvolo de Medeiros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mário Grynzpan
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Eliane Cantarino O’Dwyer (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Miriam de Oliveira Santos (Suplente)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Para começar, agradeço aos meus pais: Lenilda Pennutt e José Cruz. Mesmo sem saberem, de fato, os motivos e resultados dos meus estudos, apostaram no meu trabalho e dedicaram-se de corpo e alma para a conclusão do mesmo. Agradecer não basta, mas mesmo assim, dedico este trabalho a estas duas pessoas que sempre apoiaram as minhas escolhas.

Aos assentados do P.A Che Guevara não só pela confiança que sempre me receberam, como também pelas amizades que construímos juntos ao longo dos anos. A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Ao apoio institucional que recebi para a realização deste trabalho: aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFF); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa.

A minha orientadora Delma Pessanha Neves, companhia constante desde a graduação. Grande professora e pesquisadora que me ensinou o ofício do antropólogo. Não tenho como, em poucas linhas, agradecer tudo que fez por mim ao longo desses anos, mas quero registrar minha gratidão, consideração e amizade que nutro por esta grande pessoa.

A Ana Costa, figura fundamental para realização desta pesquisa e principal colaboradora em Campos dos Goytacazes. Sem o seu apoio nunca conseguiria chegar até ao assentamento.

Aos professores Eliane Cantarino O’Dwyer e Jair Ramos. Leitores atentos do meu projeto de qualificação. Suas contribuições foram de extrema valia para a finalização desta dissertação.

A todos os pesquisadores e alunos do Observatório Fundiário Fluminense, local que pude iniciar minha vida acadêmica. Aproveito para agradecer a professora Ana Maria Motta Ribeiro pelo carinho e dedicação que sempre teve por mim.

A minha companheira de pesquisa Priscila Tavares dos Santos. Companhia constante em todos os momentos de pesquisa e fiel leitora de meus trabalhos. Agradeço muito pela colaboração e amizade. Também agradeço a Livia Tavares Fróes e Tomás Melo.

A Thaís Ferreira Rodrigues, amiga para a vida inteira! Sua amizade mais do que sincera sempre foi e será um ponto de escape para minhas angústias e incertezas.

Obrigado por fazer parte da minha história e por ser minha companheira mais do que constante. Agradeço também aos amigos Fabrício Cardoso de Mello e Patrícia Freire. Amigos desde a graduação e que o tempo e a distância não foram suficientes para nos separar.

Aos colegas de mestrado, em especial Daniel Antônio Cruz, Adriana Xerez, Natália Rodrigues, Luíza Aragon e Pedro Fandiño.

E por fim, mas não por último, a minha segunda família: Felipe Alcântara, Fábio Bottrel e Verônica Dutra. Amizade sincera construída ao longo dos anos e grandes companheiros da vida e de teto! Obrigado pelo apoio e por terem me aturado por mais de seis anos.

RESUMO

Nesta dissertação, apresento princípios de constituição de assentados rurais no Projeto de Assentamento Che Guevara, localizado em Campos dos Goytacazes (RJ). O assentamento foi instituído em área da extinta Fazenda Marrecas, explorada por cultivo da cana de açúcar pela Usina Santo Amaro. Ele é composto por trabalhadores mobilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e por antigos trabalhadores com vínculos de pertencimento enquanto contratados pela unidade agroindustrial extinta por falência e cortadores de cana da região que trabalhavam em período de safra. Tal composição ensejou um sistema classificatório em que os primeiros são reconhecidos como *sem-terra* ou *de fora* e os outros como *antigos funcionários* da usina ou cortadores de cana. Pelo mosaico existente no *lócus* de pesquisa, tomo como questões centrais frente à configuração social das condições de reconhecimento e modos de auto e hetero-apresentação, tomo como questão analítica os princípios internos de diferenciação e de produção de moralidades pautados em sistemas de acusações mútuas por eles construídos, correspondentes à convivência com diversas ordens sociais, nesse caso levando em consideração algumas das normas legais instituídas pelo INCRA para formalmente definir assentado e assentamento rurais.

Palavras-chave: Assentamento rural. Diferenciação social. Reforma Agrária

ABSTRACT

In this dissertation, I introduce principles of formation of rural settlers in Che Guevara Settlement Project, located in Campos dos Goytacazes(RJ). The settlement was established in the former area Marrecas Farm, operated by cultivation of sugarcane by Santo Amaro plant. It is composed of workers mobilized Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), by ties of belonging while employed by agribusiness unit extinguished by bankruptcy and cane cutters who worked in the region during the harvest. This composition has resulted in a classification system in which the former are recognized as *sem-terra* or *de fora* and others as *antigos funcionário* of the mill or cane cutters. For existing mosaic in the locus of research, I take as central issues Facing the social setting the conditions for recognition and modes of self-presentation and straight, take as analytical question the internal principles of differentiation and production systems in morals guided by mutual accusations they built, corresponding to association with various social orders, in this case taking into account some of the legal standards imposed by INCRA to formally define seated and rural settlement.

Key-words:. Rural settlement. Social differentiation. Land reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O trabalho de campo e coleta de dados	6
CAPÍTULO I – A presença de <i>assentamentos</i> na Região Açucareira de Campos	13
I.1 - A falência da Usina Santo Amaro e a entrada do M.S.T	26
I.2 – Organização social do P.A. Che Guevara	34
a) <i>Lotes ruins</i>	35
b) <i>Lotes bons</i>	37
CAPÍTULO II – Diversidade de recursos produtivos e diferenciação social entre <i>assentados</i>	39
II.1 - <i>Antigos funcionários</i> frente aos novos desafios	40
II.2 – Manutenção dos <i>lotes</i> pelos (ainda categorizados) <i>sem-terra</i>	45
II.3 – Condições produtivas.....	47
a) Diversos tipos de solos	49
b) Áreas alagadiças.....	53
c) Escoamento da produção.....	55
CAPÍTULO III – Assentamento legal e <i>assentados</i> plausíveis: engajamentos políticos, diferenciação e conflitos de regras internas	58
III.1 – Normatização da figura do <i>assentado</i> por parte do Estado	60
III.2 – Percepções diferenciadas sobre a construção do <i>assentamento</i>	67
III.3 – Formas diferenciadas de participação nas lutas políticas	72
CAPÍTULO IV – <i>Assentados</i> reais: embaralhamento de vantagens e desvantagens relativas	76
Caso 1 – <i>Antigo funcionário</i> da usina e <i>assentado</i>	79
Caso 2 – Ex-administrador de fazenda e <i>assentado</i>	86
Caso 3 – <i>Sem-terra</i> e <i>assentada</i>	92
Caso 4 – Moradora local e <i>assentada</i>	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	112
Anexo I - Dados organizados	112
Anexo II - Inventariando o campo temático.....	118

LISTA DE SIGLAS

ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

CEASA – Central de Abastecimento S.a.

CEDRO - Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável.

COAGRO – Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

PA – Projeto de Assentamento.

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária.

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização do município de Campos dos Goytacazes, região norte do estado do Rio de Janeiro	13
Mapa 2 – Localização das antigas usinas e atuais <i>assentamentos</i> rurais na Região de Açucareira de Campos.....	28
Mapa 3 – Localização de Marrecas	31
Mapa 4 – Localização dos <i>lotes</i> , no interior do <i>Assentamento</i> Che Guevara, cujos moradores são <i>antigos funcionários</i> da usina	36
Mapa 5 – Localização dos <i>lotes</i> , no interior do <i>Assentamento</i> Che Guevara, ocupados pelos <i>de fora</i>	37
Mapa 6 – Localização e distribuição espacial dos produtores, segundo sistemas produtivos, por <i>lote</i> , PA Che Guevara	48
Mapa 7 – Solos dos <i>lotes</i> do P.A. Che Guevara	50
Mapa 8 – Áreas alagadiças do P.A. Che Guevara	54
Mapa 9 – Principais saídas do P.A. Che Guevara	56
Mapa 10 – Localização do <i>lote</i> de <i>antigo funcionário</i> da usina e <i>assentado</i>	83
Mapa 11 – Localização do <i>lote</i> de ex-administrador da fazenda	89
Mapa 12 – Localização do <i>lote</i> de <i>assentada</i> oriunda do M.S.T	96
Mapa 13 – Localização do <i>lote</i> de antiga moradora de Marrecas e <i>assentada</i>	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção de cana de açúcar na Região Açucareira de Campos.....	14
Quadro 2 - Índices comparativos da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos (1960 – 2006) Grupo de área total.....	17
Quadro 3 – Número de usinas na Região Açucareira de Campos	21
Quadro 4 - <i>Assentamentos</i> existentes na Região.....	22
Quadro 5 - <i>Acampamentos</i> localizados na Região (2003-2008).....	25
Quadro 6 - Tamanho do <i>lote</i> e distinção sexual de cada titular	35
Quadro 7 - Ordem de seleção prevista em lei para classificação de beneficiários ao PNRA	63
Quadro 8 - Qualificações entre <i>bons</i> e <i>maus assentados</i>	68
Quadro 9 - Relação de atividades realizadas pelos <i>assentados</i>	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice comparativo da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos	18
Gráfico 2 - Índice comparativo da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos (área total dos estabelecimentos)	19
Gráfico 3 - Área total dos <i>assentamentos</i> existentes na Região	23
Gráfico 4 - Famílias <i>assentadas</i> em <i>assentamentos</i> existentes na Região	24
Gráfico 5 - Número de famílias <i>acampadas</i> na Região	25

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Vista parcial do antigo prédio da Usina Santo Amaro	29
Foto 2 – Vista parcial do povoado de Marrecas	32
Foto 3 – <i>Antigos funcionários</i> da usina, em frente à casa localizada no P.A. Che Guevara	79
Foto 4 – Ex-administrador da fazenda em frente à sua casa no <i>assentamento</i>	86
Foto 5 – Vista parcial da casa onde reside <i>assentada</i> oriunda do MST.....	95
Foto 6 – <i>Assentada</i> demonstra as etapas para o preparo da esteira de <i>tabua</i>	101

INTRODUÇÃO

Ao Programa Nacional de Reforma Agrária corresponde um conjunto de termos oficiais, em especial *assentamento*¹ rural e *assentado*², na prática assumindo significados diferenciados, entre os quais os correspondentes à categoria política, isto é, trabalhadores engajados em ação coletiva inerente a constituição de produtor agrícola mercantil e à consolidação da unidade agregativa e de identificação espacial.

Até o ano de 2012, pelos dados disponíveis no site do INCRA, foram *assentados*, em todo o país, 1.258.205³ famílias, em mais de 1.400 *assentamentos*. Esses *assentamentos* têm como origem situações amplamente diversificadas, como apontam Leite [et al.] (2004):

Diversos estudos têm apontado para o fato de que os “assentamentos de reforma agrária”, conforme aparecem no discurso governamental, englobam situações com origens bastante diferenciadas: regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos sociais de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assentados etc. (: 21).

Em meio a este emaranhado de situações diversas em que se constituem os *assentamentos* rurais, também pode ser observada, tal como destacam Leite [et. al.] (2004) uma diversidade na origem dos *assentados* que compõem o quadro de beneficiários, tais como: filhos de produtores rurais empobrecidos, parceiros, seringueiros, assalariados rurais, atingidos por barragens ou demais obras públicas, trabalhadores de mercado urbano, entre outros⁴.

Não só a diversidade de origens sociais compõe o mosaico encontrado entre os *assentados*. A própria diversidade geográfica na localização do *assentamento* e o “lugar de

¹ Ao longo desta dissertação, todos os termos que me foram apresentados pelos próprios interlocutores serão sinalizados em itálico. Em momentos oportunos, apresentarei respectivas definições.

² Para efeito de entendimento das categorias *assentamento* e *assentado*, deve-se ultrapassar, sem negá-las, as concepções apresentadas pelo dicionário. Na 5ª edição (2010) de Aurélio Buarque de Holanda, destacam-se as seguintes definições: assentar é instalar, estabelecer, determinar, estipular, pôr sobre, colocar ou dispor de modo que fique seguro. Assentado é o que assentou, que é firmado ou fundamentado. E, por fim, assentamento é o ato ou efeito de assentar, de registrar. Estes significados são considerados por diversos autores, tais como Neves (1997b); Leite [et al.] (2004); Martins (2003), entre outros, todos considerando o simplismo da conceituação, quando se levam em conta os sentidos atribuídos pelos atores em situação de *assentamentos*.

³ Esse número é distribuído pelas regiões do país da seguinte forma: 1) Região Norte: 525.355; 2) Região Nordeste: 410.092; 3) Região Sudeste: 59.289; 4) Região Sul: 55.541; Região Centro oeste: 217.928.

⁴ Parte desta diversidade apresentada por Leite [et. al.] (2004) também compõe a encontrada no *assentamento* Che Guevara e será analisada ao longo desta dissertação.

origem” podem ser destacados no estudo dos *assentamentos* existentes no Brasil. Medeiros e Leite (2004) advertem que esta diversidade interna precisa ser levada em consideração por parte dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema, nessa preocupação incluindo a entrada de novos agentes, muitas vezes oriundos de movimentos sociais, em especial MST, que provocam ainda grandes transformações no entorno dos *assentamentos*.

Essas transformações também ocorrem no plano das relações com agentes públicos. Desta forma, para se constituir na condição de *assentado*, o trabalhador precisa lidar com esferas públicas que até então não faziam parte do universo social do demandante. São diversos os agentes institucionais que passam a compor as relações instituídas e necessárias, além daqueles que já existiam (caso especial dos movimentos sociais e sindicatos). As constituintes relações que se estabelecem entre representantes de órgãos do Estado (INCRA, IBAMA, EMATER, universidades, instituições financeiras, etc.) e os *assentados* são geralmente fundamentais em criação e resolução de conflitos, como é destacado por autores como Neves (1997b), Ferreira e Fernandes (2001), entre outros.

Em tese, esses mesmos processos ocorrem em *assentamentos* criados no estado do Rio de Janeiro, no caso em apreço, no município de Campos dos Goytacazes. O estado do Rio de Janeiro, até o ano de 2011, possuía 34 *assentamentos*, com 6.964 famílias beneficiadas; e 10 *assentamentos* no município de Campos dos Goytacazes, com 1.167 famílias beneficiadas.

O município em questão estruturou-se com base na produção de cana de açúcar e na concentração da propriedade da terra, inicialmente em mãos de sesmeiros, nos tempos atuais por grandes produtores (cf.: NEVES, 1981, 1997a), mas também por intenso processo de fragmentação da terra, consolidando importante segmento de pequenos produtores, mais recentemente acrescido de *assentados* rurais, mediante processo de falência das usinas (cf.: NEVES, 1997a; NEVES 1997b; MEDEIROS [et. al] 2004; AQUINO, 2008; CORDEIRO, 2010; CRUZ 2010; SANTOS, 2011) .

Nas situações de mudanças inerentes aos processos de falência ocorridos na região, têm sido criadas alternativas de trabalho por outras formas de inserção produtiva ou por reconversão de trabalhadores rurais, expressas tanto pelos que aderiram à luta pelo acesso a terra, como pelos que se negaram a integrar processos de *assentamento*⁵. A primeira dessas vertentes tem-se constituído um dos objetivos do trabalho de pesquisa que realizo entre

⁵ É importante destacar que há um representativo segmento de trabalhadores que, por motivos diversos, não se integraram ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Recompuseram as relações de trabalho assalariado, tanto pela reafirmação do vínculo como cortadores de cana, como também trabalhadores da indústria de cerâmica, ou mesmo em atividade de economia de proximidade e serviços públicos municipais.

trabalhadores rurais da região. Considero assim as condições sociais de desdobramentos de vínculos de trabalhadores assalariados, vendedores de força de trabalho, para a de produtores agrícolas mercantis, isto é, agricultores que controlam fatores de produção e produtos do trabalho direto. Nessa condição, eles são detentores de possibilidades de tomada de decisões quanto à gestão da unidade produtiva e alocação de trabalho familiar, além da gestão em favor da circulação mercantil do produto de seu trabalho agrícola.

Na formação desse novo cenário de oportunidades produtivas, os trabalhadores que aderiram ao PNRA constituíram-se em agentes políticos e econômicos com trajetórias distintas. Adotaram investimentos específicos para construção de identidades supostamente unificadas, mas de fato diferenciadas, autovalorizando-se por terem sabido se valer e lutar pela incorporação de alternativas de acesso a terra, mesmo que, anteriormente, estivessem vinculados a outros setores produtivos (construção civil, comércio ambulante, costura, entre outros) ou fazendas pecuárias.

Na construção de questões analíticas referentes a esses processos, ressalto, sob caráter relacional, os custos em investimentos políticos de trabalhadores (ou *antigos funcionários* da usina, como são autodenominados) de uma das desapropriadas fazendas da existente usina Santo Amaro, pertencente ao Complexo Agroindustrial Baixa Grande, localizada no distrito de Santo Amaro (Campos dos Goytacazes) e adjacências, vis-a-vis os *assentados* oriundos de outros setores produtivos. Exatamente porque se integravam tradicionalmente ao cultivo da cana das fazendas da referida usina, os *ex-trabalhadores* da usina querem se diferenciar como *assentados* privilegiados. Exaltando essa distinção, querem se singularizar como enraizados culturalmente na região correspondente ao setor sucroalcooleiro, e não querem, diante do processo de *assentamento*, ser imediatamente confundidos com os demais, que eles, desqualificadamente, denominam como os *de fora* ou então *sem-terra*, pois são aqueles que chegaram ao local por intermédio do MST. Nessa posição, estes últimos são vistos como forasteiros que se impuseram no espaço social da fazenda da usina desapropriada para fins de constituição do projeto de *assentamento*.

Os princípios de distinção construídos no bojo dessas relações referenciadas à contraposição dos que são de dentro ou *de fora*, pelo menos da perspectiva dos primeiros, destacam atributivamente a distinção e nobreza pelo fato de serem eles considerados *antigos funcionários* da usina⁶. Definem-se como trabalhadores que nasceram na localidade que sedia

⁶ É importante observar que a categoria *funcionário* não corresponde à posição que esses trabalhadores possuíam no período de funcionamento do Complexo Agroindustrial. Os trabalhadores rurais eram qualificados como agrícolas ou cortadores de cana (cf.: NEVES, 1989). Os funcionários eram considerados aqueles que exerciam

o *assentamento* rural em pauta, mas não só. Tendo aí permanecido após a falência da usina, de certa forma redefiniram e reproduziram vínculos de pertencimento no universo social, também no mesmo bojo redimensionado. Mesmo negando a presença constitutiva da usina pela legitimação das novas condições dos decorrentes apropriadores, a vida nesse espaço foi re-concebida por permanente trabalho de memorização dos que, permanecendo, assistiram à constituição de sucatas industriais. Os trabalhadores inventaram assim formas novas de reciprocidade e economia de proximidade, mas também a redefinição do destino produtivo da terra diante da ocupação por trabalhadores afiliados ao MST.

Em resumo: apresentando-se como portadores de conhecimento profundo sobre a região, comprovado, inclusive, pela reafirmação dos vínculos anteriores com a usina, os ex-trabalhadores reivindicam direitos especiais, em contraposição aos que foram recentemente *assentados* pela condição de *acampados*. Estes se constituíram como agentes em concorrência diante do acesso a um *lote* de terra, mesmo que, no contexto, o critério de redistribuição fosse diferente, postulado segundo critérios do PNRA; ou mesmo que os sinais distintivos da valorização fossem pautadas nas ações dos que tiveram coragem de ocupar segundo as formas de lutas lideradas por representantes do MST.

Em apoio político aos *antigos funcionários* da usina e diante da condenada presença dos desqualificados forasteiros, à composição dos demandantes da condição de *assentados* veio se agregar outros trabalhadores para adquirirem um *lote* de terra, porque continuaram residindo próximo à antiga área da fazenda. Enquanto privilegiados espectadores, vizinhos na maior parte das situações, definem-se como críticos em relação aos desdobramentos sociais que a ocupação por afiliados ao MST veio a configurar.

A “chegada do estranho” (MARTINS, 1993) pode ser denotativa para a confirmação do valor simbólico existente entre os *antigos funcionários* da usina com relação a terra até então pertencente ao usineiro. A não aceitação, *a priori*, do “estranho” pode estar centrada em supostos direitos adquiridos pelo tempo de trabalho que permaneceram na usina e nas fazendas, bem como na distinção como forma de marcar quem não pertence àquele universo social. Este sentimento de pertencimento existente por parte dos que já se encontravam no local, antes do início da construção do *acampamento* que deu origem ao *assentamento*, pode também ser refletida pelo que Bourdieu (1979) denomina como “identidade ‘regional’”. Para o autor, essas identidades:

funções administrativas no escritório da usina. A distinção estabelecida no atual contexto contrapõe-se, significativamente, aos *de fora*, oriundos do M.S.T.

[...] funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como são na prática. Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador. (: 112)

Além disso, o compromisso dos *antigos funcionários* com relação à região, principalmente por ser o local em que se dotaram de recursos para construir o percurso social de trabalhadores, está centrado em sentimento de posse e de direitos, como já demonstrei no parágrafo anterior. Assim, afastar os “estranhos” e, principalmente, não aceitá-los, são formas encontradas para protegerem o patrimônio que não os pertence legalmente, mas sim moralmente. Ainda citando Bourdieu, mas agora em outro texto, posso evidenciar que essa recusa da não aceitação da entrada do MST na região pode ser vista pelos que lá já estavam como dever moral:

Evitar que a terra venha cair nas mãos de uma família estranha é um dever; e, aliás, não sendo nunca a terra realmente considerada como um capital admite-se implicitamente que a produção dela venha a ser arrecadado em favor daquele que trabalha (BOURDIEU, 1989: 40).

Por essas distinções, mas resumindo para facilitar a compreensão, afirmo que, no sistema de posições ordenadas se integram pelo processo de *assentamento*, relacionalmente e em contraposição: os *de fora* ou *sem terra* (aqueles que chegaram ao local via MST, participaram de todo o processo de *acampamento* e não possuíam qualquer tipo de vínculo, pelo menos aparente, com a população e as atividades produtivas locais); os *antigos funcionários* da usina e os moradores de Marrecas (localidade em torno do *assentamento*).

Valorizando tal problemática de reflexão, desejo contribuir para a compreensão de condições imprevistas de realização do Programa Nacional de Reforma Agrária no que tange à objetivação de processos de *assentamento*. Mesmo que por tal programa se postule o reconhecimento social, político e jurídico do beneficiário como *assentado*, a conquista dessa condição e categorização socioeconômica ou socioprofissional corresponde a processos de negociações *sui generis*, que só a atenção aos modos como os agentes reais se mobilizam para se constituir na posição pode permitir compreender alguns dos meandros da objetivação de tais programas públicos. Sendo expressão tecnicamente imprevista dos processos de constituição de sujeitos políticos, ela, em verdade, só pode ser assim entendida quando se considera que a realização local dos programas de reforma agrária não é ato imediato. Ou, ainda mais, que ela deve corresponder apenas a um acúmulo de conquistas e ganhos, cuja expressão mais acabada ressalta a progressiva melhoria das condições de vida e da relativa

autonomia. A desconsideração desses meandros tem permitido construir a invisibilidade da diferenciação socioeconômica constitutiva dos *assentados*, muitas vezes explicada por avaliações morais que distinguem o *bom* e o *mau assentado*.

Diante desse quadro de relações, tomo como objetivo compreender como essa dinâmica social, pautada em destacadas e sutis diferenças socioeconômicas ou distinções politicamente alegadas e construídas, configura a constituição de diferenciadas alternativas de construção de um mesmo modelo formal de produtor, o *assentado*. Para compreender os investimentos que exprimem distinções, também considero como os atributos da posição oficial são negociados no cotidiano desses agricultores, mas levando ainda em conta os grupos domésticos, o parentesco e relações vicinais, bem como condições distintas de vínculo com instituições que variam do MST aos grupos religiosos e às universidades, que contam com os *assentamentos* como espaço para exercício de extensão; e por outro lado, os *atravessadores*, apenas para citar algumas das forças sociais que vem se expressando. Por tal perspectiva, levo em conta os fatores ressaltados pelos *assentados* como expressivos das transformações por eles vividas. E entre tais fatores também valorizo a importância analítica dos diferenciados e concorrentes princípios de afiliação que eles ressaltam para se distinguir, a despeito do paralelo exercício de reconhecimento da conquista da posição comum de *assentado*, a que todos, por caminhos diferenciados, devem, em tese ou oficialmente, corresponder.

As diferenças de atributos sociais dos *assentados* norteiam as ações do processo produtivo estrito senso, mas também a produção social das diversas identidades reconhecidas e em reconhecimento no interior do *assentamento* e nos vínculos que operam definições de diversas especificidades.

- O trabalho de campo e a coleta de dados

Baseio-me, dentre outros, em dados obtidos em trabalho de campo realizado durante os anos de 2009 a 2012, mas em momentos específicos. Minha primeira incursão foi no mês de agosto de 2009, período em que passei vinte dias, ainda na condição de bolsista de iniciação científica; em seguida retornei, em fevereiro de 2010, por um mês de trabalho, em companhia de mais uma pesquisadora, Priscila Tavares dos Santos, na época, mestranda do PPGA/UFF. Por fim, já na condição de aluno de mestrado, estive em trabalho de campo nos meses de junho e de julho de 2012.

Minha inserção como pesquisador no *assentamento* se deu por intermédio de minha orientadora e por Ana Maria Costa, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes. Foram elas que me apresentaram ao presidente da Associação de Moradores do P.A. Che Guevara, que passou a ser meu principal interlocutor. Durante todo o período que fiquei em trabalho campo, estive hospedado em sua casa, com exceção do último ano, em que fui recebido na casa de sua mãe – também *assentada*. No vilarejo contíguo ao *assentamento*, contei com apoio do líder comunitário e presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa.

A compreensão da problemática de pesquisa tratada nesta dissertação está centrada no entendimento do universo de sentidos dos entrevistados. E para tanto, foi necessário angariar confiança por parte dos pesquisados.

Realizei entrevistas mais prolongadas com familiares de 28 grupos domésticos, residentes no P.A. Che Guevara, tendo como interlocutores, em geral, homens, chefes de família, e/ou suas esposas. Isto, calculado em termos de amostragem, representa 38% de todas as famílias presentes no *assentamento*.

Conjuntamente, mantive a mesma preocupação em tentar estabelecer contatos com os *antigos funcionários* da usina que não se encontram *assentados*⁷. Entretanto, nestes casos, não realizei qualquer entrevista formal e duradoura, apenas os observava e os ouvia atentamente (cf.: WEBER, [1989] 2009). Deixei-me assim guiar pelas narrativas por eles apresentadas. Todos os encontros, muitas vezes de forma casual, ocorreram em bares e na praça principal do vilarejo de Marrecas. Por este motivo, não consegui entrevistar suas esposas e muito menos os que ainda estão em idade de trabalho. Todos que pude conversar encontram-se em situação de aposentadoria.

Evidentemente, não é do trabalho de campo a intenção de apresentar as observações pela ilusão de compreender integralmente as ações dos indivíduos. Pelo contrário, minha preocupação é justamente a de tentar compreender os elementos necessários para o entendimento dos discursos produzidos pelos *assentados* quando por mim instigados.

Assim, por indicação da minha orientadora, nos momentos iniciais da pesquisa, resaltei minha própria trajetória de vida. Expliquei aos entrevistados minha origem, como sendo filho de agricultor e, além disso, tendo formação, anterior à afiliação acadêmica às Ciências Sociais, em uma escola agrícola. Este momento foi propício para uma primeira

⁷ Apesar de meu esforço e apoio dos *antigos funcionários* da usina que não se beneficiaram com o PNRA, não consegui realizar pesquisa sistemática satisfatória, principalmente pela limitação com os prazos para defesa desta dissertação.

“aceitação”, pois, segundo os próprios entrevistados, por ter sido socializado no mesmo meio que eles, poderia entendê-los de maneira ímpar.

Isso não fez com que fosse percebido como um deles, primeiro porque perceberam que hoje faço parte de outro universo social, com outras experiências, tanto que eu me colocava como estudioso do setor agrícola. Contudo, ser filho de agricultor e ter estudado em escola agrícola, no contexto das nossas interações, fez com que construíssemos pontos em comum, amenizando a condição de estranho; para alguns, um forasteiro. Aliás, ressaltar meu próprio percurso de vida trouxe algumas implicações, principalmente com relação ao entendimento das práticas agrícolas desenvolvidas por eles. A minha vivência em práticas agrícolas era muito restrita a um determinado espaço geográfico, a região serrana fluminense. Desconhecia o tipo de solo do norte do estado, bem como não conhecia os cultivos na região.

Diante deste fato, fui motivo de piada por parte dos *assentados*, porque consideravam inconcebível uma pessoa como eu não dominar os saberes a respeito do cultivo da cana de açúcar ou do quiabo (principais cultivos da região). Porém, o ocorrido é denotativo da necessidade de conhecimento prévio do universo pesquisado e, além disso, de compreender o espaço social dos entrevistados, pois isso é de extrema importância para a aceitação do pesquisador em seu convívio social.

Antes mesmo da primeira ida ao campo, elaborei um questionário contendo perguntas com relação à produção e à unidade familiar do *assentado*. Este seria o principal instrumento de pesquisa utilizado. O questionário tinha como objetivo guiar as entrevistas que realizaria ao longo de todo o trabalho de campo. Nunca pensei em utilizá-lo de forma exclusiva, pois sabia que novos temas iriam surgir ao longo do tempo. Porém, após algumas observações e entrevistas, percebi que o questionário não só era insuficiente para alcançar os discursos apresentados, como também causava um tom impessoal nas relações pretendidas, visto que os entrevistados não estavam interessados apenas em falar da produção agrícola de cada unidade familiar. Queriam explicitar os diversos percursos vividos e como a nova condição, o estar *assentado*, configurava as posições de cada um dentro do *assentamento*.

Diante desse desafio, fui levado a, antecipadamente, considerar o *feedback* apresentado pelos entrevistados: optei por não guiar as entrevistas simplesmente pelo questionário. A decisão que tomei a princípio de forma naturalizada⁸, fez com que alcançasse outras questões de pesquisa. Além disso, o diálogo com os *assentados* e não-*assentados* se

⁸ A decisão tomada não foi tão inconsciente, pois, no momento do trabalho de campo, estava lendo o livro *Segredos e Truques da Pesquisa*, de H. BECKER (1997), em que o autor procura demonstrar os principais problemas enfrentados pelos pesquisadores, como era o meu caso.

tornou mais informal, o que possibilitou minha melhor convivência entre eles e, de certa forma, maior aceitação da minha presença. Entretanto, ela permaneceu aqui e ali como objeto de controle, tal o constante incômodo por parte de alguns, como ilustra a situação a seguir apresentada:

[...] conversando com alguns ex-funcionários da usina, não estando com meu caderno à mão, fui indagado por um senhor, com tom de espanto: ‘...cadê seu documento? Você não está fazendo pesquisa? Então precisa de um papel para anotar tudo...’. Os demais participantes da conversa logo se manifestaram: ‘...que tipo de documento você quer? Não acredita no rapaz?’. O primeiro explicou: ‘Como ele vai lembrar de tudo? Eu não consigo guardar, na cabeça, tudo que “tamos” falando, não lembro de mais nada. Esqueço tudo!’ [...]. Campos dos Goytacazes, 07 de agosto de 2009⁹.

Tais perguntas me fizeram refletir sobre a importância de um instrumento de registro dos dados como referencial da prática do pesquisador, pelo menos para quem está sendo entrevistado. Depois desse episódio, procurei sempre andar com instrumentos que eles consideravam como referentes ao meu trabalho, tais como máquina fotográfica, gravador ou simplesmente caderno e lápis.

A questão de pesquisa, melhor construída ao longo do trabalho de campo, passou a estar centrada na análise de formas de diferenciação socioeconômica inerente ao processo de constituição de *assentados* e *assentamento* rural. Esta questão emergiu como central porque me deparei com a divisão e concorrência no interior do grupo dos *assentados*, impedindo-me do risco de vir adotar um olhar romantizado em que todos seriam iguais porque estavam dotados dos mesmos interesses. Decorre daí, na realização desta pesquisa, a importância de se reconhecer a diversidade das situações e posições sociais existentes para poder alcançar a compreensão de princípios de estruturação do grupo estudado. Atento às questões, percebi a existência relativa de agrupamentos reconhecidos pela orientação das práticas e interesses. De um lado reconheciam-se os *antigos funcionários* do Complexo Agrícola Baixa Grande; de outro os *antigos funcionários* que não foram *assentados*; e, por fim, aqueles aglutinados pelo recrutamento de lideranças locais do MST (os denominados *sem-terra* ou os *de fora*). Para melhor compreender os dados da diferenciação em curso, elaborei mapas¹⁰ e questões que

⁹ Trecho de meu diário de campo.

¹⁰ Para elaboração desses mapas, contei com apoio de David do Nascimento (Presidente da Associação dos Moradores do P.A. Che Guevara e *assentado*) e José Quissaman (ex-administrador da Fazenda Marrecas e *assentado*). Além disso, contei com dados de pesquisa de Santos (2010).

melhor facilitassem o encaminhamento de entrevistas e observação e a compreensão das posições que cada agregado ocupa no interior do *assentamento*.

Com esses dois primeiros problemas apontados, tornou-se evidente, para mim, a importância da sensibilidade para repensar minha própria atuação no trabalho de campo. Pude, com isso, alcançar melhor percepção das mudanças engendradas por atos cotidianos dos *assentados*. E, principalmente, estabelecer melhor contato com os entrevistados. Afinal, não estava apenas interessado nos assuntos relacionados à produção agrícola, mas também os percursos de vida de cada um pelo convívio que me levaria a compreender aquelas e outras questões.

Outrossim, tenho consciência que a legitimação da minha presença fez com que me diferenciasse dos outros agentes (muitas vezes pesquisadores vinculados a outras instituições de ensino) que exercem atividades no *assentamento*. São vários deles que, dotados de interesses diversos, disputam a atenção ou criam expectativas por parte dos moradores no P.A. Inicialmente era confundido com funcionário do INCRA, por visitar *lotes* e residências.. Essa atitude representava, para os *assentados*, a configuração do papel desempenhado por um agente do serviço público. Além da presença de funcionários do INCRA, existem investimentos de outros agentes técnicos no espaço, como os vínculos à EMATER e alunos e professores universitários¹¹. Desta forma, mais voltado à consideração dos discursos produzidos pelos *assentados*, fui sendo reconhecido pelo interesse em compreender as formas de constituição do ser *assentado* e pela ênfase nas narrativas de vida de cada um.

Algo constantemente enfatizado nas monografias antropológicas, também pude me beneficiar, no decorrer do trabalho de campo, da importância, mas também das consequências da eleição de um interlocutor principal. O interlocutor exerce papel fundamental para permanência e continuidade da pesquisa, mas também interfere – direta ou indiretamente - na interação social, especialmente em situações de tensão e conflitos que, *a priori*, pesquisadores não têm plena consciência. E não poderia ser diferente no caso em análise. Para os *assentados*, os conflitos alcançam os implicados na condição e muitos outros conectados por diversas redes de relações. Em consequência, os dados que obtive por esse vínculo de relacionamento estão marcados pelo fato de ter sido muitas vezes percebido como pertencente a uma das facções em disputa pelo poder local. Esta pode ter sido a situação mais delicada na

¹¹ Durante minha primeira permanência, outros pesquisadores também estavam realizando trabalho de campo, principalmente aqueles ligados à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e interessados na prática agrônômica.

construção de minha convivência, pois sempre fui visto como uma pessoa ligada a um determinado grupo e, inevitavelmente cúmplice de suas ações.

Porém, já num segundo momento de realização do trabalho de campo, quando voltei acompanhado por Priscila Tavares dos Santos, até então desconhecida por eles, percebi que esta não foi reconhecida como “amiga” do dono da casa na qual estávamos hospedados, mas sim como minha companheira de trabalho. Inclusive, em algumas situações, ela só era recebida porque estava em minha companhia.

Além disso, ainda no segundo momento do trabalho de campo, soube, através de um *assentado*, que, durante a minha primeira estadia, aconteceu uma série de furtos no *assentamento*. Em geral, esses furtos ocorriam durante a noite e os objetos furtados eram as ferramentas de trabalho (enxada, arame para cerca, entre outros) e principalmente bomba d’água. Segundo esse mesmo *assentado*, imediatamente os moradores começaram a desconfiar da minha presença, pois estava perambulando pelo *assentamento* o dia todo, em geral desacompanhado e, além disso, sempre portando uma mochila. Ao saber disso, de imediato temi pela viabilidade do meu trabalho, mas as desconfianças foram sanadas entre os próprios *assentados*, especialmente os que já me conheciam, que trataram de desmentir a visão sobre o autor dos roubos. Inclusive começaram a explicar aos demais os meus objetivos com a pesquisa, o que de certa forma terminou em facilitar o meu trabalho, pois quando ia conversar com alguns deles, muitos já me conheciam e haviam interpretado o que queriam.

No período em que estive afastado do trabalho de campo, mantive contato, via telefone, com alguns *assentados*. Retornei ao *assentamento* para dar prosseguimento à pesquisa para efeito desta dissertação. Para minha surpresa, muitos daqueles com quem mantive contato intenso em idas anteriores, não mais se lembravam de mim. Muitos me confundiam, como já ocorrera, com algum funcionário do INCRA. Novamente precisei reestabelecer os contatos e reafirmar meu papel. Mas, desta vez, de forma mais fácil, pois sempre me “apresentava” contando algum fato que fizesse menção às minhas idas anteriores ao *assentamento*. Em praticamente todas as minhas tentativas, fui bem sucedido na rememoração, dado que geralmente diziam: “Ah, agora lembrei de você. Como você mudou, está diferente.!?”.

Minha permanência, neste momento, ocorreu de forma mais tranquila para mim, pois já estava mais seguro dos meus objetivos e também possuía outra carga de leitura teórica, diferentemente das anteriores.

Além do trabalho de campo, também realizei levantamento bibliográfico no “Banco de Teses CAPES” (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>) e na “Base Scielo” (<http://www.scielo.br/?lng=pt>)¹². Consultei, também, outras fontes, como arquivos jornalísticos¹³ e coletei dados estatísticos, em arquivos públicos, ao longo desses quase três anos de pesquisa, não só em instituições localizadas no município de Campos dos Goytacazes, como também situadas no Rio de Janeiro. Estes levantamentos foram feitos nos seguintes locais:

- Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes – Campos dos Goytacazes;
- Palácio da Cultura de Campos dos Goytacazes – Campos dos Goytacazes;
- Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho – Campos dos Goytacazes;
- Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (num primeiro momento a pesquisa esteve concentrada na sede do instituto, localizada no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Em seguida, utilizei o site da instituição, pois o material está digitalizado e disponível pela internet - <http://biblioteca.ibge.gov.br/>).

Também acessei documentos públicos, nas seguintes instituições:

- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Rio de Janeiro;
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro – Campos dos Goytacazes;
- CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda. – Campos dos Goytacazes.

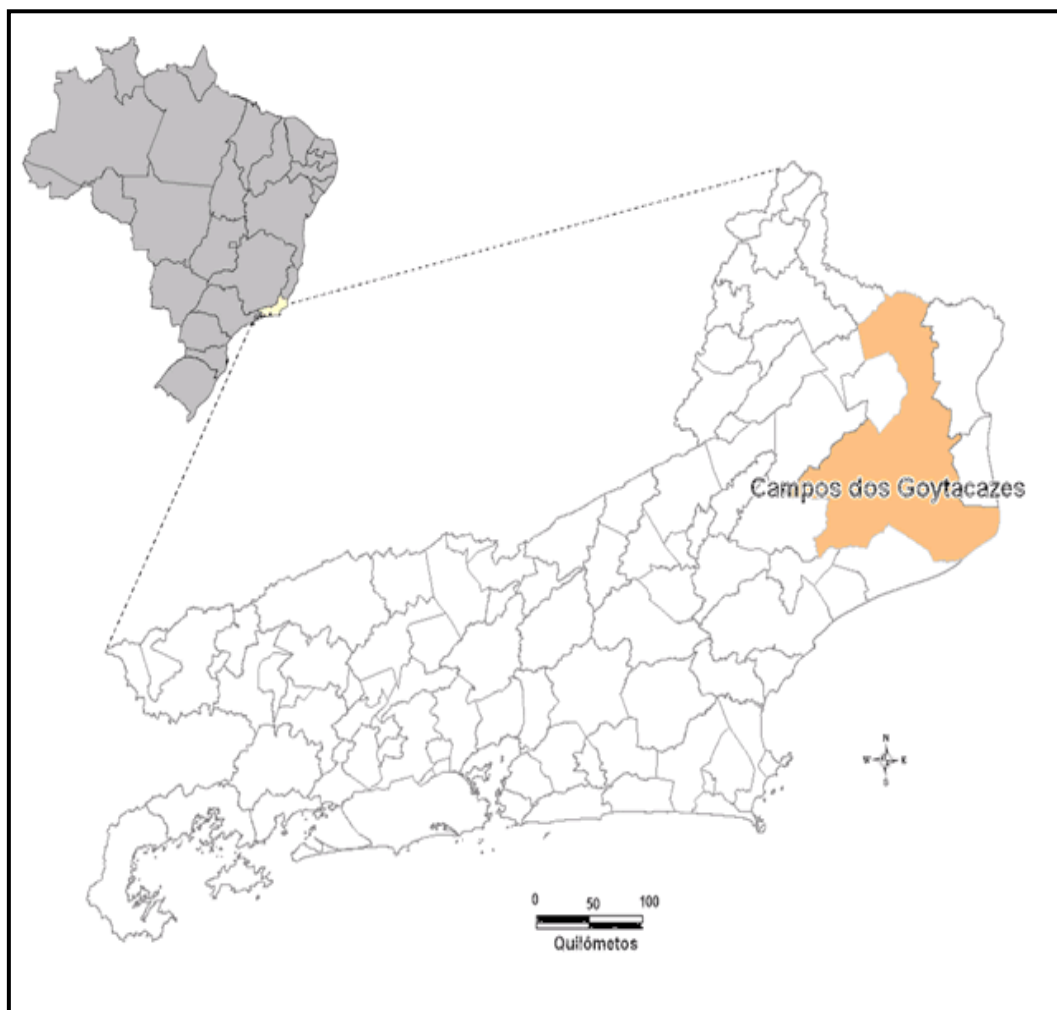
Em duas instituições, EMATER e CEDRO, foi possível acompanhar os trabalhos dos funcionários que atuam no *assentamento*, além de consultar arquivos e analisar os documentos nos escritórios dessas instituições.

¹² Anexo II.

¹³ Os jornais consultados, em sua grande maioria, são publicações regionais e, em alguns casos, não estão disponíveis pela internet. Consultei os jornais “Folha da Manhã” e “O Monitor Campista”.

CAPÍTULO I – A presença de *assentamentos* na Região Açucareira de Campos

A região açucareira de Campos está localizada no Norte Fluminense, mesorregião¹⁴ composta por nove municípios – Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé. Esta região foi apropriada ao longo da história pelo cultivo da cana de açúcar e beneficiamento desta *commodity*, com importante expansão em meados do século retrasado.



Mapa 1- Localização do município Campos dos Goytacazes, região norte do estado do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br). Acesso em 23 de fevereiro de 2012.

Entretanto, no início do século XVIII, período de ocupação da área hoje reconhecida como Região Açucareira de Campos, a atividade econômica preponderante era a pecuária.

¹⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mesorregião é uma área que apresenta formas de organização do espaço geográfico em três dimensões: processo social; quadro natural e rede de comunicação e de lugares. O espaço de uma mesorregião tem características específicas (IBGE, 2005).

Com o passar dos anos, segundo Lamego (1974), após o desgaste do solo, tornou-se necessária à introdução de uma vegetação não nativa (*capim d'angola*) para manutenção da pastagem do gado. Alternativamente, o cultivo da cana de açúcar passou a ser de extrema importância para a economia local, por ser mais rentável (LAMEGO, 1974).

A importância econômica atribuída à produção e ao beneficiamento da cana de açúcar melhor se objetivou no município de Campos dos Goytacazes¹⁵. Ao longo do período que compreende os anos de 1960 até 1985, segundo dados do IBGE, 37.023 estabelecimentos cadastrados tinham como produção principal a cana de açúcar, o que totalizava algo em torno de 20.147.238 toneladas de cana produzida, como pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1.
Produção de cana de açúcar na Região Açucareira de Campos, RJ

Período	Nº De Estab.	Quant. (t)	Área (ha)
1960	9.820	2.459.970	144.260
1970	6.874	3.985.812	115.039
1975	6.558	4.756.188	113.586
1980	6.102	4.329.084	118.239
1985	7.669	4.616.184	105.289

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE). Dados obtidos pelo site <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

O fortalecimento neste empreendimento agroindustrial considerou a transferência do modelo de engenho para usina de cana de açúcar¹⁶. Segundo Barbosa (2003), o que distinguia esses dois modelos é que no primeiro não havia predominância de terras próprias pela unidade de transformação cultivada, cabendo aos engenhos apenas o beneficiamento da produção de produtores agrícolas. Já as usinas, além de beneficiarem a matéria-prima, ainda eram detentoras de terras cultiváveis, o que garantia o fornecimento de matéria-prima própria, bem como maior agilidade na produção de açúcar. Isto fez com que, na Região Açucareira de Campos, surgisse a figura do usineiro, que passou a exercer grande controle, não só econômico, como também social, como destaca Neves (1997a):

¹⁵ O município de Campos dos Goytacazes possui, atualmente, 463.545 habitantes, estando 44.980 residindo em área rural e 418.565 em área urbana (IBGE, 2005).

¹⁶ Não cabe neste trabalho discutir o processo de instalação do sistema engenho, bem como seu declínio. Entretanto, como ressalta Paes (1999), no ano de 1877 foi criado o primeiro engenho da América Latina, localizado em Campos dos Goytacazes, chamado Engenho Central de Quissaman. Já em 1879 este modelo foi substituído pelo sistema usina, com a instituição da Usina do Limão, a primeira a ser instalada no Brasil e localizada também em Campos dos Goytacazes.

A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores (NEVES, 1997a: 66).

Este novo modelo permite ao usineiro controlar toda a cadeia produtiva açucareira desde o plantio (cultivo) até à comercialização. As usinas, com isso, sendo fábricas, também incorporavam grandes fazendas produtoras de cana de açúcar e, em consequência, a mão-de-obra rural.

No início do século XX, a produção de açúcar chegou ao auge, tendo cerca de vinte e seis usinas em funcionamento. Destas, cinco se destacavam: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (AQUINO, 2006). Porém, após a crise econômica de 1929, o governo brasileiro, presidido por Getúlio Vargas, cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), cujos objetivos estavam centrados em estabelecer regras para o relacionamento entre fornecedores e industriais do setor; controlar a produção açucareira e do álcool, por meio de cotas de produção (NEVES, 1997a).

Décadas depois, 1960, ainda inserido na política do IAA, é criado o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, voltado para o fortalecimento da mecanização de todo o processo produtivo. Já em 1971, é instituído o Programa de Racionalização da Agricultura Canavieira, visando à redução dos custos de fabricação, bem como à modernização das usinas. Esta mecanização intensiva e a modernização do parque industrial não foram acompanhadas pela produção de matéria-prima pelas usinas e fornecedores, o que acarretou em colapso econômica na região, já a partir do final da década de 1970.

Com isso a atividade agropecuária passou por uma série de mudanças, principalmente a partir do final da década de 1980, boa parte delas decorrentes, entre outros fatores, de insolvências de agroindústrias sucroalcooleiras. As dificuldades de reprodução das usinas vêm sendo caracterizadas como crises, não só referentes ao plano estadual, como também em âmbito nacional. As transformações correspondentes foram também construídas pela explicitação e radicalização de conflitos entre fazendeiros, fornecedores de cana e/ou pecuaristas e principalmente usineiros, confrontados pelos interesses dos trabalhadores, muitos deles agrícolas, agregados e referenciados por ideários de movimentos sociais cujos porta-vozes eram dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), do MST e de algumas ONG's, caso especial da C.P.T. Entre outros desdobramentos, nesses campos de luta (BOURDIEU, 1987) ocorreram desapropriações de terra, absorvida em Programa Nacional de Reforma Agrária. Configura-se assim uma reordenação do espaço social e geográfico da

região, reafirmando-se a ampla presença de pequenas unidades agropecuárias em meio a grandes fazendas secularmente reproduzidas na configuração da atividade sucroalcooleira.

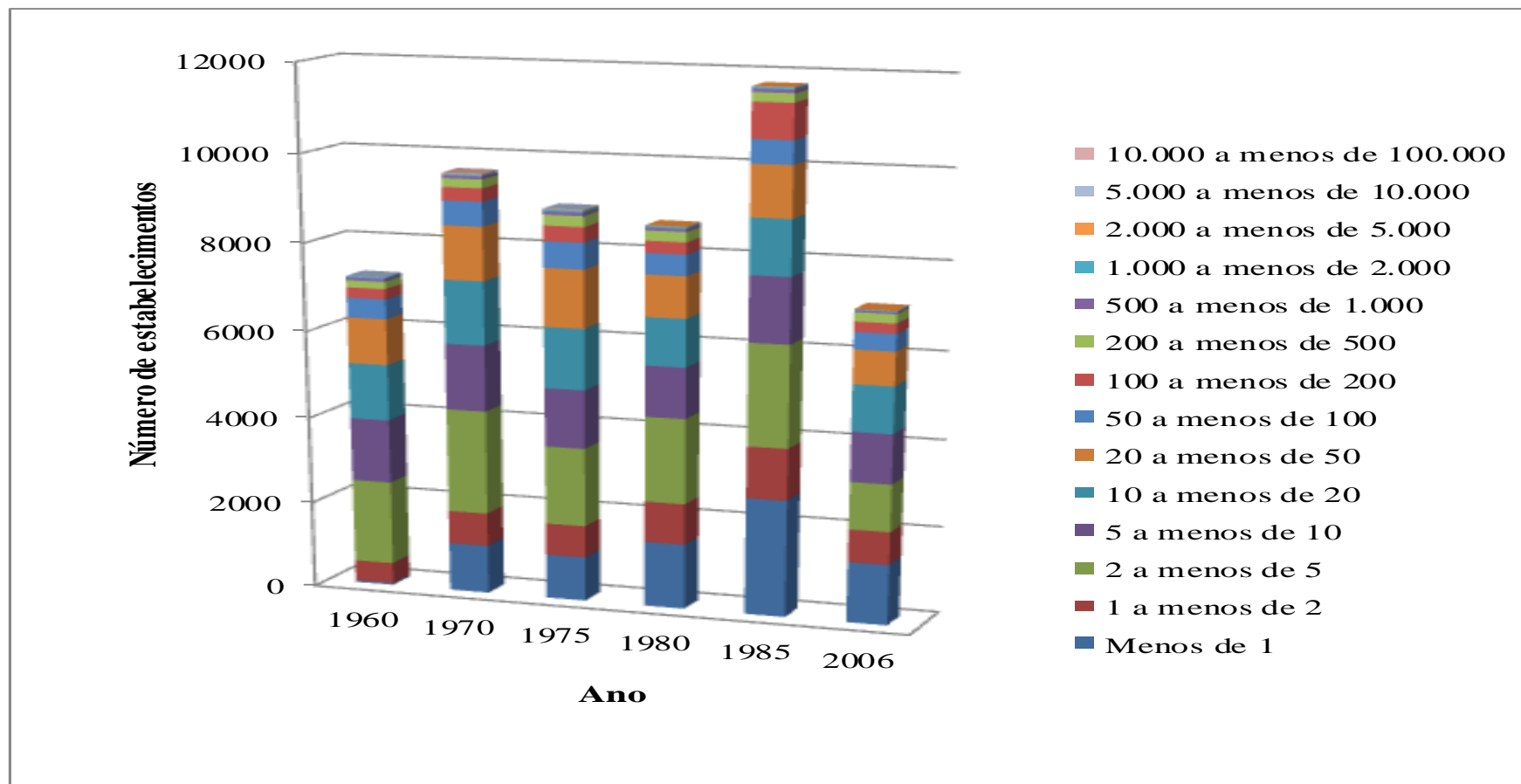
Quadro 2
Índices comparativos da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos (1960 – 2006)
Grupo de área total

Grupos de área (ha)	1960		1970		1975		1980		1985		1995 (1996)		2006	
	Nº de estab.	Área total (ha)	Nº de estab.	Área total (ha)	Nº de estab.	Área total (ha)	Nº de estab.	Área total (ha)	Nº de estab..	Área total (ha)	Nº de estab.	Área Total (ha)	Nº de estab.	Área total (ha)
Menos de 1	45	15	1.121	576	1.025	510	1.505	541	2.697	895	n/i	330.365	1.398	n/i
1 a menos de 2	481	481	769	1.060	739	1.030	946	1.271	1.183	1.600	n/i	877.001	753	n/i
2 a menos de 5	1.935	7.724	2.390	8.512	1.804	6.378	1.953	6.689	2.330	7.967	n/i	5.142,341	1.082	n/i
5 a menos de 10	1.465	13.183	1.517	12.310	1.344	10.891	1.162	9.138	1.487	11.654	n/i	7.868,301	1.312	n/i
10 a menos de 20	1.288	20.686	1.454	21.977	1.394	21.174	1.087	16.404	1.252	18.747	n/i	12.628,424	1.059	n/i
20 a menos de 50	1.056	34.576	1.219	39.958	1.322	43.241	964	31.052	1.152	37.420	n/i	31.259,257	770	n/i
50 a menos de 100	452	32.771	551	39.458	594	42.535	474	33.811	526	38.311	n/i	34.456,617	386	n/i
100 a menos de 200	236	34.077	298	41.965	344	48.650	267	38.307	785	39.862	n/i	36.196,684	225	n/i
200 a menos de 500	162	51.578	192	60.244	240	76.110	223	71.483	199	62.759	n/i	59.960,528	204	n/i
500 a menos de 1.000	69	50.167	69	48.438	81	58.109	72	47.468	78	52.345	n/i	46.107,166	48	n/i
1.000 a menos de 2.000	26	34.631	31	42.662	41	54.798	37	51.026	41	54.098	n/i	33.668,160	19	n/i
2.000 a menos de 5.000	--	--	16	50.167	15	41.566	7	21.397	12	38.394	n/i	20.547,305	4	n/i
5.000 a menos de 10.000	2	12.842	6	40.709	3	22.550	--	--	--	--	n/i	--	--	n/i
10.000 a menos de 100.000	--	--	1	10.648	--	--	--	--	--	--	n/i	--	--	n/i
Total	7.218	284.290	9.634	418.684	8.946	427.542	8.697	328.587	11.742	364.052	--	289.042,149	7.260	--

(n/i) – Não informado

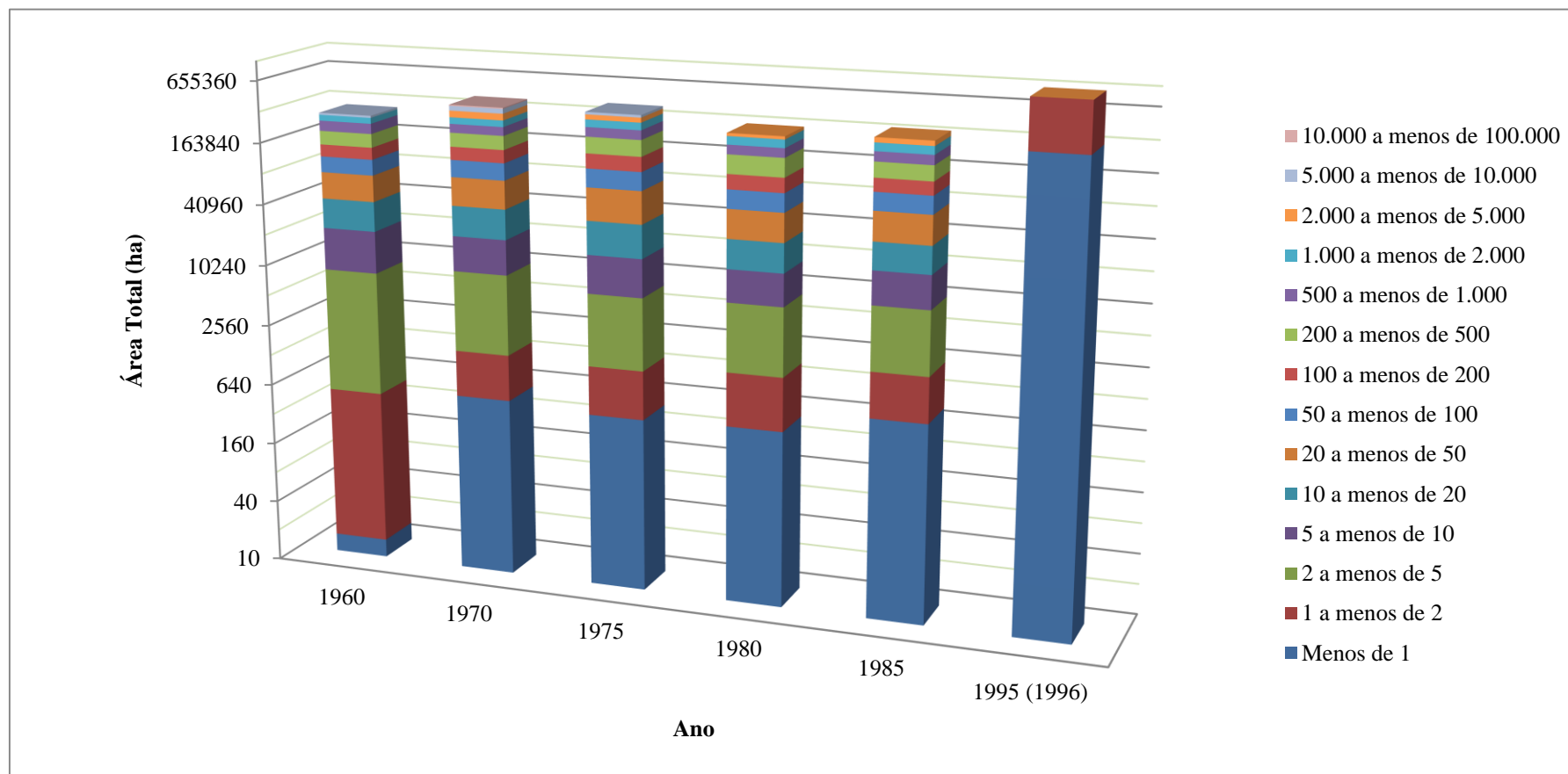
Fonte: Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 (1996), 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos pelo site <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

Gráfico 1.
Índice comparativo da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos (número de estabelecimentos)



Fonte: Censos Agropecuários dos anos de: 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos pelo site <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

Gráfico 2.
Índice comparativo da distribuição fundiária na Região Açucareira de Campos (área total dos estabelecimentos)



Fonte: Censos Agropecuários dos anos de: 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos pelo site <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 13 de fevereiro de 2012.

Os dados apresentados no Quadro 2 e nos Gráficos 1 e 2 indicam mudanças ocorridas no cenário da constituição de unidades agrícolas e, conseqüentemente, no sistema de apropriação de renda entre agentes do setor sucroalcooleiro da Região Açucareira de Campos.

Se tomarmos a dinâmica de distribuição e aquisição de *lotes* de terra no município, é possível perceber que a modernização da agroindústria açucareira, ocorrida na década de 1970, como aponta Neves (1981), havia estimulado a ampliação do número de pequenos estabelecimentos, tendência que se manteve nas demais décadas consideradas no quadro, como é o caso daquelas unidades com área até 10ha. No caso dos estabelecimentos distribuídos entre 20 e 50ha, é de se supor investimentos na manutenção da mesma área, já que não há demonstração de grandes mudanças. Mesma tendência pode ser observada para o grupo de estabelecimentos entre 100 a 1.000ha. Entre 1.000 e 2.000ha, há indicação de concentração, não só pelo aumento do número absoluto delas, como também da área equivalente.

É no conjunto de estabelecimentos acima de 2.000ha que se verifica maior dinâmica de mutação. Se na década de 1960 não existia propriedade entre 2.000 e 5.000ha, este número ascende na década de 1970, com uma pequena diminuição em meados do ano de 1975 (15 estabelecimentos), cinco anos depois continua decaindo (7 estabelecimentos) e volta a aumentar em 1985 (12 estabelecimentos). Os estabelecimentos acima de 5.000ha, muitas delas pertencentes às usinas, ascendem em 1970 e imediatamente diminuem, cinco anos depois, desaparecendo a partir de então. A propriedade acima de 10.000ha, representando um processo de concentração na década de 1970, quando se registra uma propriedade com 10.648ha, também desaparece com as demais entre 2.000 e 5.000ha. Chega-se então ao ano de 1985, a que corresponde um dos censos agropecuários, com estabelecimentos de grandes áreas, relativamente às dos demais conjuntos elaborados para sistematização por área, alcançando o limite máximo de 5.000ha (12 estabelecimentos) e com aumento no número de estabelecimentos menores de 1ha (2,697 estabelecimentos).

Conforme avaliação de Neves (2012), não se pode atribuir o desaparecimento de estabelecimentos acima de 5.000ha e mesmo a expansão das pequenas propriedades apenas ao processo falimentar das usinas e à implantação do processo de reforma agrária. Há um espetacular crescimento de áreas transferidas para utilização de barro (terra) pelas cerâmicas, ou melhor, imposição de sua futura improdutividade e só recentemente aproveitada, por precariedade, pelo capim que vem brotando nos *grandes lagos* de extração de barro. E há também, estimulados pela secundarização do processo de transmissão da atividade agropecuária dos proprietários para os seus filhos e pela pressão demográfica, o processo de

urbanização de vilas e povoados, a transferência de muitas áreas de terra para loteamentos residenciais. Portanto, toda essa dinâmica revela a reconversão de capitais e patrimônios fundiários para constituição de outras atividades produtivas e formação de profissionais para especializada prestação de serviços e comércio.

Segundo dados de pesquisa realizada por Neves (1997a), em 1970 existiam 14 usinas em atividade, já em no período que compreende os anos de 1996 até 2003, esse o número de usinas cai para 9, a partir de 2004 despenca para 3 e chegando a 2 usinas em 2011, o que caracteriza a perda de expressão econômica da produção sucroalcooleira na região e em toda o norte do estado do Rio de Janeiro, bem como a diversificação econômica ocorrida nas últimas décadas (Quadro 3).

Quadro 3
Número de usinas na Região Açucareira de Campos

Nome da usina	Período de atividades das usinas				
	1960/74	1975/95	1996/03	2004/09	2011
Barcelos	X	X	X		
Cambaibas	X	X			
Cambuci	X				
Carapebus	X	X	X		
Cupim	X	X	X		
Mineiros	X				
N. Horizonte	X				
Outeiro	X	X			
Paraíso	X	X	X	X	X
Poço Gordo	X	X			
Pureza	X	X	X		
Queimados	X	X			
Quissamã	X		X		
St ^a . Cruz	X	X	X		
St ^a . Izabel	X				
St ^a . Maria	X	X			
St^o. Amaro	X	X			
St ^o . Antônio	X				
São Fidélis	X				
São João	X	X			
São José	X	X	X	X	X
Sapucaia	X	X	X	X	
Vitor Sense	X	X			
Total	23	17	9	3	2

Fonte: Dados sistematizados a partir do Sindicatos dos Usineiros de Campos; Associação dos Plantadores de Cana (Asflucan); NEVES (1997); TAVARES (2011).

Pela situação de mudança inerente ao processo de falências ocorridas na região norte fluminense, em especial a Região Açucareira de Campos, parte das áreas que antes eram ocupadas pelas usinas de cana de açúcar foram destinadas para o PNRA¹⁷. De acordo com

¹⁷ Como já salientei anteriormente, a dinâmica existente na região não esteve fundamentalmente centrada na Política Nacional de Reforma Agrária. Os outros usos atribuídos a essas terras não fazem parte dos objetivos do

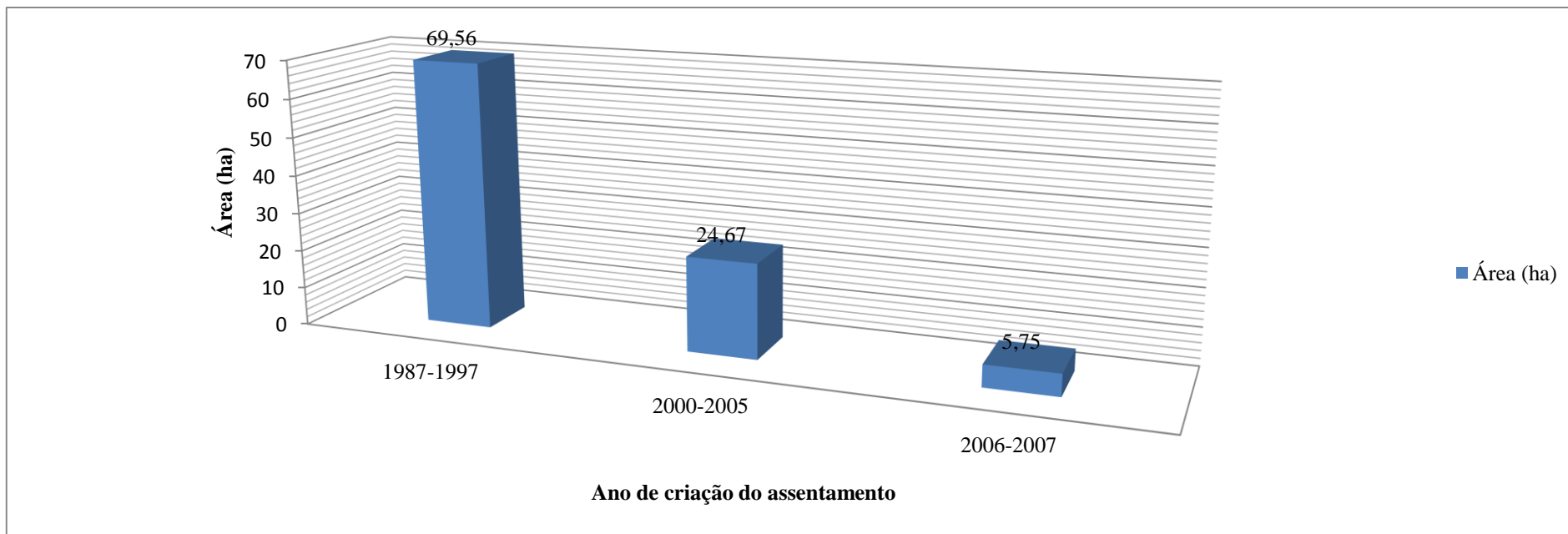
levantamento realizado nos arquivos do INCRA, foram criados, a partir do ano de 1987, 10 *assentamentos* rurais que, juntos, possuem área de 17.739,9994 ha e comportam 1.167 famílias (Quadro 4; Gráficos 4 e 5).

Quadro 4
Assentamentos existentes na Região

Projeto de Assentamento	Ano de criação	Área (ha)	Nº de famílias
Novo Horizonte	1987	4.335,1000	285
Zumbi dos Palmares	1997	8.005,2900	507
Che Guevara	2000	1.119,6620	74
Ilha Grande	2001	822, 218	58
Antônio de Farias	2001	1.221,0230	93
Terra Conquistada	2005	211, 570	15
Dandara dos Palmares	2005	419, 027	25
Santo Amaro	2005	584, 3770	40
Oziel Alves I	2006	410, 7336	35
Josué de Castro	2007	610, 9988	35
Total		17.739,9994	1.167

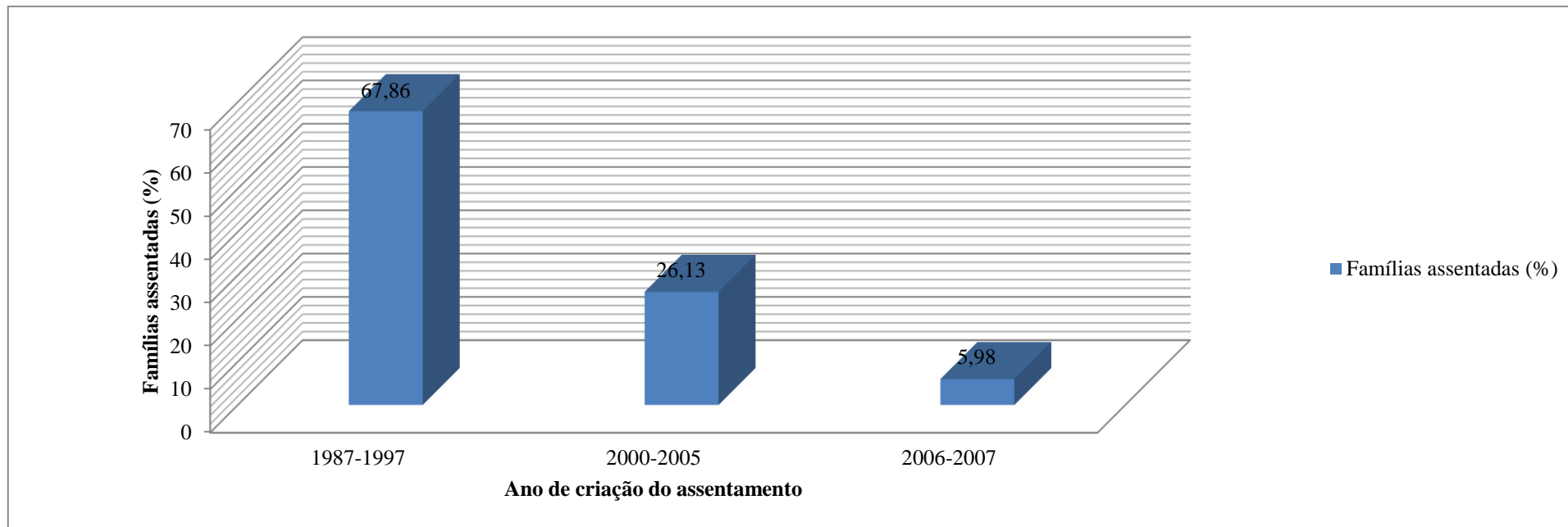
Fonte: INCRA. Dados obtidos na Superintendência Regional do Rio de Janeiro no ano de 2009.

Gráfico 3.
Área total dos *assentamentos* existentes na Região



Fonte: INCRA. Dados obtidos na Superintendência Regional do Rio de Janeiro no ano de 2009.

Gráfico 4.
Famílias assentadas em *assentamentos* existentes na Região



Fonte: INCRA. Dados obtidos na Superintendência Regional do Rio de Janeiro no ano de 2009.

Mesmo com a formação dessas unidades de aplicação do PNRA, a Região Açucareira de Campos e seu entorno ainda é passível de instalação de *assentamentos*, uma vez que, pelos dados apresentados pela CPT, existem na região 12 *acampamentos*, com 1740 famílias *acampadas*, como pode ser observado no quadro a seguir:

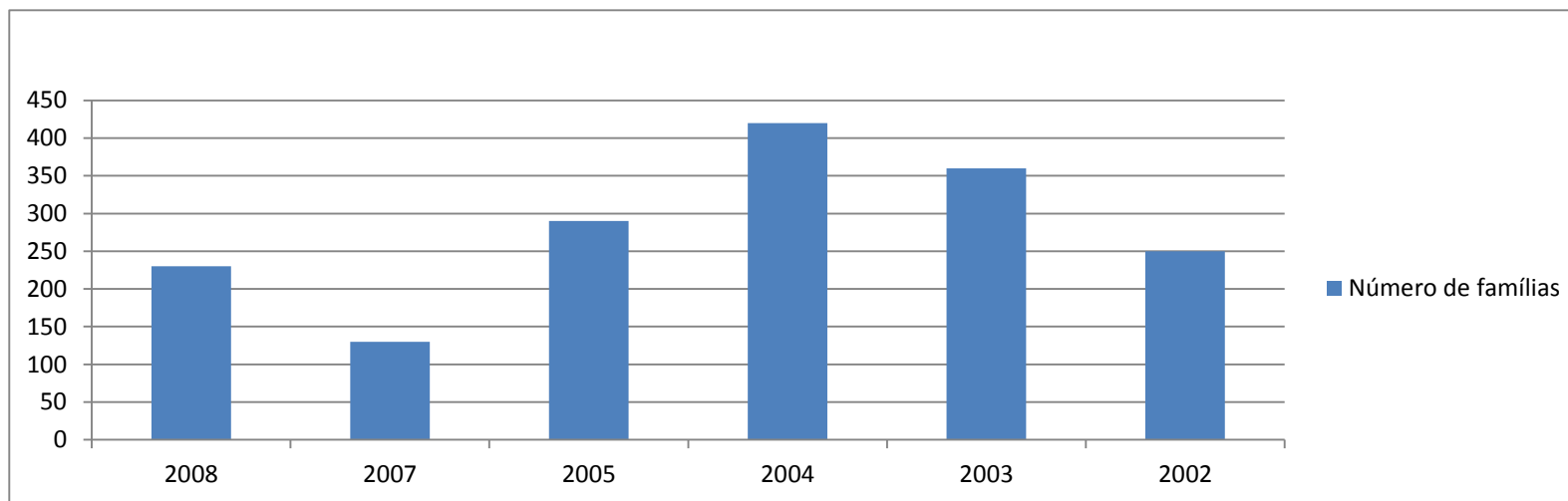
Quadro 5.
Acampamentos localizados na Região (2003-2008¹⁸)

Ano de formação de acampamento	Local do acampamento	Famílias	Organização
2008	Fazenda São Cristóvão	230	MST
2007	Fazenda Desejo e Azurara	130	MST
2005	Fazenda Santo Amaro/São José	110	MST
2004	Fazenda Boianga	180	Fetaerj
	Fazenda São Benedito e Motto dos Canudos	120	MST
	Fazenda Desejo e Azurara	130	MST
2003	Fazenda Santa Helena	170	Fetaerj
	Fazenda Abadia/Comp. St ^a Cruz	200	S/i
	Fazenda Dores de Cambaíba	160	S/i
2002	Fazenda São Diogo	60	S/i
	Fazenda Santa Maria	250	MST
Total		1740	

Fonte: CPT – disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/> Acesso em: 25/02/2013.

¹⁸ Os números são referentes até o ano de 2008, pois, a partir de 2009, não estão disponíveis, pelo sitio da CPT as atualizações referentes aos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

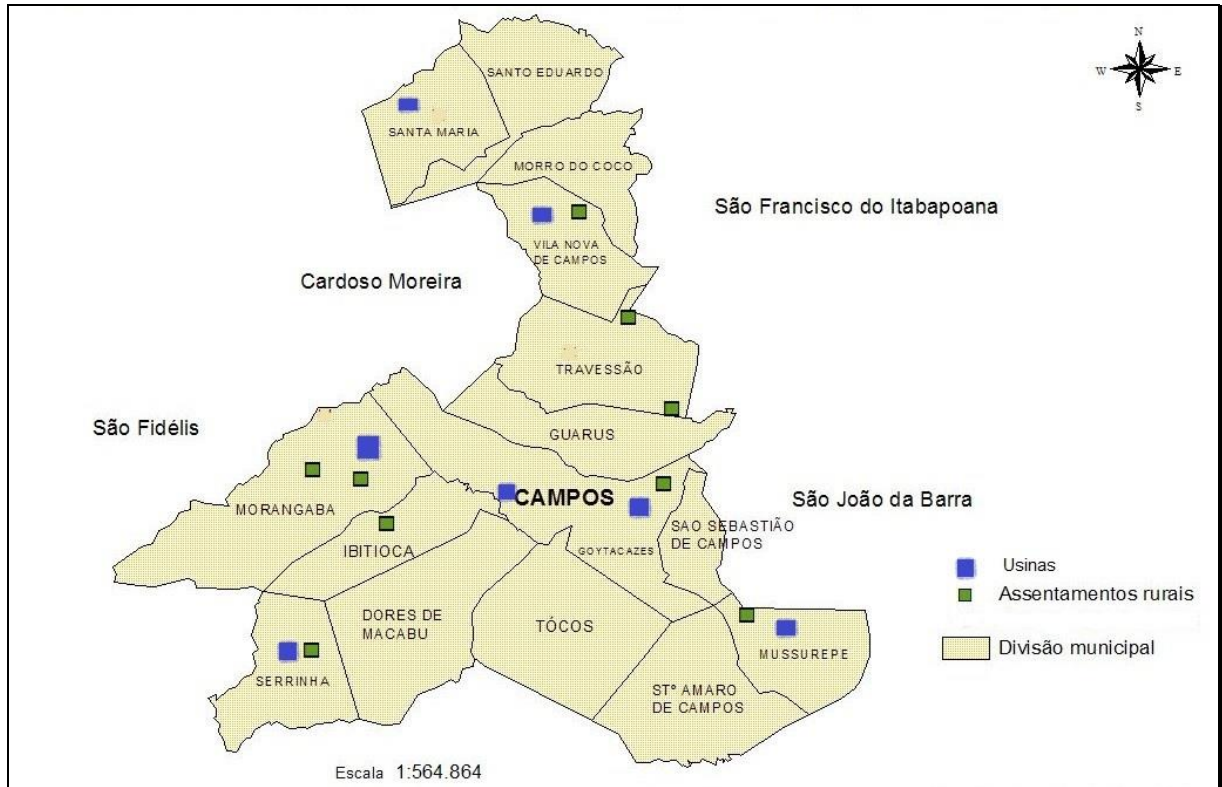
Gráfico 5.
Número de famílias *acampadas* na Região



Fonte: CPT – disponível em: [http:// www.cptnacional.org.br/](http://www.cptnacional.org.br/) Acesso em: 25/02/2013.

A partir do ano 2008, mesmo ainda havendo *acampamentos* na Região, não houve a consolidação de *assentamentos*. Todavia, as disputas por terra tornaram-se mais intensas, principalmente no início do ano de 2013, em que foi assassinado um dos líderes do M.S.T., Cícero Guedes, *assentado* desde 2002 no P.A. Zumbi dos Palmares e um dos organizadores de um *acampamento* localizado em torno da usina Cambayba. Sua morte teve repercussão nacional, não só pela internet como também por outros veículos de comunicação e trouxe à tona as condições vivenciadas pelos que lutam pela reforma agrária no estado do Rio de Janeiro.

Já os *assentamentos* estão presentes em quase toda a Região Açucareira de Campos, principalmente em áreas que antes (até 1985) eram propriedades das usinas sucroalcooleiras:



Mapa 2 – Localização das antigas usinas e atuais *assentamentos* rurais na Região Açucareira de Campos. Fonte: CPT - <http://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em 28 de março de 2012.

É neste quadro histórico que se insere o processo falimentar e de transferência de terra da Usina Santo Amaro (fotografia 1), pertencente ao Complexo Agrícola Baixa Grande, localizada no distrito de Santo Amaro, em Campos dos Goytacazes. Esta empresa, cuja falência ocorreu na década de 1990, era detentora de diversas fazendas, duas delas: Fazenda Ilha Grande e Fazenda Marrecas, transferidas para gestão pelo PNRA. E conseqüentemente, transformadas em *assentamentos*. A primeira passou a ser Projeto de *Assentamento* Ilha Grande¹⁹ e a segunda, objeto deste trabalho, denominou-se Projeto de *Assentamento* Che Guevara. Este nome, segundo dados de pesquisa, foi atribuído justamente pela trajetória da então família de proprietários da usina²⁰, que deixou o país de origem (Cuba) no momento da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara.

¹⁹ Os *Assentamentos* Ilha Grande e Che Guevara são bem próximos um do outro, não havendo qualquer marcação física para identificar a separação. Para efeitos deste trabalho, levo em consideração apenas o *assentamento* Che Guevara, tal como delimitado pelos *assentados*.

²⁰ Nesta dissertação, utilizarei não os nomes dos antigos proprietários da usina, mas sim como os próprios *assentados* os identificam: Cubano Velho (primeiro proprietário) e Cubano Filho (herdeiro e último proprietário).



Foto 1 – Vista parcial do antigo prédio da Usina Santo Amaro, localizada no povoado de Baixa Grande. Na chaminé, além da inscrição “STO AMARO” é possível ler a data de modernização como usina: 1949. Fevereiro de 2010.

I.1. A falência da Usina Santo Amaro e a entrada do M.S.T.

Antes da construção do Projeto de *Assentamento* Che Guevara, o Complexo Agroindustrial Baixa Grande, nas duas fazendas (Marrecas e Ilha Grande), contava com cerca de 150 funcionários *fichados*²¹. Nesta situação, a partir de relatos de *antigos funcionários*, o regime de trabalho permitia a adesão de membros da família (além do chefe da unidade familiar) nas atividades das lavouras. A participação era determinante para fixação dos filhos na região analisada. Esta manutenção do grupo familiar muitas vezes ocorria graças às reconhecidas posições que o pai (chefe do núcleo familiar) detinha.

Segundo dados de pesquisa elaborada por Neves (1989), os trabalhadores rurais da Usina Santo Amaro estavam identificados por termos indicativos da diferenciação de vínculos, de uso generalizado nessa região sucroalcooleira. No contexto da pesquisa, os trabalhadores se diferenciavam em: *trabalhadores efetivos*²² e *trabalhadores contratados*²³. Estes, por sua vez, se distinguiam em *trabalhadores de contrato direto* e de *contrato*

²¹ *Trabalhadores fichados* são aqueles que possuíam fichas, com histórico de trabalho, arquivadas no escritório da usina e, posteriormente, contrato de trabalho por tempo indeterminado.

²² Constituíam-se em menor número. Eram aqueles contratados antes do ano de 1966, neste sentido possuíam estabilidade frente à usina.

²³ Eram aqueles que constituíram relações empregatícias com a usina depois de 1966, ou seja, a partir da lei que instituiu o fundo de garantia por tempo de serviço.

*cortado*²⁴. Alguns destes trabalhadores, em especial os mais antigos e seus filhos, residiam nas propriedades do Complexo Agroindustrial Baixa Grande.

A consolidação do vínculo empregatício era reafirmada pela moradia no interior das fazendas, posição que intensifica a subordinação por parte dos trabalhadores moradores nas terras do usineiro ou fazendeiro. A subordinação passa a ser maior, afinal, os moradores estão suscetíveis às ordens imediatas do patrão, como demonstra Neves (2008).

Como relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário e respeito por parte deste aos direitos consensuais daqueles, a moradia mostrava-se muitas vezes vulnerável a desentendimentos não só por parte do chefe da família como também de todos os demais membros. Dessa forma, era comum a ruptura da relação por desrespeito a determinados padrões morais e excesso de autoridade do *fazendeiro*: brigar ou defender o filho do *morador*, deixar que animais violassem as lavouras sem a devida reparação; dificultar o uso do tempo para a dedicação aos cultivos de subsistência; suspender a concessão para a criação de alguns animais etc. Os desenvolvimentos frequentes acenavam para a inviabilidade da relação por estar ela pautada por relações de acordos pessoais. Só se sustentava se as partes estivessem acordadas (NEVES, 2008: 145-6).

No caso em análise, o usineiro permitia aos trabalhadores, *fichados*, a sua permanência e de seus familiares nas casas construídas para tal finalidade. Estas casas eram feitas de alvenaria e possuíam em média cerca de seis cômodos. Em torno da construção havia o *terreiro*, porém não era permitida criação de animais e muito menos lavouras para subsistência, pois a plantação de cana tomava quase todo o local correspondente. Para aqueles que desejavam criar algum tipo de animal, como boi, só era permitido em número reduzido e, além disso, precisavam dividir a cocheira com o gado da fazenda.

A partir da consolidação de leis referentes à categoria de trabalhadores de usina, as relações trabalhistas modificaram-se. A permanência dos assalariados nas casas construídas pelo usineiro foi legalmente reconhecida, conjugada à área para plantação de lavoura destinada à subsistência. Outra modificação se dá no âmbito educacional, com a construção de uma escola (nível primário, atual ensino fundamental) para os filhos dos trabalhadores. Além disso, a ruptura dos contratos, por parte da usina, implicaria indenização, paga em dinheiro aos contratados.

Neves (1989), analisando as relações de trabalho nesse sistema usina, destaca as interferências dessa legislação sobre a autoridade do usineiro. Esta interferência ocorreu por ações de alguns trabalhadores quando indenizados. Muitos deles começaram a construir casas em áreas externas às das fazendas:

²⁴ A primeira categoria abarcava aqueles contratados durante o período de safra; a segunda, os temporários.

A mobilidade espacial e residencial de boa parte dos trabalhadores está ligada a um processo mais amplo, decorrente inclusive das mudanças ocorridas nas relações de trabalho a partir da extensão da legislação trabalhista a essa categoria. As interrupções do contrato, a ruptura com padrões anteriores de relações, geralmente mais personalizadas, e o acesso a um fundo de reserva financeira (constituído pelo pagamento do décimo terceiro salário, pelo PIS e pelo Fundo de Garantia) permitiram ao trabalhador construir determinados espaços sociais em que sua autonomia relativa pôde ser preservada. A magnitude desse processo é expressa, por exemplo, pela formação de povoados em torno das fazendas da usina. (NEVES, 1989: 49).

A construção desse povoado, denominado Marrecas (Mapa 3), já descrita por Neves (1989), permitiu maior mobilidade entre os trabalhadores, afinal, linhas de ônibus foram estabelecidas, ligando a localidade até o centro comercial de Campos dos Goytacazes, bem como serviços públicos: correios, escola municipal, posto de saúde. Além disso, estabelecimentos comerciais foram estabelecidos, atendendo às necessidades básicas dos moradores e movimentando a economia local.



Mapa 3 – Localização de Marrecas. Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/BSJB-Campos.jpg> Acesso em 22/02/2013.

Esses estabelecimentos colaboraram assim para construção ou expansão dos povoados circunvizinhos às áreas de terra das fazendas. Com a ligação desses povoados à cidade de Campos dos Goytacazes por linhas regulares de ônibus e a ampliação da rede escolar municipal e estadual, os trabalhadores agrícolas alcançaram outros vínculos institucionais. Por tais conquistas, colocavam-se mais livres para estabelecer mecanismos de pressão junto a políticos partidários e obter a extensão de determinados serviços como luz elétrica e melhorar as condições sociais de vida de suas famílias. Entretanto, alguns permaneceram residindo em território do domínio do patrão (NEVES, 1989).



Foto 2 – Vista parcial do povoado de Marrecas. Agosto de 2009.

Os serviços situados contíguos às fazendas, igualmente, estavam intimamente relacionados às atividades do Complexo Agroindustrial, afinal, os principais clientes consistiam em assalariados, que compravam no local. Isto permitia uma possível manutenção do comércio e certa dependência dos comerciantes pelo regime de trabalho até então vigente, mas também a liberação relativa dos trabalhadores frente ao fornecimento da usina.

Porém, devido às crises de reprodução enfrentadas no setor açucareiro, o Complexo Agroindustrial Baixa Grande enfrentou diminuição e paralisação da produção. No ano de 1998, técnicos do INCRA realizaram vistorias na área e constataram a improdutividade das fazendas, perdendo com isso sua função social. No mesmo ano, meses antes, dirigentes do

M.S.T. montaram acampamento em torno da Fazenda Ilha Grande, onde permaneceram por cerca de dois anos (PEIXOTO, 2001).

Os acampados, em sua maioria recrutada por lideranças do M.S.T., eram de outras regiões, inclusive de outros estados. Pelas entrevistas com *assentados* que acompanharam todo o processo de formação do *assentamento*, muitos afirmaram a presença de famílias da Bahia, Espírito Santo, além de municípios em torno de Campos dos Goytacazes, como São João da Barra e principalmente São Fidélis.

Este momento de formação do acampamento pode ser visto como um período de transição, quando ocorre a construção do “sujeito da reforma agrária”. O acampado “passa por um processo de mudança de percepções de mundo e comportamento social durante o período...” (LIMA, 2008: 132). Esta mudança é marcada por regras que determinam a construção identitária dos “novos sujeitos”.

Esta nova identidade, a de *sem-terra*, carrega consigo inúmeros estigmas. Os *sem-terra*, além de outros constrangimentos, enfrentaram a rejeição coletiva dos contrastivamente enobrecidos *ex-funcionários* da usina. Os trabalhadores do Complexo Agroindustrial se sentiram ameaçados com a presença de pessoas estranhas. Esta ameaça se consolidava pelo não-reconhecimento por parte dos *antigos funcionários*, bem como pelas imagens negativas que recebiam, via TV, sobre integrantes do M.S.T.

As tensões entre *ex-funcionários* e *acampados* consolidaram outros princípios de diferenciação entre os *assentados*: os *ex-funcionários* que não *acamparam* e os que resolveram *acampar*, junto com os demais, denominados *de fora*. Segundo eles, houve, na ocasião, boatos circulando a ideia de que só ganharia *lote* quem estivesse acampado²⁵. Além deste motivo para inserção dos trabalhadores no projeto de reforma agrária, muitos ingressaram por não terem recebido os direitos trabalhistas instituídos pela relação com a usina. Assim, conceberam tal ato como uma possibilidade de justiça pelos anos dedicados ao trabalho junto à empresa.

Outra forma de expressão dos sentidos sociais da luta dos trabalhadores por ocasião da constituição do *acampamento* pode ser expressa pela pressuposição de perda dos direitos trabalhistas. Como visto, alguns trabalhadores optaram pelo *acampamento*, por boatos surgidos em torno dos possíveis privilegiados beneficiários da reforma agrária. Além disso, também surgiam boatos, circulados por parte dos acusados como “aliados do usineiro”, anunciando que, em breve, ele retomaria a posse da terra. Como consequência, os

²⁵ Tal pressuposto tem fundamento não na legislação, como será analisado no próximo no capítulo III.

trabalhadores que estivessem acampados sofreriam punições, como a não contratação no corte de cana.

Em pesquisa realizada no *assentamento* Novo Horizonte/Campos, Neves (1997b) constatou estratégia semelhante, onde a pressuposta (oni)presença do “dono das terras” foi determinante para a participação ou não dos antigos trabalhadores no projeto de reforma agrária.

A aceitação das insinuações, por parte de alguns *antigos funcionários*, está relacionada às perdas trabalhistas sofridas pelos cortadores de cana. A possibilidade de criação do *assentamento* (confirmação da falência do patrão) foi comparativamente avaliada pelas perdas relativas de direitos trabalhistas, até então vigentes, tal como avaliaram os efeitos da falta de pagamento dos direitos adquiridos pelos anos dedicados ao trabalho.

A grande questão, no contexto social analisado, surge exatamente com esta ruptura, onde os que viram no projeto de reforma agrária uma saída precisaram transitar do assalariamento para uma possível autonomia, caracterizada pela formação de uma nova identidade: *assentado*. Por outro lado, os reconhecidos como os *de fora* precisaram criar justificativas para a nova realidade encontrada: a de ser um *assentado* e ao mesmo tempo não ser do local. Estas tensões são, a princípio, norteadoras da própria formação e composição do *assentamento*.

I.2. Organização social do P.A.

Levando em conta o cenário que os *assentados* do P.A. Che Guevara encontraram no momento que ocuparam e se instalaram na área da antiga fazenda Marrecas e segundo levantamento realizado no período de pesquisa, além de dados apresentados por Peixoto (2001), foram *assentados* 169 pessoas, em 74 *lotes*²⁶. A idade média desses *assentados* girava em torno dos 26 a 45 anos, o que corresponde a 34,3% da população *assentada*. Além disso, havia predominância de homens, 55,0%.

Os 74 *lotes* foram demarcados, em um primeiro momento, por critérios que os *assentados* definem como *passar a corda*, isto é, quando os próprios pretendentes realizaram a divisão dos *lotes*, medindo os mesmos com auxílio de uma corda. Para esta divisão, cada *lote* tinha um tamanho específico e, inevitavelmente, foi motivo de protesto por parte daqueles

²⁶ O número de moradores sofreu alterações ao longo dos anos. Em 2012, dos 74 *lotes* existentes no *assentamento*, dois não estavam ocupados. Entretanto, não foi possível averiguar os motivos da desocupação, bem como os destinos dessas duas famílias.

que se sentiram em desvantagem, pois alegavam que o *lote* não correspondia às necessidades da família. Após vistoria realizada pelos funcionários do INCRA, nova medição foi realizada e, finalmente, definiu-se o tamanho para cada *lote*, como pode ser observado no quadro a seguir:

QUADRO 6.
Tamanho do *lote* e distinção sexual de cada titular

Tamanho do <i>lote</i> (ha)	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
De 0,9208 a 11,999	17	19	36
De 12,000 a 13,999	9	12	21
De 14,000 a 16,999	9	3	12
De 17,000 a 18,703	4	1	5
Total	39	35	74

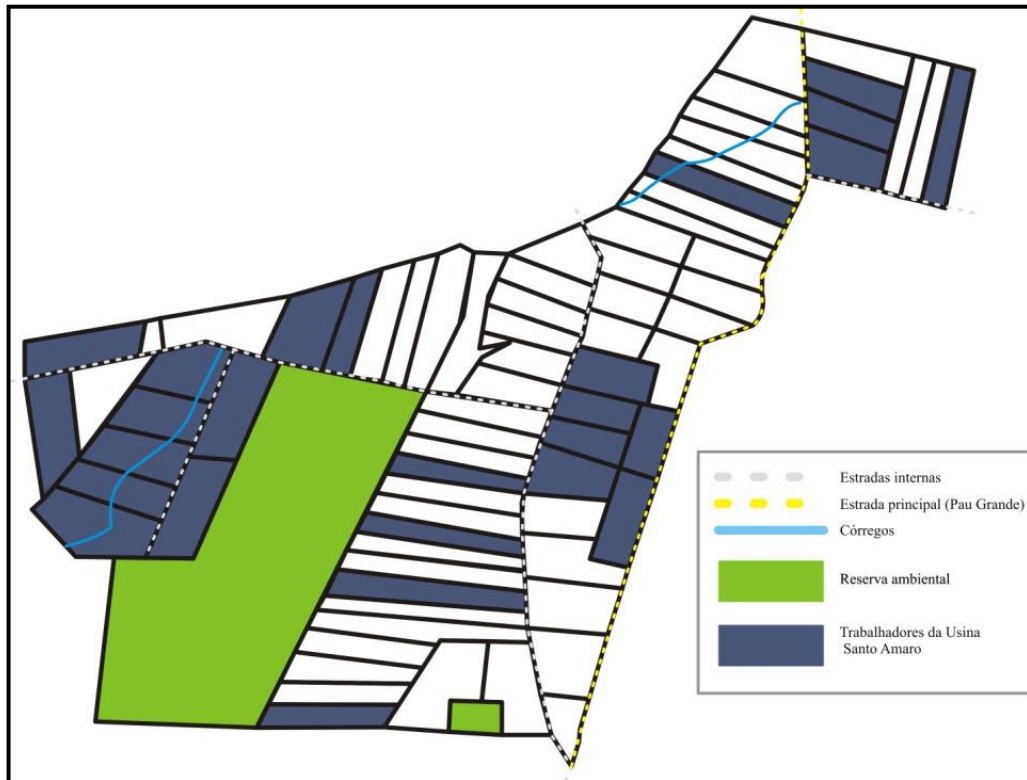
Entretanto, a divisão estabelecida pelos funcionários do INCRA, que leva em consideração as condições de cada região do *assentamento*, gerou conflitos internos, principalmente pela localização em que se encontra cada *lote*. Desta forma, os *assentados* dividem os *lotes* em duas categorias: *lote bom* e *lote ruim*. O primeiro, segundo ainda alguns *assentados*, ocupado por famílias oriundas do MST e o segundo, por *antigos trabalhadores* da usina. Para melhor exemplificar a distinção, sistematizo, no capítulo III, os critérios de diferenciação ou de acusação elencados pelos *assentados*.

a) *Lotes ruins*

Após desapropriação, das setenta e quatro famílias que conseguiram *lotes*, vinte e seis eram de *antigos funcionários* do Complexo Agrícola Baixa Grande. Esta diferença ocorreu, segundo os que condenam, porque líderes do M.S.T. deram prioridade, no momento da ocupação, às famílias oriundas de outras regiões, não permitindo a fixação dos demais nos *lotes*.

Pela ausência de representação do Estado, a decisão de quem iria ocupar um pedaço de terra partiu dos próprios líderes do *acampamento*, não permitindo interferências externas quanto a quem iria entrar no *assentamento*, como também qual a localização de cada *lote*. Neste momento, configurou-se uma diferenciação na própria posição em que cada *acampado/assentado* ocuparia no projeto. Os *antigos funcionários* que investiram na reforma agrária reclamam dos *lotes* recebidos, pois alegam que os *lotes bons* foram para os chamados *de fora*.

Os *lotes ruins*, como são chamados aqueles que sempre alagam no período de chuva, estão concentrados na parte esquerda da reserva ambiental (Mapa 4), que recorrentemente alagam nos meses chuvosos, geralmente dezembro, janeiro, fevereiro e março; nos demais meses, a seca impera. Conseqüentemente, a estrada (de barro), que corta esses *lotes*, fica em péssima condição para transporte, impossibilitando os deslocamentos dos agricultores.



Mapa 4 – Localização dos *lotes*, no interior do Assentamento Che Guevara, cujos moradores são *antigos funcionários da usina*.

Outra forma de diferenciação no P.A. pode estar relacionada às moradias. As construções da época do Complexo (casas dos trabalhadores) foram utilizadas como residência para algumas famílias. De todos os *assentados* que se estabeleceram nessas casas, dando origem a uma *agrovila*, apenas três são de *antigos funcionários* da usina, enquanto as demais estão ocupadas pelos *de fora*. No momento da ocupação da terra, de acordo com os entrevistados, as famílias beneficiárias das construções eram aquelas com posições privilegiadas entre os líderes do *acampamento*. Assim, muitos dos *antigos trabalhadores* da usina não ficaram com as casas.

Muitos destes já possuíam casas em Marrecas, conforme já mencionado, onde constituíram família e vivem até hoje. Assim, utilizam os *lotes* apenas para produção, até porque alguns estão localizados em áreas alagadiças, o que inviabiliza a permanência durante

os meses chuvosos. Estar distante das plantações, conseqüentemente dos *lotes*, pode representar um risco, pois permite um distanciamento entre o produtor e a lavoura, o que pode caracterizar um possível abandono e acarretar, em alguns casos, roubos dos materiais utilizados pelos *assentados*²⁷. Por outro lado, quem mora distante, para locomoção, possui algum meio de transporte, como moto, bicicleta ou carroça²⁸, o que facilita inclusive a venda dos produtos cultivados nos *lotes*.

b) *Lotes bons*

Pela observação direta durante trabalho de campo, as áreas em que estão concentrados os *lotes* dos *de fora* são consideradas, por alguns, como as melhores, pois como foram os primeiros a demarcarem os espaços, escolheram aqueles próximos às principais saídas do *assentamento* (ligando Marrecas e Estr. Pau Grande), o que facilita o transporte das mercadorias produzidas por eles. O estar próximo de Marrecas e da principal estrada que liga a região a Campos dos Goytacazes, também facilita a movimentação em direção ao centro urbano, que possibilita, de certa forma, melhores condições para os moradores (Mapa 5).



Mapa 5 – Localização dos *lotes*, no interior do Assentamento Che Guevara, ocupados pelos *de fora*.

²⁷ Durante trabalho de campo, principalmente no ano de 2009, ocorreram roubos em alguns *lotes*. Em todos eles, os *assentados* não residiam na terra, e sim na *agrovila* ou em Marrecas. Os objetos furtados geralmente eram: bomba d'água, motor (diesel), entre outros.

²⁸ Possuir tais meios pode ser útil para transportar os próprios produtos cultivados nos *lotes*.

A posição de cada *lote* determina a diferenciação entre *lote bom* e *lote ruim*. O primeiro está caracterizado como sendo aquele em que as condições para plantio são as melhores possíveis. Geralmente estão distantes da área de reserva ambiental, uma vez que esta alaga constantemente e também está distante das principais saídas do *assentamento*. Além disso, o solo é conhecido como *areia fria*, assim chamada, por ser facilmente encontrada terra escura em baixo da camada (espessa) de areia, o que facilita o cultivo das lavouras. Em contraposição, os *lotes ruins* são em sua maioria com solo composto basicamente de *areia*, o que dificulta o cultivo de grande parte de verdura e legumes desejados pelos *assentados*, sendo possível apenas, em alguns casos, o plantio de cana.

Outro fator que pode ser determinante para a diferenciação dos *lotes* no interior do *assentamento*, está associado ao fato de que as casas desocupadas dos *antigos funcionários* foram ocupadas pelos *de fora*, o que de certa forma facilitou o estabelecimento destes, uma vez que o crédito destinado para a construção das casas não foi utilizado para construir uma nova residência e sim para melhorias nas já existentes. Este aglomerado de casas, pertencentes ao período de funcionamento do Complexo Agroindustrial, forma hoje o que os *assentados* denominam de *agrovila*. A *agrovila* está dividida em duas partes, uma no caminho que liga a estrada Pau Grande e a segunda próxima a Marrecas. Juntas, como já demonstrei, possuem cerca de doze casas, com aproximadamente seis cômodos cada, onde o núcleo familiar tenta manter as condições básicas de sobrevivência.

As necessidades básicas de manutenção do núcleo familiar são asseguradas no espaço externo à casa, chamado de *terreiro*, onde é possível criar galinhas, patos, gansos, marrecas. As plantações no *terreiro* são de pequeno porte, destinadas ao autoconsumo familiar. São encontradas verduras, ervas para chás e temperos que, além de abastecerem a casa, também podem ser divididas entre os vizinhos mais próximos. Os cultivos dessas plantas tendem a ser mantidos pela mulher mais velha de cada núcleo familiar e a manutenção, como poda e irrigação, é feita diariamente pelos filhos ou netos mais novos.

Por esta perspectiva de diferenciação no interior do P.A., torna-se relevante a sistematização das percepções existentes entre os próprios *assentados* com relação ao *assentamento*. Neste sentido, no próximo capítulo pretendo discutir como essa classificação entre *lote bom* e *lote ruim* pode interferir nas condições de manutenção e sustentabilidade dos *assentados*.

CAPÍTULO II – Diversidade de recursos produtivos e diferenciação social entre assentados

A organização espacial do P.A. Che Guevara foi planejada, no momento de sua criação, como já demonstrei, pelos próprios militantes do M.S.T. Desta forma, muitas são as críticas, por parte daqueles que não receberam *lotes* em áreas consideradas aptas para o desenvolvimento da agricultura e pecuária – em especial criação de gado. Estas críticas são norteadoras do convívio entre os *assentados* e principal fator de diferenciação existente no local.

A localização de um *lote* e a forma como cada *assentado* o mantém, são fundamentais para determinar a estabilidade e manutenção da economia familiar, afinal, ter um *lote* bem localizado (com solo adequado, água em abundância e próximo das duas principais saídas do *assentamento*) e ter condições, enquanto agricultores autônomos, podem ser determinantes para o “sucesso” do empreendimento em que cada família *assentada* está disposta a realizar após a constituição do *assentamento*.

O contrário também pode ocorrer, isto é, estar *assentado* em um *lote* não apto e desconhecer as condições para as práticas agrícolas podem levar ao “fracasso” ou “insucesso”, uma vez que o *assentado* e sua família não conseguem corresponder às expectativas do programa de reforma agrária²⁹ com relação à produção de alimentos e manutenção do próprio *lote*.

Os próprios *assentados*, em especial aqueles que receberam *lotes ruins*, manifestam indignação referente às adversidades que precisam transpor para conseguirem manter, como atividade principal, a agricultura e o uso completo do espaço que receberam pela reforma agrária. Por este motivo, neste capítulo, pretendo analisar as condições dos *lotes*, tanto os considerados *bons* como também os *ruins*, pois são, de acordo com dados de pesquisa, norteadores para confirmação do processo de diferenciação existente no *assentamento*, uma vez que a posição espacial em de cada *lote* pode ser fundante para, como já salientei, o “sucesso” ou “insucesso” enquanto produtores rurais *assentados*.

A elaboração desta análise só foi possível porque os próprios *assentados*, antes mesmo de serem indagados sobre os cultivos existentes em cada *lote*, manifestaram, sem a interrogação do pesquisador, as condições precárias em que estão inseridos e as consequências para a manutenção e estabilidade no interior do *assentamento*.

²⁹ O Programa Nacional de Reforma Agrária e suas normativas serão discutidos no próximo capítulo (CAPÍTULO III).

II.1 - *Antigos funcionários frente aos novos desafios*

Com a mudança ocorrida pela constituição do *assentamento* rural, as formas de manutenção e reprodução econômica por parte dos *antigos funcionários* foram readaptadas ao novo contexto. Durante o período de atividade da usina, o pai, enquanto mantenedor do núcleo familiar, conseguia, junto ao *encarregado* das fazendas, uma função para os filhos. Nesse sentido, a unidade familiar era mantida graças ao trabalho no corte da cana. Mesmo não havendo vaga na usina de origem dos pais, os filhos tentavam exercer alguma função nas fazendas vizinhas. Assim, a saída destes era considerada improvável, pois constituíam família e se estabeleciam como trabalhadores no sistema usina.

Este núcleo familiar pode ser caracterizado como um grupo doméstico, como descreve Heredia (1979) “conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum” (: 37). Mantido pela aquiescência do usineiro, quando os filhos se casavam, tinham como base central o chefe da família (geralmente o mais velho). No caso pesquisado, as famílias conjugais moravam em casas separadas, guardando autonomia residencial características de unidade familiar.

Após falência da usina, para aqueles que aderiram ao projeto de reforma agrária, novos arranjos na economia doméstica precisaram ser projetados, bem como estratégias de manutenção do núcleo. O êxodo rural (por parte dos mais jovens) tornou-se mais frequente, uma vez que o projeto de reforma agrária prevê a absorção de um número limitado de integrantes por família, dado o limite do espaço físico de cada *lote*, o que impossibilita a reprodução familiar da segunda geração. Assim, os filhos dos *assentados* precisaram sair para novas atividades. Como alternativas de destaque na região, estão os trabalhos juntos às olarias, que, segundo os entrevistados, crescem em ritmo vertiginoso. A paisagem em torno do *assentamento* é composta por estas fábricas de tijolos que empregam, em sua maioria, filhos de *antigos funcionários* do sistema usina, com predominância os jovens maiores de dezoito anos.

Essa migração interfere na vida local, também ainda nas formas de trabalho no interior de cada núcleo. Das famílias *assentadas*, provenientes das fazendas desapropriadas, como mão de obra, elas contam com apoio dos filhos mais jovens, menores de dezoito anos, o que caracteriza, como demonstra Chayanov (1981), uma “unidade econômica de trabalho familiar e unidade econômica familiar de trabalho que significam [...] a exploração econômica da família camponesa ou artesã que não emprega trabalhadores pagos, mas utilizam apenas o trabalho de seus próprios membros” (: 134). Nessas unidades, utiliza-se a força de trabalho

familiar, sem salário, para plantar: cana, quiabo e alguns produtos de subsistência. Esse pode ser o cenário encontrado em outros *assentamentos* do município, como destacam Medeiros [et. al.] (2204):

Mesmo em Campos, onde a atividade agropecuária era mais significativa, complexa e homogênea (cana), a produção de banana, laranja, feijão e milho pelos assentados girava ao redor de 20%, refletindo uma diversificação da pauta a partir dos projetos de reforma agrária (:155).

No *assentamento* em pauta, a cana³⁰ é vendida para as usinas de açúcar, serviço que ainda emprega a utilização da queima para realização do corte. Este corte não conta com o trabalho familiar, pois o comprador de cana ou *atravessador* se encarrega de levar a *turma*³¹ para tal serviço. Todo o processo envolvido (*corte* → *amarrado* → *embarcação*) é supervisionado pelo chefe familiar³². Este momento é visto com certa desconfiança, pois o responsável, por parte da família produtora, relembra o passado, período em que o *balancista* era sempre acusado de roubar em favor da usina. Segundo os *antigos funcionários*, o peso nunca era o estimado por eles, sempre menor, o que gerava certa tensão entre os envolvidos.

Além do plantio da cana, outro produto cultivado, no pós-sistema usina, é o quiabo. Este requer cuidados diversificados (frente à cana de açúcar), apesar do preparo da terra ser semelhante ao da cana. O período de colheita é bem menor. Após três meses de plantio, já está apto para colheita. A manutenção da lavoura é diária, afinal, necessita de irrigação constante, bem como de combate às pragas e enriquecimento do solo, através de adubos químicos.

O custo da produção não é adequadamente compensado pela venda, segundo os *assentados*, por conta do *atravessador*, figura também presente na venda da cana. A colheita é totalmente feita por membros do núcleo familiar (pai, em alguns casos a esposa e filhos mais novos), o que ocorre em torno de duas vezes por semana³³, sempre pela manhã (o embarque é feito antes das dez horas da manhã). Como o produto é muito perecível, utilizam, como forma de proteção, caixotes de madeira, entregues pelos *atravessadores* e armazenados pelos

³⁰ Dados de pesquisas referentes a produção agrícola encontrada no *assentamento* serão apresentados no Anexo I.

³¹ A *turma* é composta por *assentados* e não-*assentados* recrutados pelos próprios *atravessadores*. Para o corte de uma lavoura de cana, agrega cerca de quatro cortadores, que trabalham em regime de diária. Além do corte, eles são responsáveis pelos amarrados e embarcação das mercadorias.

³² Nos *assentamentos*, ser o chefe familiar não significa ser o proprietário do *lote*. Muitas vezes, as mulheres são detentoras do título de posse, mas os homens exercem o poder de mando.

³³ No período de trabalho de campo, os *atravessadores* recolhiam as caixas de madeira com quiabo em dois dias da semana: terça-feira e domingo.

próprios *assentados*. A revenda ocorre em duas cidades diferentes: Campos dos Goytacazes (Mercadão de Campos) e Rio de Janeiro (CEASA).

Em estudos realizados em *assentamentos* do Estado de São Paulo, Sônia Bergamasco e Luiz Noder (2008) afirmam que “[...] a criação dos projetos [de assentamento] contribuem para a modificação das regiões e localidades nas quais estão inseridos” (: 57). A modificação traz contribuições para economia não só local como também regional, criando alternativas antes imprevistas pela posição ocupada pelo sistema usina.

Outra forma de consolidação no P.A., mas já existente antes mesmo de sua criação, consiste nas atividades realizadas com a *tabua*³⁴, capim encontrado com abundância nas lagoas da região. Com este capim, mulheres e crianças fazem esteiras, que são vendidas aos *atravessadores*. Estes, por sua vez, revendem em diversas cidades da região, inclusive em outros estados.

Para realização das *esteiras* de *tabua*, todo o núcleo familiar participa das atividades. O primeiro momento desta ação consiste na colheita do capim (*tabua*) que se encontra em lagoas existentes na região. Para isso, em alguns casos, os homens vão até a lagoa e cortam a *tabua*, suas folhas, com uma faca ou facão - o mesmo utilizado no corte de cana - e levam para o *terreiro* das casas. Por ser uma prática considerada de risco, pois existem muitas cobras, além do contato físico com a lama, geralmente é realizada pelos homens. Entretanto, muitas mulheres a fazem sozinhas ou então com os filhos mais jovens, quando há impossibilidade por parte do esposo.

Com relação ao papel do homem no preparo das *esteiras*, pode ser considerado ambíguo. A princípio é uma atividade exclusiva das mulheres e crianças, mas pressupõe pelo apoio do homem na colheita de *tabua*. No período de falência da usina, os homens cuidavam não só do corte como também de todo preparo da esteira, dividindo o preparo com a esposa e os filhos.

Em torno da região estudada, tal atividade sempre foi predominante das mulheres, principalmente durante as atividades do Complexo Agroindustrial, pois os chefes do núcleo familiar e os filhos mais velhos saíam para o trabalho nas lavouras de cana e os demais membros do núcleo realizavam tal atividade. Porém, em locais onde não havia usinas próximas, os homens exerciam a função, atividade fundamental enquanto fonte de renda da família.

³⁴ Taboa (*typha dominguensis*). Capim alto dos brejos, forma massas uniformes nas lagoas, planta bastante rústica.

O transporte da *tabua* - da lagoa até o *terreiro* da casa - pode ser feito com auxílio de carroça puxada por burro, trator, motocicleta ou então por um caminhão de pequeno porte. Algumas famílias não contam com tais meios. Assim, alugam o transporte (caminhão ou carroça) por preço variado. Este preço, durante período de trabalho campo, poderia chegar a R\$20,00. A cada viagem o valor deve ser pago. Portanto, a cada colheita, uma família gasta, em média, R\$40,00 só para transportar a *tabua*. Este valor não é muito recompensado pelo valor mercantil do produto.

Após a realização do transporte, a *tabua* é posta, pelas mulheres ou crianças, no *terreiro* para secar durante quinze dias (período estimado, suscetíveis às condições climáticas). Quando a *tabua* está totalmente seca, elas preparam a *imbira*³⁵ (cordão feito da própria *tabua*, neste caso ainda verde – não totalmente seca – que tem como finalidade *juntar* a *tabua*, para formar a esteira). Após secar, utilizam o *cambito* (pedaço de eucalipto), num total de doze³⁶ para trançar a *tabua*, além de um tronco, também de eucalipto, que serve como base para a confecção da *esteira*.

Após o preparo, as *esteiras* são estocadas em um cômodo dentro da própria casa, para não serem atacadas por insetos, principalmente formigas. Aguardam a chegada do *atravessador* para comprá-las, pelo preço em torno de R\$1,70 cada. A venda é feita a cada quinze dias, momento em que o comprador, com um carro com carroceria, recolhe e paga à vista o valor por cada *esteira*. Não há encomendas. Ele compra todo o estoque, que em alguns momentos pode chegar a mais de cem *esteiras*.

A renda obtida com a venda das *esteiras* é revertida para consumo interno (compras necessárias para o dia-a-dia da família), mas não é vista como fonte de renda central (primária), apenas como complemento, ou *ajuda*, para as despesas mais imediatas. Em média, cada família que produz esteiras, vendendo por R\$1,70 cada, no fim do mês, descontando o transporte, pode ganhar cerca de R\$ 170,00. O que, de certa forma, representa valor significativo para renda familiar. Porém, mesmo assim, não é percebido como fonte principal de renda. Este cálculo está referenciado por princípios de organização familiar. Distancia-se de uma possível racionalidade econômica mercantil, posto que o tempo de trabalho não é computado pelo uso de força de trabalho. O trabalho é termo referente ao universo masculino, enquanto o apoio ou *ajuda* designam o papel exercido pela mulher. Por este sistema de caracterização, concepções que referenciam relações de gênero influenciam também a divisão

³⁵ Além da *imbira* também pode ser utilizado o *barbante*, cordão de plástico, de cor azul ou verde, vendido em lojas de materiais agrícolas. Neste caso, quando há emprego do *barbante*, o valor final da esteira é maior.

³⁶ Este número pode variar, de acordo com o tamanho desejado da esteira.

econômica no núcleo familiar, onde o trabalho da mulher, mesmo propiciando rendimento, é visto como *ajuda* e complemento; enquanto o homem trabalha para *sustentar a casa* (SANTOS & CRUZ, 2010; SANTOS, 2011).

Além desta atividade, como expressão da consolidação do *assentado*, a criação de gado ganha destaque, principalmente entre os *antigos funcionários* da usina. Tal atividade já era praticada por eles, porém, como estavam submetidos aos mandos do usineiro, os bois ficavam nas cocheiras das fazendas e o número de cabeças era assim limitado. O acordo com o patrão e os encarregados da fazenda é que definia o número de cabeças possíveis.

Após falência, com a construção do *assentamento*, a prática pôde ser mantida sem interferências, apenas respeitando os limites entre vizinhos. O gado está concentrado entre aqueles *assentados* que possuem lotes próximos à reserva ambiental, o que dificulta a produção de cana, quiabo ou qualquer outra lavoura. Em média, cada família criadora de gado, possui cerca de cinco cabeças. O gado é vendido para açougues de Marrecas (carne) e o leite pode ter destino interno, para a própria família, também sob a forma de queijo, que pode ser comercializado no mercado local. A venda dos animais ocorre apenas em momentos de precisão, como forma de saldar alguma dívida externa (principalmente com instituições financeiras, quando adquirem algum crédito, como PRONAF, entre outros). Dessa forma, as transações envolvendo o gado só ocorrem uma vez ao ano, quando as dívidas são cobradas.

A atribuição de sentido à criação de gado é múltipla, afinal, ele pode representar fonte de alimentação (leite e queijo), em especial para as crianças, como também pode servir como forma de garantia para transações econômicas, uma espécie de seguro, do qual o agricultor pode se valer a qualquer momento. Evidentemente, este seguro possui alguns riscos. Estes riscos não são só referentes ao gado, como também a toda economia, tanto que determinam a intensidade de produção e as alternativas encontradas para sobrevivência.

Entre os *assentados* também é comum à criação de galinhas caipiras. Estas, nos lotes dos *antigos funcionários*, são mantidas em cercados, geralmente feitos de tela de arame liso, onde as galinhas permanecem durante boa parte da vida. Quando estão *chocas*, são soltas juntas com os *pintinhos* – filhotes. A opção por criar galinha caipira e não de granja se justifica pelo fato de que as primeiras comem de tudo, já as outras escolhem mais o que comer, dando preferência para o milho ou ração (cf.: SANTOS, 2011).

Aliar a produção de cana com a criação de gado ou galinha, ou de quiabo com gado ou galinha pode gerar conflitos. São atividades incompatíveis, pois alteram os espaços destinados para cada cultivo. Ao criar gado, é necessária a manutenção de pastos, relativamente grandes, onde os bois possam passar o dia e durante a noite ficam em cocheiras. Nesses espaços, cercas

são importantes para prender os animais. Porém, são frequentes as acusações, entre vizinhos, de invasão de boi na lavoura de cana ou quiabo do outro, o que gera conflitos entre os pares. O mesmo ocorre com os criadores de galinhas. Estas atacam plantas de menor porte, como de subsistência ou de ornamentação que são encontradas nos *terreiros*.

Os transtornos também são frequentes com relação às lavouras, em especial de cana e quiabo. Isto porque a condição do solo, principalmente em torno da reserva ambiental, não é ideal para plantio, o que dificulta a economia familiar. Por sua vez, os constantes alagamentos ocorridos prejudicam não só as plantações como também as criações. Os *assentados* ficam sem recursos, pois investem todo o trabalho em torno das atividades, mas o retorno nem sempre é compensado.

A junção de atividades, mesmo que incompatíveis, é posta em prática como alternativa de reprodução encontrada, por parte dos *antigos funcionários* da usina. Mesmo em meio a perdas e acusações, essas atividades complementares ainda são vistas como viáveis para sustentabilidade no projeto de reforma agrária.

II.2 - Manutenção dos lotes pelos (ainda categorizados) *sem-terra*

No caso dos considerados *de fora* ou *sem-terra*, a manutenção do *lote* ocorre com o membro familiar mais velho estabelecido no lote, enquanto os filhos saem para novos empreendimentos. Este processo é possível, pois geralmente o pai já está aposentado, o que de certa forma consegue estabelecer equilíbrio nas finanças da família. Assim, o valor da aposentadoria é destinado não só para o sustento familiar como também para a própria manutenção da lavoura e das criações existentes. Isso ocorre com certa frequência, afinal os créditos disponíveis para agricultura, em alguns casos, não são suficientes para a manutenção dos cultivos. Isso pode ser determinante para a presença maciça de idosos no *assentamento*. Durante trabalho de campo, foram poucos os jovens encontrados, apenas alguns com menos de dezoito anos. Os demais, segundo entrevistados, *foram embora* em busca de outras possibilidades.

A organização familiar extensa, no caso estudado, pode ser assim exemplificada: uma família, composta por três filhos e cinco netos, com origem em Donana (distrito de Campos dos Goytacazes), por exemplo, não se constitui no interior do *assentamento*. Os mais velhos (os pais) ficam morando e cuidando do lote, enquanto os filhos (casados ou não) continuam no distrito de origem. Por situações inesperadas, como desemprego de um dos filhos, este pode ir residir com os pais, durante um período e, além disso, prestar contribuições nas

atividades diárias. Porém, a permanência deste no *assentamento* é temporária, não ultrapassando um ano.

Com este arranjo é possível constatar os limites do programa de reforma agrária. Ao não permitir a reprodução familiar no interior do *assentamento*, demonstra insucesso na inclusão dos assistidos pelo projeto, como observa Martins (2003) “muitos creem que o acesso à propriedade da terra pode constituir um meio de inclusão social e, sobretudo, de emancipação dos pobres, como se a inclusão fosse uma consequência e a propriedade da terra uma causa” (:36). Mas o que é visto no dia-a-dia da reforma agrária é o oposto, a adesão não significa melhorias nas condições de vida de cada *assentado*. Entretanto, são as condições de permanência no *assentamento* que determinam a forma como os *assentados* lidam com o produto da reforma agrária e ao mesmo tempo determinante para as adaptações econômicas necessárias para a manutenção familiar, bem como manutenção do lote, sendo considerado meio para obtenção de trabalho e renda.

As formas encontradas para manutenção do núcleo familiar e também do *lote* estão intimamente relacionadas com as relações com a terra, ou melhor, como lidam com as possibilidades existentes no interior do *assentamento*. A principal forma de estabelecimento está centrada na agricultura, na produção de quiabo e cana; existe ainda o coco e também o feijão de vagem como produtos cultivados no P.A. pelos *sem-terra*.

A plantação de cana, entre os *de fora* não é destinada, em sua maioria, para a produção de açúcar. Como destino, são vendidas para *atravessadores* que revendem, no município do Rio de Janeiro, para a produção de caldo (conhecido como caldo de cana) que, por sua vez, é revendido aos bares e lanchonetes. A figura do *atravessador* é importante nesse processo, pois está presente desde o corte da cana, isso porque é ele quem organiza a *turma* de cortadores. Essa turma é composta, em alguns casos, por *antigos funcionários* da usina e também não-*assentados*. Estes ganham por semana de trabalho. Além do corte, são responsáveis por *amarrar* as canas (com fita plástica) e também cuidam da arrumação na carroceria do caminhão do *atravessador*. Todas as etapas são acompanhadas não só pelo *atravessador*, como também pelo dono da lavoura. O destino da cana é determinante, pois dependendo da finalidade do produto, há ou não queima da roça. Para caldo, por exemplo, a cana não pode ser queimada, apenas cortada com facão. Se esta fosse destinada às usinas de açúcar, aí sim seriam queimadas antes do corte.

A produção de coco e feijão de vara ainda são pequenas no *assentamento*. São vendidos, também para *atravessadores*, que por sua vez revendem na cidade de Campos dos

Goytacazes. Nos meses de verão, a venda do coco é um pouco maior, pois tem como destino o litoral norte fluminense, que durante esse período recebe turistas de outras partes do estado.

Além do plantio desses produtos, os *assentados* muitas vezes se ausentam dos *lotes* para exercerem outras atividades, não só na região, como no centro do município de Campos. Quando são as mulheres, trabalham como empregadas domésticas ou no comércio. Já os homens, podem exercer atividades diversas, como pedreiro, comerciário, entre outros. O retorno para o lote ocorre com certa frequência, pois são constantemente notificados pelo INCRA quando não produzem nas terras.

Pelo que apresentei até agora, é possível perceber que as condições dos *lotes* são determinantes para o “sucesso” ou “insucesso” da família *assentada*, bem como a intensificação de diferenciação entre os participantes do projeto de reforma agrária. Por este motivo, nos próximos tópicos deste capítulo, serão analisadas as condições, apresentadas ao longo do trabalho de campo, das diversificações existentes no interior do *assentamento* Che Guevara, além de implicações relacionadas em ocupar *lote bom* e *lote ruim*.

II.3 – Condições produtivas

Aderir ao projeto de reforma requer, por parte dos beneficiários, como economia primária da família, a prática da agricultura familiar. Entretanto, as condições para a consolidação desta atividade não podem ser consideradas como homogêneas, pois uma série de fatores é determinante para o “sucesso” ou “insucesso” das práticas agrícolas.

Além das condições já mencionadas no início deste capítulo, fatores relacionados com a posição de cada lote também são fundantes para a prática agrícola e seus desdobramentos, como não só o plantio, mas também a comercialização. Ao longo do trabalho de campo, ao serem indagados ou, em casos, de forma espontânea, os *assentados* elencavam três quesitos fundamentais para a consolidação do *assentado* enquanto agricultor familiar. Esses fatores são: a) tipo de solo em que está localizado o *lote*, b) ocupar *lote* em área alagadiça, c) estar próximo das principais entradas e saídas do *assentamento*.

Estes fatores são considerados por aqueles que vivenciam a reforma agrária como fundamentais para a prática agrícola e, conseqüentemente, como determinantes para a permanência no *assentamento*.

Os principais cultivos existentes no P.A. Che Guevara são: cana, quiabo e coco; como já demonstrei. Além dessas plantações, a criação de gado também pode ser encontrada com frequência nos *lotes* dos *assentados*. Para melhor compreensão da distribuição espacial dos

cultivos e criações, apresento mapa onde estão sinalizadas, em cada *lote*, as práticas entre os *assentados* (Mapa 6):



Mapa 6 – Localização e distribuição espacial dos produtores, segundo sistemas produtivos, por *lote*, PA Che Guevara. Adaptado a partir de Peixoto (2001) e Tavares (2010), mas segundo dados obtidos durante trabalho de campo realizado em fevereiro e agosto de 2010.

Pelo mapa anterior, é possível observar que a maioria dos *assentados* tem como fonte principal econômica o cultivo de cana e quiabo, aliada ao plantio de coco e a criação de gado. Apenas sete *lotes* são considerados improdutivos. Entretanto, é preciso levar em consideração que dois destes não estavam ocupados³⁷ durante a realização do trabalho de campo. Já os outros cinco *lotes*, não foi possível, por parte do pesquisador, identificar os cultivos praticados pelas famílias. Assim sendo, dos setenta e quatro *lotes* existentes no P.A, consegui identificar a produção de sessenta e nove, o que corresponde 95,83% dos *lotes* ocupados.

Dentre estes que obtive informações, o cultivo de cana pode ser considerado como o principal, pois das sessenta e nove famílias, sessenta e duas (89,85%) a plantam e a comercializam. Já com relação ao quiabo, trinta e sete (53,62%) famílias têm, além da cana, o cultivo de quiabo. Em vinte e dois lotes (31,88%) são encontrados coqueiros. E, por fim, a

³⁷ Apesar das dificuldades existentes não só no *assentamento* Che Guevara, como também nos demais localizados na Região Açucareira de Campos, diversos estudos apontam para o baixo número de desistência e abandono dos lotes (cf.: PEDLOWSKI [et. al.], 2000; MAIA, 2003; ZINGA, 2002 e 2004; AQUINO, 2008; CORDEIRO, 2010; SANTOS, 2011).

criação de gado corresponde a quarenta e duas famílias (60,86%) que se valem desses animais.

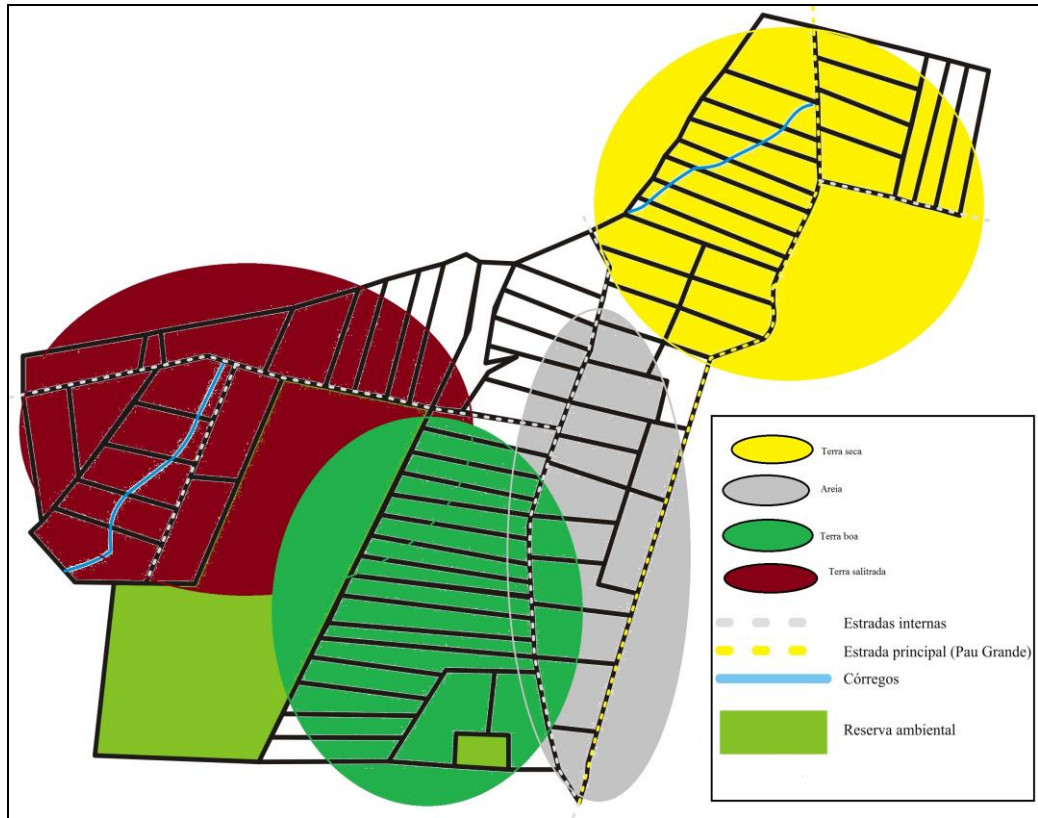
Entretanto, a configuração espacial dos *lotes* precisa ser levada em consideração para melhor visualização desses cultivos e, além disso, compreender os motivos tomados pelos *assentados* para terem essas práticas como centrais para a permanência no projeto de *assentamento*.

a) Diversos tipos de solos

O P.A. Che Guevara encontra-se em uma área completamente heterogênea com relação ao terreno. Os *assentados* dividem a área em quatro tipos diversos de solo, como *terra seca*, *areia*, *terra boa* e *terra salitrada*. Há áreas em que são consideradas intermediárias, onde não há predominância de nenhum tipo de solo específico.

As características do solo são levadas em consideração no momento de constituição do projeto de *assentamento* pelos técnicos do INCRA e da EMATER para determinarem os tipos de cultivos adequados para cada área. Desta forma, no momento em que a Fazenda Marrecas fora decretada como área destinada para reforma agrária, especialistas, acompanhados pelo antigo administrador da fazenda³⁸, percorreram toda a área e realizaram análises em que objetivo central era justamente determinar, por análises técnicas, o tipo de plantio que seria mais adequado em cada parte da propriedade. Assim, o *assentamento* pode ser dividido em quatro áreas específicas, como pode ser visto pelo Mapa 7:

³⁸ Ver caso número 2, capítulo IV.



Mapa 7 – Solos dos lotes do P.A. Che Guevara. Mapa elaborado com apoio do *assentado* e antigo administrador da fazenda Marrecas, José Quissaman.

Esta configuração precisa ser levada em consideração para compreensão do que os próprios *assentados* qualificam como *lote bom* e *lote ruim*. O conceito *terra boa* é determinante para perceber que os lotes que possuem tal tipo de solo são aqueles em que a diversidade de cultivos é superior se comparado com outras áreas, como os que estão em *terra salitrada* ou em *terra seca*, por exemplo.

Dos setenta e quatro lotes existentes no P.A, quatorze (18,91%) estão completamente localizados em *terra boa* e quatro (5,40%) possuem parcialmente esta terra. A *terra boa* é caracterizada como aquela de tonalidade escura, fofa e possui humidade propícia para o cultivo. Por ser terra muito macia, é de fácil manejo e, além disso, é denotativo de estar próximo a fontes de água, o que é de extrema valia para a prática agrícola. Ter *lote* neste tipo de solo é considerado, pelos próprios *assentados*, como sinal de boa plantação, uma vez que *tudo que se planta dá!*

Das dezoito famílias que possuem lotes nesta área, quatorze são *de fora* e o restante, quatro, de *antigos funcionários*. Estes números são referentes, como já demonstrei, devido ao fato que no momento da divisão dos lotes os chamados *sem-terra* foram os primeiros a escolherem os lotes no *assentamento*. Assim, puderam se estabelecer em área com a melhor qualidade de terra e fartura de água.

A produção agrícola (plantação e criação), nestes *lotes*, é considerada boa, devido, fundamentalmente, à qualidade do solo. Todos plantam cana, quiabo e coco para comercialização e também destinam espaço para cultivo de produtos para auto-consumo. As criações de gado e aves de pequeno porte também são encontradas em abundância. Estas famílias *assentadas* são reconhecidas, pelos demais *assentados*, como aquelas que conseguiram alcançar os objetivos da reforma agrária, afinal, parte das famílias trabalha no *lote*, não precisa “contratar” ou arrendar o lote para terceiros e comercializa praticamente tudo que é produzido. Essas características são consideradas fundamentais para o “sucesso” da reforma agrária, afinal, conseguem ser um *assentado* pleno³⁹ (cf.: SANTOS: 2011).

Doze *lotes* (16,21%) têm como principal solo a *areia*. Destes, a metade é ocupada por *antigos funcionários* e a outra metade pelos *sem-terra*. *Areia*, não é considerada apta para qualquer tipo de plantação, pois é muito quente e necessita de irrigação constante. Por estas características, não existem fontes de água próximas aos *lotes*, o que dificulta e, conseqüentemente, torna a produção agrícola não muito vantajosa, pois o *assentado* necessita investir em perfurações de poços para obter água potável para irrigação e consumo familiar. Outra dificuldade para a agricultura está relacionada ao fato de *areia* não absorver os nutrientes (adubos químicos) com facilidade. Com isso, todo dinheiro investido na compra desses produtos pode ir “água abaixo” quando chove.

A produção de cana é intensificada, pois, de acordo com os *assentados*, as características do solo são adequadas para este plantio, pois não há necessidade constante de adubação e a irrigação só é feita em momentos específicos. Alguns *assentados*, cinco ao total, criam gado, mas o rebanho não ultrapassa o número de cinco cabeças, pois devido à ausência de fontes de água, dificulta a criação. Entretanto, nos *terreiros* de todos os *lotes* há a predominância de galinhas, patos, marrecos e outras aves de pequeno porte. Estas são utilizadas, em sua maioria, para consumo interno, em que são aproveitados os ovos e a carne para alimentação.

Os *assentados* que ocupam *lotes* com a predominância de *areia* só conseguem aproveitar todo o espaço utilizando, de forma massiva, adubos químicos, caso optem por outras plantações, caso especial para o quiabo, mesmo reconhecendo os riscos e gastos que tal prática impõe. Além disso, precisam adquirir bombas d’água para irrigarem as lavouras, o que representa gastos, inclusive na conta de luz elétrica, pois estas só funcionam conectadas em eletricidade.

³⁹ Ver próximo capítulo (CAPÍTULO III).

Somadas todas estas dificuldades, o trabalho familiar não pode ser exercido de forma plena, pois parte do grupo familiar necessita sair para outras atividades, como já apresentei no início deste capítulo.

Estas são as mesmas dificuldades enfrentadas pelos *assentados* que possuem *lotes* em área considerada de *terra seca*. Estes *lotes* representam 28,37% (vinte e um *lotes*) e destes, 21,62% são ocupados pelos *de fora* e o restante, 6,75% (cinco *lotes*) pelos *antigos trabalhadores* da usina. A *terra seca*, mesmo havendo córrego que corta parte dos *lotes*, é assim considerada pelas dificuldades em que os *assentados* enfrentam para se constituírem enquanto agricultores. Estas dificuldades são evidentes, pois o solo é visivelmente seco, extremamente duro, o que dificulta o manejo com as ferramentas utilizadas (enxada, entre outras). Além disso, por ser seco precisa de irrigação constante e as lavouras não *pegam* da mesma forma que em outras áreas do *assentamento*. Em outras palavras, o tempo para começarem a colher, por exemplo, quiabo, é muito maior, pois a planta, devido ao solo, não consegue germinar dentro do período estimado (a duração de plantio e colheita do quiabo, somados, chega há três meses em um lote localizado em terra boa, porém em terra seca, esse tempo pode chegar a cinco meses).

Por estes motivos, a produção de quiabo só está presente em lotes próximos ao córrego que se encontra nesta região do *assentamento*. Já a criação de gado é a forma que os *assentados* encontraram para suprirem as dificuldades econômicas por conta das condições em que estão inseridos⁴⁰. Assim, os *assentados*, em sua maioria, não residem nos *lotes*, preferindo estabelecer residências em outros distritos do município (distritos próximos), pois desta forma encontram, com maior facilidade, outras atividades, muitas destas não relacionadas com agricultura. Devido a tais condições, durante todo o trabalho de campo, não obtive sucesso em tentar visitar estas famílias. As informações que obtive foram repassadas ou pelo líder comunitário ou por *assentados* que já conheciam essas pessoas.

Por fim, o último tipo de solo apresentado pelos *assentados* é *terra salitrada*. São dezessete *lotes*, o que corresponde a 22,97% do *assentamento*. Destes, onze são ocupados pelos *antigos funcionários* (14,86%) e apenas seis pelos *de fora*. Esta é uma área em que as principais dificuldades encontradas em todo o *assentamento* são mais evidentes, pois é área em que o solo é extremamente pobre de nutrientes, o que faz com que seja muito difícil a utilização para plantio de qualquer cultura.

⁴⁰ Esta é a área menos habitada do *assentamento*. Na primeira vez que estive nessa região, principalmente nos *lotes* do lado extremo direito do mapa, a sensação que tive foi de não estar dentro do *assentamento*, mas em outro local. Nesta primeira ida (agosto de 2009), não consegui encontrar muitos moradores, apenas bois e vacas. A desolação toma todo o ambiente.

Por este motivo, a predominância de gado impera na área, uma vez que, por conta das dificuldades do solo e, aliado a isso, as péssimas condições em que a estrada de acesso aos *lotes* possui, dificultam a produção e comercialização de qualquer produto.

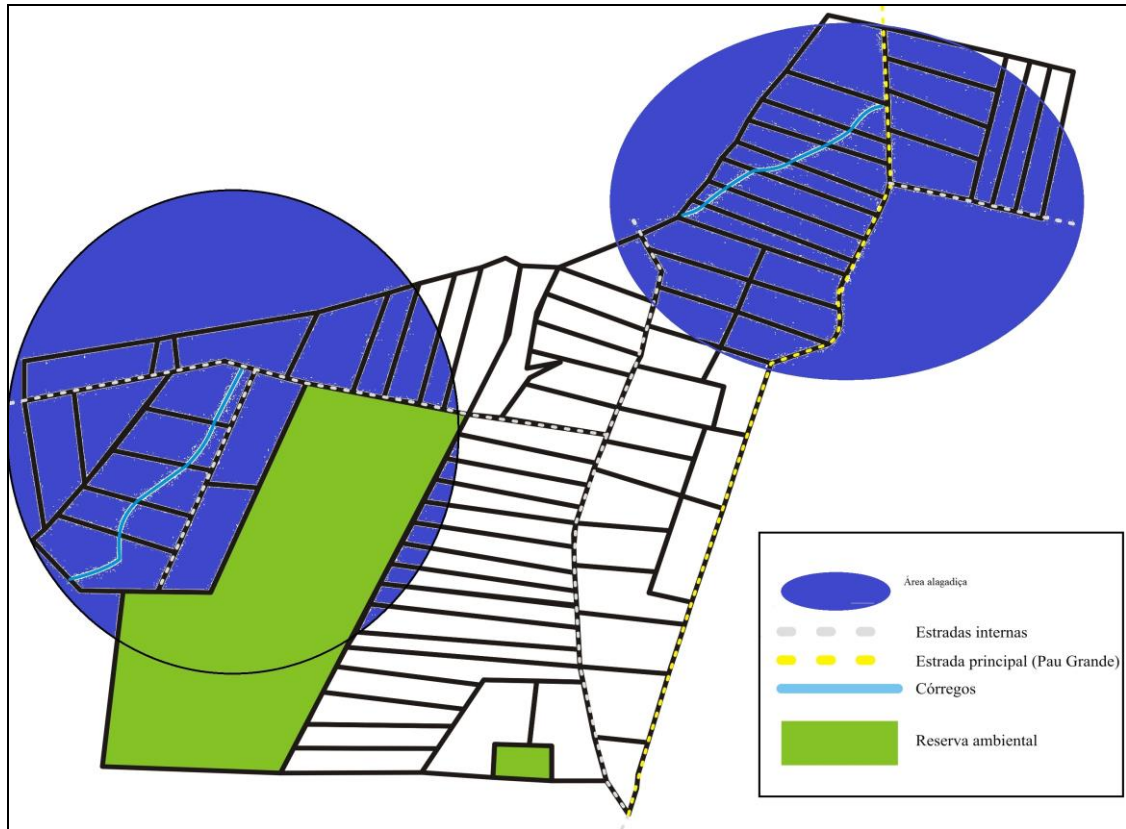
Desta forma, os *assentados* que possuem *lotes* em tais condições não residem no local. Como a maioria é composta por *antigos funcionários*, estes permaneceram habitando suas casas, em Marrecas, construídas no período de funcionamento da usina. Já os demais, *sem-terra*, precisaram estabelecer residências na *agrovila*⁴¹, que fica no centro do *assentamento*. Devido à distância que precisam percorrer para chegar ao *lote*, apenas o plantio de cana e criação de boi são oportunas, pois em determinados momentos do ano a entrada para esses lotes fica impossível, principalmente no período de chuva.

b) Áreas alagadiças

Existem duas áreas no P.A. Che Guevara que são consideradas, pelos próprios *assentados*, como áreas alagadiças. Estas áreas, por estarem próximas aos dois dos principais córregos que cortam o *assentamento*, sempre alagam no período de chuva que, em geral, ocorre no verão. Porém, no ano de 2012, os *assentados* foram surpreendidos com uma enchente no mês de maio.

Uma dessas áreas, conhecida como Capão Redondo, está próxima à reserva ambiental, já a outra área, fica próxima ao P.A. Ilha Grande, como pode ser observado pelo mapa 8:

⁴¹ O espaço denominado *agrovila*, é constituído por casas construídas na época de funcionamento da usina para os trabalhadores da Fazenda Marrecas.



Mapa 8 – Áreas alagadiças do P.A. Che Guevara. Mapa elaborado com apoio do *assentado* e antigo administrador da fazenda Marrecas, José Quissaman.

Ao total, são trinta e dois (43,24%) *lotes* que estão completamente imersos em áreas alagadiças. Destes, metade é ocupada por *antigos funcionários* e também pelos *sem-terra*. Devido às instabilidades existentes, os *assentados* não conseguem exercer, de forma satisfatória, de acordo com as normativas do INCRA, a atividade agrícola, pois não conseguem manter as lavouras, principalmente as mais frágeis, como quiabo, uma vez que todos os anos as áreas são tomadas pelas águas. Com isso, os gastos para manterem a produção precisam ser superiores aos demais *assentados*, pois precisam lidar com fator de risco, no caso a chuva, para manterem a economia familiar.

Este é um dos motivos para a predominância de criação de gado, pois o animal, por ser mais resistente, pode suportar as intempéries da natureza e não precisa de cuidados diários por parte do criador. Aliado a isso, a criação sempre é utilizada como fonte de poupança por parte dos *assentados*, pois quando necessitam arcar com despesas familiares, vendem o boi para açougues localizados em Marrecas e Baixa Grande.

Pelas dificuldades existentes, o núcleo familiar não pode se dedicar, exclusivamente, da prática agrícola. Isso porque, para manterem as despesas, praticamente todos os membros precisam de outras atividades, sejam elas agrícolas ou não, para assegurarem a própria

sustentabilidade do lote. Assim, muitas vezes recorrem a trabalhos externos para pagarem dívidas que adquiriram para manterem o lote.

Pelos mesmos motivos, *assentados* que possuem *lotes* nestas áreas, não conseguem constituir residências nos locais. Assim, como já expresso no tópico anterior, os *sem-terra*, sem alternativas, optaram por morar na *agrovila*, onde ainda há casas do período de atividade fazenda e os *antigos funcionários* permaneceram em suas casas localizadas em Marrecas. Este distanciamento só é possível, porque os principais cultivos existentes não necessitam de cuidados diários. Eles podem fazer esse tipo de deslocamento sem prejudicar a produção agrícola.

c) Escoamento da produção

Estar *assentado* em um lote com terra considerada boa e distante das áreas alagadiças são fatores determinantes para o “sucesso” do agricultor. Porém, estar próximo às principais entradas e saídas do *assentamento* também contribui para a consolidação da família *assentada*. Por este motivo, é preciso levar em consideração este posicionamento para compreensão do sucesso ou não do beneficiário do projeto de reforma agrária.

O P.A. Che Guevara possui duas entradas/saídas principais. Uma que dá acesso a Marrecas e outra que tem como destino Baixa Grande. Estes dois lugares são fundamentais, pois servem como áreas para escoamento de tudo aquilo que é produzido pelos *assentados*. Estar próximo a essas duas áreas é considerado como fundamental, pois também estão próximos ao mercado consumidor. Além disso, facilita o acesso de *atravessadores* que compram as mercadorias e revendem em outros locais (ver início deste capítulo).

Pelo mapa de número 9, é possível observar que toda a parte localizada à direita do mapa está em posição privilegiada, diferentemente da área conhecida como Capão Redondo, pois está mais distante:



Mapa 9 – Principais saídas do P.A. Che Guevara. Mapa elaborado com apoio do *assentado* e antigo administrador da fazenda Marrecas, José Quissaman.

Não só o escoamento dos produtos pode ser beneficiado com a proximidade dos *lotes* com as principais saídas, mas também serviços públicos, como iluminação pública, coleta de lixo, transporte público, entre outros, que facilitam os *assentados* que moram em *lotes* nessas áreas. Além disso, as estradas, comparadas com as demais existentes no *assentamento*, possuem condições de tráfego (humano ou automotivo) boas, o que facilita o acesso, principalmente em uma emergência, como em caso de problema de saúde, em que a ambulância precisa chegar com rapidez até à residência do doente.

Essa mobilidade existente apenas para quem está próximo às entradas e saídas, bem como as outras duas condições dos *lotes*, já elencadas neste capítulo, fazem com que a permanência no *assentamento* seja diferenciada. Afinal, ter um *lote* em *terra boa*, próximo à saída e, durante o verão, não sofrer com as chuvas, faz com que este *assentado* possa ter melhores condições do que outro que ocupa *lote* em situações opostas – alagamento, solo *seco* ou *salitrado* e distante das saídas. Estas condições são fundamentais para o sucesso ou insucesso do *assentado* no projeto de reforma agrária.

Para a constituição do *assentado* enquanto agricultor rural, estes fatores são norteadores para as tomadas de decisões de todo o grupo familiar. Por isso, no próximo capítulo apresento algumas das diversas maneiras encontradas pelos *assentados* para se

constituírem enquanto agricultores rurais beneficiários do projeto de reforma agrária. Muitas vezes, como será discutido no Capítulo III, as condições alcançadas no interior do *assentamento*, somadas às expectativas dos próprios beneficiários, não correspondem ao esperado pelas normas que constam nos documentos que regem o PNRA, em especial as normativas que regem os técnicos do INCRA.

CAPÍTULO III – Assentamento legal e *assentados* plausíveis: engajamentos políticos, diferenciação e conflitos de regras internas

No processo de aplicação de política pública de redistribuição de terra, fundamentada em quadros institucionais diferenciados e objetivados por Projetos de Assentamentos, por perspectiva simplificada, tem-se como dada a construção da categoria situacional *assentado*. Se há definições oficiais, constantes de documentos que registram e pressupõem normatizar o processo de *assentamento*, há condições possíveis e até imprevistas de realização. Nelas incidem, entre outros fatores, os meios de produção transferidos por desapropriação de fazendas; a proximidade de mercados de produtos e serviços, bem como mercado de trabalho, posto que acenem com alternativas de composição de rendimentos paralelos à constituição do produtor independente; de demandas de mercado de produtos agropecuários; de presença de serviços públicos, especialmente de saúde e de ensino básico (II PNRA: 2003).

Esses fatores operam na constituição de uma gama de conquistas ou constrangimentos correspondentes ao processo de constituição do agricultor *assentado*. Mas ainda, mesmo que poucas vezes contempladas pela pesquisa acadêmica, operam segundo as experiências anteriores dos trabalhadores selecionados para alcançarem a condição de *assentado*. Em alguns casos, há aproximações na integração de candidatos com trajetórias distintas. Em outros, há conflitos pelo questionamento da legitimidade da entrada de certos candidatos concorrentes, que não correspondem aos padrões de justificativa social da população e de trabalhadores residentes na ou no entorno da fazenda desapropriada.

Neste capítulo, empenho-me em analisar como tais encontros e desencontros de experiências podem gerar conflitos e impor convivências tensas, expandindo assim a base de constituição do *assentamento* conforme negociações, rejeições ou superdimensionamentos de certas experiências passadas. Esses conflitos e negociações, mesmo que não planejados no escopo da normatização das condições de aplicação dos programas de *assentamento* vinculados às políticas públicas de reforma agrária e da definição do correspondente produtor agrícola, terminam por contribuir decisivamente na constituição diferenciada de projetos de *assentamento* e definição do *assentado*. Também interferem na configuração de espaços institucionais de mediação básicos ao exercício da referida política pública.

Em outros termos, ao adotar tais questões como objeto de reflexão, pretendo contribuir para o entendimento de processos pelos quais os trabalhadores rurais de origens diversas se deslocaram para a posição de *assentados* rurais; conquista fundamentada no aprendizado de vinculação a campos de disputas e negociações como agentes políticos.

Para adotar tal perspectiva analítica, levo em conta os fatores ressaltados pelos *assentados* como expressivos das transformações por eles vividas, bem como normas técnicas emitidas por órgãos públicos, como INCRA, MDA, EMATER, entre outros. Entre tais fatores, também valorizo a importância analítica dos diferenciados e concorrentes princípios de afiliação que eles ressaltam para se distinguir, a despeito do paralelo exercício de reconhecimento da conquista da posição comum de *assentado*, a que todos, por caminhos diferenciados, devem, em tese ou oficialmente, relativamente corresponder.

Para o entendimento de processos de construção da mudança da posição social de assalariados rurais para *assentados*, muitas são as alternativas e perspectivas teóricas. Até porque, o estudo de processos de mudanças sociais é tema considerado direta ou tangencialmente pelos múltiplos aportes teóricos que foram se constituindo diante da preocupação de compreender o caráter dinâmico da sociedade, especialmente a industrial.

Centro-me assim na reflexão sobre deslocamentos por ações de agentes sociais diferencialmente posicionados, mas principalmente daqueles, simplificada e equivocadamente vistos como receptores. Ao tomar tal perspectiva, evito cair em abstrações vinculadas a mudanças de sistemas ou de totalidades inventadas, afiliadas à crença que os ideários e proposições de políticas públicas possam se tornar realidades determinadas, tais como fundamentadas em desejadas intervenções do Estado, pressupondo operações a partir de um ponto zero onde tudo começou e a partir do qual tudo mudou (cf.: NEVES, 1995: 49-74).

Tal como já destacou Neves (1997b), ao estudar outro processo de *assentamento* nessa Região Açucareira de Campos, a despeito de programa de *assentamento* rural se definir por uma série de procedimentos, normas, critérios de distribuição de recursos e demonstração de adesões por parte dos trabalhadores assim integrados, a coerência que tal programa, desta condição, deve fazer aparecer, pouco tem a ver com as possibilidades de sua realização, posto que ele não opera num vazio de relações, entre trabalhadores dotados de *habitus* social (Bourdieu, 1998) correspondente a trajetórias próprias. E assim, eles também operam por perspectivas diferenciadas quanto aos efeitos do controle privado de um *lote* de terra. Por tais razões, o estudo do processo de *assentamento*, enquanto expressão de percursos de objetivação do PNRA, não pode prescindir de perspectiva analítica processualista, também incluindo a valorização de fatores situacionalmente intervenientes, modos de viver institucionalizados e experiências alcançadas em processos de mudanças sociais.

A legitimação das normas prescritas por diferentes órgãos estatais muitas vezes não correspondem, como irei destacar ao longo deste capítulo, à realidade em que o *assentamento*

está sendo constituído. A diversidade de condições existentes precisa ser gerida pela figura do mediador, tal como ressalta Neves (2008):

Eles articulam fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutam demandas, apoiam-nas, legitimam ou as condenam. Operam na construção de novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados a condição de mediados. Por uma ação de bricolagem, pela acumulação de pequenos detalhes, eles administram acasos e elaboram respostas legítimas à ineficácia institucional e à falta de recursos (NEVES, 2008: 30).

Desta forma, é possível concluir que o mediador geralmente agente estatal é o responsável pela “tradução” das normas prescritas pelos órgãos públicos e também é o articulador de ações entre os *assentados* e os representantes do Estado. Ao final, pode-se considerá-los como sendo implementadores das políticas públicas, como observa Penna (2012):

Outro elemento importante da ação dos burocratas que atuam na execução das políticas é a discricionariedade (LISPKEY, 1980). Esta é uma característica inerente ao trabalho dos servidores que lidam diretamente com os beneficiários. A necessidade de traduzir e aplicar a política à realidade de cada contexto exige dos funcionários habilidade e autonomia para lidar com situações incertas e imprevisíveis que vão surgindo ao longo do exercício da função. O que significa que estes burocratas não apenas estão implementando as políticas como também estão fazendo-as. Ou seja, ao agirem com discricionariedade no momento da operacionalização das políticas eles de fato estão as reconfigurando e as adaptando. O formato final que as políticas tomam, independente do planejamento dos gestores, é também determinado por esta burocracia (PENNA, 2012, 5-6).

Ao longo deste capítulo, meu interesse estará centrado na compreensão de como os *assentados*, principais demandantes dessas políticas públicas, constroem suas performances diante dessas prerrogativas e como, muitas vezes, conseguem alcançar resultados não estipulados pelos próprios mediadores.

III.1 – Normatização da figura do *assentado* por parte do Estado

Para exemplificar as condições diferenciadas de constituição do ser *assentado*, destaco as maneiras imperativas ou relativas de acesso não só ao PNRA, como também ao crédito, demonstrações cabais de como esses lidam com os programas voltados para o desenvolvimento econômico e social destinados à manutenção do *assentamento*.

O acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária ocorre, de acordo com a legislação em vigor, em especial a lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993⁴² e a Constituição

⁴² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2012.

da República Federativa do Brasil de 1988⁴³, no momento em que a União, através de vistorias realizadas por técnicos do INCRA, detecte que o imóvel rural não cumpre sua função social⁴⁴. Após todos os trâmites legais, o imóvel pode vir a ser desapropriado.

No caso da antiga Fazenda Marrecas, atual P.A. Che Guevara, todo este processo durou mais de dois anos para ocorrer, o que gerou uma série de dúvidas e angústias por parte daqueles que estavam *acampados* em torno da fazenda Ilha Grande. Após a desapropriação do imóvel, a concessão da terra é destinada para aqueles que preencheram tais requisitos, de acordo com a ordem estabelecida pela legislação⁴⁵:

Art. 19. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:

I - ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;

II - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III - aos ex-proprietários de terra cuja propriedade de área total compreendida entre um e quatro módulos fiscais tenha sido alienada para pagamento de débitos originados de operações de crédito rural ou perda na condição de garantia de débitos da mesma origem;

IV - aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis;

V - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar;

VI - aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.

Parágrafo único. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993).

Além desses critérios estabelecidos pela legislação, também há atribuição de prioridade na seleção valorizando aquelas famílias nas seguintes condições:

Condições precárias de habitação ou moradia, saúde, insuficiência de renda, falta de acesso à educação, ou através de outro indicador social, tais como aspectos demográficos, trabalho e rendimento, educação e condições de vida, obedecendo rigorosamente às etapas do processo seletivo [...]. (Norma de Execução nº 45, de 25 de agosto de 2005).

⁴³ Na Constituição, os artigos referentes ao PNRA são: 184, 185, 186, 188, 189, 190 e 191.

⁴⁴ De acordo com a Constituição, artigo 186, a função social de um imóvel rural é cumprida quando: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁴⁵ Caso no momento da escolha dos futuros beneficiados pelo PNRA haja empate entre as famílias, alguns critérios estão previstos como forma de desempate, como: a) tamanho da família; b) força de trabalho da família; c) idade do candidato; d) tempo de atividade agrícola; f) moradia no município; g) gestão de residência no imóvel; h) renda anual da família.

Outro fator determinante para a inserção de uma família no projeto de *assentamento* a ser criado, está voltado para esta pertença à região ou tenha sua origem nas proximidades da mesma.

Pelo exposto, é possível elaborar um quadro com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação e aplicados pelos técnicos envolvidos no momento de formalização e efetuação da inserção do pretendente ao projeto de *assentamento*. Entretanto, antes da elaboração desses quadros que ajudam a pensar como são constituídas as regras para a legitimação de um *assentado* e, por sua vez, um *assentamento*, preciso levar em consideração os objetivos relevantes para o uso de tal artifício. Recorri aos estudos de Jack Goody, em especial “A domesticação da mente selvagem” (2012), para compreender os usos e implicações desse instrumento. Para o autor em questão, a tabela tem como objetivo clarificar e apresentar, por parte do escritor, o saber dos outros, suas classificações, etc. Sua função está em ordenar o pensamento do outro. Entretanto, as categorias impressas, como passam pela escrita de outra pessoa, podem ser consideradas como as do observador e não de fato do ator. Por este motivo, Goody (2012) lança algumas advertências metodológicas:

Há várias perguntas com relação à tabela:

- 1) Ela tem um status de ator ou de observador?
- 2) Por que culturas tão extremamente diferentes devem fornecer afirmações simbólicas tão semelhantes?
- 3) Qual é o status das analogias e das oposições, isto é, as colunas e as linhas?
- 4) Essas associações são fixas ou variáveis, rígidas ou manipuláveis? (GOODY, 2012: 76).

Essas perguntas tornam-se necessárias o que as associações confirmadoras da constituição de uma tabela, muitas vezes, não seguem uma ordem explícita. Apenas como exemplo, menciono, a partir do texto de Goody (2012), a seguinte associação: negro = mal. Entretanto, para os africanos, ainda no exemplo retirado do livro, negro = mal = nós (europeus). Isso faz com que, ao se ler uma determinada tabela, cuja finalidade está em organizar o pensamento, precise, contudo, levar em consideração quem a configura. Além disso, explicitar a partir de quais elementos o observador chegou àquelas oposições. Muitas vezes, como no exemplo citado, as oposições não são simplesmente binárias, explicando outras oposições.

Dessa forma, quero assumir os riscos existentes na construção de tabelas e quadros, mas por eles optei como instrumento de sistematização de dados por admiti-los, pois a melhor forma que encontrei para facilitar a compreensão não só das normativas existentes em torno

da constituição do *assentado* e *assentamento*, mas também das condições pelos quais os próprios atores percebem seus direitos e obrigações enquanto *assentados*.

A ordem para seleção de uma família para ingresso no PNRA, pode ser classificada da seguinte forma:

Quadro 7.

Ordem de seleção prevista em lei para classificação de beneficiários ao PNRA

CRITÉRIOS	
1	Proprietário do imóvel desapropriado que queira explorar diretamente a parcela.
2	Trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário, foreiro que residem ou trabalhe no imóvel desapropriado.
3	Trabalhador assalariado, posseiro, arrendatário, foreiro que trabalhe em outro imóvel.
4	Trabalhador rural sem terra.
5	Agricultor cujo imóvel não alcance a dimensão do módulo rural regional, ou seja, comprovadamente insuficiente para o sustento próprio e o da sua família.

Fonte: Norma de Execução N° 45, de 25 de agosto de 2005.

Entretanto, também são elencados fatores que impedem diversos cidadãos de terem acesso aos projetos implantados pelo PNRA. Estes fatores são expostos na Norma de Execução n° 45, artigo 6°.

Art. 6°. Não poderá ser beneficiário(a) do Programa de Reforma Agrária, a que se refere esta norma, seguindo os seguintes Critérios Eliminatórios:

I – Funcionário(a) público e autárquico, civil e militar da administração federal, estadual ou municipal, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

II – O agricultor e agricultora quando o conjunto familiar auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais;

III – Proprietário(a), quotista, acionista ou co-participante de estabelecimento comercial ou industrial, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

IV – Ex-beneficiário(a) ou beneficiários(a) de regularização fundiária excutada direta ou indiretamente pelo INCRA, ou de projetos de assentamento oficiais ou outros assentamentos rurais de responsabilidade de órgãos públicos, de acordo com a Lei n° 8.629/93, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a), salvo por separação judicial do casal ou outros motivos justificados, a critério do INCRA;

V – Proprietário(a) do imóvel rural com área superior a um módulo rural, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

VI – Portador(a) de deficiência física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola ressalvados os casos em que laudo médico garanta que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola;

VII – Estrangeiro(a) não naturalizado, enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a);

VIII – Aposentado(a) por invalidez, não enquadrando o cônjuge e/ou companheiro(a) se estes não forem aposentados por invalidez;

IX – condenado(a) por sentença final definitiva transitado em julgado com pena pendente de cumprimento ou não prescrita, salvo quando o candidato faça parte de programa governamental de recuperação e reeducação social, cujo objeto seja o aproveitamento de presidiários ou ex-presidiários, mediante critérios definidos em acordos, convênios e parcerias firmados com órgãos ou entidades federais ou estaduais.

Estes impedimentos, como expostos, não estão relacionados ao fato de o candidato ao PNRA não possuir nenhum vínculo anterior à agricultura, mas sim por não poder, teoricamente, gerir um *lote* em que o principal objetivo será a agricultura familiar.

Após todos os trâmites legais referentes à desapropriação da área, bem como o período pós-*acampamento*, o futuro *assentado* possui uma série de exigências para ser reconhecido pelos órgãos estatais como de fato beneficiário da política pública. Para tanto, é explicitado, pelas normativas apresentadas pelo INCRA, os seguintes critérios a serem cumpridos pelo *assentado* e seu núcleo familiar:

- 1) Demonstrar capacidade profissional;
- 2) Participar dos Projetos de Exploração Anual – PEA e outras ações que vieram a ser necessárias ao desenvolvimento do Projeto;
- 3) Residir no local de trabalho ou área pertencente ao Projeto, salvo justa causa autorizada pela Superintendência Regional;
- 4) Não desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo, ou deixar de obedecer os dispositivos da lei;
- 5) Não ser ele elemento de perturbação para o bem estar sócio econômico do Projeto por má conduta ou inadaptação à vida comunitária.

Em tese, esses critérios são analisados por técnicos do INCRA ou de empresas terceirizadas contratadas pelo Instituto para acompanharem e avaliarem a permanência de cada família no *assentamento*⁴⁶. Esse acompanhamento, em alguns casos, pode ser realizado três vezes ao ano.

A área destinada ao PNRA também precisa respeitar a legislação específica, tanto que o *assentamento* deverá estar em terras economicamente úteis (propícia à agricultura), o que pode ser constatado após estudos realizados por profissionais específicos. Estes estudos configuram o P.D.A., elaborado logo após a desapropriação da área. Além do local ser viável para produção agrícola, é preciso que cada *lote* tenha tamanho em que seja possível a

⁴⁶ No *assentamento* Che Guevara, a assistência técnica é realizada pela CEDRO - Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável. É uma cooperativa formada por ex-alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cuja sede fica localizada no município do Rio de Janeiro. É formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento, tanto áreas técnicas, como técnicas agrícolas, técnico em agropecuária, como também por profissionais da área agrária: agronomia, veterinária, engenharia ambiental, ciências agrícolas, zootecnia, entre outros. Além disso, conta com profissionais ligados às áreas humanas: economia doméstica. No total cerca de 20 profissionais participam da cooperativa. Sua formação ocorreu no ano de 1999, com objetivo de prestar assessoria técnica, ambiental e social às famílias que compõem a agricultura familiar. No ano de 2010, venceu licitação, junto com outra cooperativa, a COOPERAR, para participar de uma ação governamental junto aos agricultores familiares beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária. O trabalho, entretanto, está vinculado e estabelecido pelo INCRA. A ação governamental na qual a CEDRO está inserida, é denominada como ATEs (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), tendo como origem o projeto LUMIAR, criado no ano de 1996 por uma portaria do INCRA e implementado no Estado do Rio de Janeiro dois anos depois, porém em 2000 chegou ao fim. A Ação de Ates fora criada em 2004, para atender as demandas dos assentados federais.

existência da agricultura familiar. Neste caso, é preciso que comporte todo o núcleo familiar para a realização de atividades agrícolas.

São assegurados aos beneficiários do programa, a transferência dos seguintes recursos:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta:

- I. Os instrumentos creditícios e fiscais;
- II. Os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III. O incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV. O seguro agrícola;
- V. O cooperativismo;
- VI. O eletrificação rural e irrigação;
- VII. O habitação para o trabalhador;

§ 1º incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária. (Constituição Federativa do Brasil de 1988).

Esses benefícios são complementados com uma carteira de créditos a que os *assentados* têm direito. No *assentamento* em análise, o principal crédito oferecido e incorporado foi o crédito de instalação, cujo objetivo é:

Fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental. (Texto retirado do site do MDA).

Outro crédito futuramente disponível aos recém-instalados é o PRONAF, cujo objetivo é financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos *assentados* da reforma agrária. Este tipo de crédito, também conhecido como PRONAF Grupo B, é destinado para a aquisição de ferramentas, maquinários e melhorias no terreno para cultivo agrícola.

A obtenção do crédito rural é percebida, tanto entre os *assentados* como entre os agentes externos (funcionários de instituições públicas, como INCRA, EMATER) enquanto momento em que os primeiros estabelecem um diálogo com o Estado. E, em alguns casos, também o primeiro contato com transações bancárias.

Este é um dos momentos fundamentais de demonstração da diferenciação entre os *assentados*, pois alguns, no caso aqui em pauta, principalmente os denominados *antigos funcionários* da usina, em sua maioria, não se interessaram pelo Pronaf. Contaram com as indenizações trabalhistas para iniciarem as atividades em seus *lotes*. Diferentemente dos demais que, por falta de alternativas, recorreram ao recurso (denominado por eles como *empréstimo*) para constituição das atividades agrícolas. Estes, por recomendações dos próprios técnicos da EMATER, não demandaram de imediato o valor total do crédito. Segundo um dos funcionários da empresa estatal que acompanhou o processo, esta sugestão foi dada, na época, como uma forma de precaução, para que os *assentados* não iniciassem suas atividades agrícolas endividados, pois havia, por parte do técnico, receio de que não conseguissem arcar com as dívidas.

Por outro lado, a forma de utilização do crédito não seguiu, à risca, os projetos desenvolvidos pelos técnicos da EMATER. Como exemplo, cito o caso de um *assentado* que, por iniciativa própria, decidiu não cultivar coco, pois, por experiência na agricultura, temia que tal fruta não fosse de fácil comercialização (vantajosa economicamente), inclusive pela demora do tempo para a colheita, uma vez que não é imediata.

Já o crédito de instalação, administrado pelo INCRA, recebeu adesão de todos os *assentados*. Os *de fora* utilizaram este crédito para construção das casas em que residem no interior do *assentamento*. Os *antigos funcionários* da usina, como já dito, possuindo residências no vilarejo próximo ao *assentamento*, utilizaram o *lote* apenas para produção agrícola e não para moradia. As construções habitacionais existentes em seus *lotes* são utilizadas, em geral, para guardarem as ferramentas de trabalho e espaços para descansos durante a jornada de trabalho.

Esses benefícios, recebidos no momento inicial da constituição do *assentamento*, incentivam os participantes da Política de Reforma Agrária a integrar um “novo saber fazer”, voltado para a ação nos espaços institucionais, como salienta Leite:

Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento sobre técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural (LEITE, Sérgio [et al.]: 193, 2004).

Esse “novo saber fazer” delinea as possibilidades e, em alguns casos, impossibilidades de constituição do *assentado*. As opções incorporadas no momento do acesso ao crédito podem estar fortemente influenciadas pelos percursos e recursos familiares.

Consequentemente, demarcam o processo de distinção entre eles, ou mesmo a diferenciação interna como pré-condição distinta para consolidação de produtor agrícola.

III.2 – Percepções diferenciadas sobre a construção do *assentado*

As normas que tentam padronizar a formação do *assentado* enquanto beneficiário das políticas públicas, muitas vezes, não conseguem alcançar o universo em que os beneficiários se encontram. Por este motivo, muitos são os arranjos encontrados pelos *assentados* para adaptarem a legislação à realidade. Por este motivo, neste tópico, pretendo discutir quais são essas adaptações e como os próprios *assentados* explicitam, como justificativas, tais ações que são exemplificadas entre ser um *bom assentado* e um *mau assentado*.

Para esta compreensão, apresento as questões que só são levantadas neste tópico, pois foram apresentadas pelos entrevistados por meio de acusações feitas contra seus vizinhos, o outro, como forma de definição do *mau assentado*. Em alguns casos, pelas suas práticas e, em outros, pelas ausências. As qualificações e desqualificações, por vezes não são explicitadas de forma direta, mas no decorrer da convivência, em momentos de descontração, em que o gravador ou o lápis e o caderno não faziam parte do ambiente presente.

As acusações estão centradas na legitimação e demonstração pública da existência de honra em torno de cada prática exercida pelos *assentados*. Ser honrado, no contexto em análise, é conseguir, pelas condições impostas, estar o mais próximo possível das atribuições expostas pelos técnicos do INCRA, isto é do modelo por eles idealizado de *assentado*. Assim, a preocupação com a reputação está muitas vezes em não ser considerado um *mau assentado*, em não ser reconhecido como uma pessoa desonrada, o que pode acarretar em vergonha social.

Em estudo realizado na Andaluzia, Pitt-Rivers (s/d) discute a honra e a posição social nessa sociedade, principalmente os valores morais associados ao sistema de família e parentesco e, para tanto, utiliza como definição de honra:

Honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, de sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu *direito* a orgulho. Os estudiosos dos pormenores das relações pessoais fazem notar que um dos tópicos de mais interesse com que lidam consiste nas maneiras como as pessoas tentam obter doutros a ratificação da imagem que acalentam de si próprios e os dois aspectos da honra podem conciliar-se nesses termos. A honra fornece, portanto, um nexos entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo através da sua aspiração de os personificar. Como tal, implica não somente uma preferência habitual por uma dada forma de conduta

mas também, em troca, o direito a certa forma de tratamento. O direito ao orgulho é o direito à posição social e a posição social estabelece-se pelo reconhecimento de uma certa identidade social (PITT-RIVERS, s/d: 13-4).

Pelo exposto, é possível afirmar que a honra está intimamente relacionada com a reputação social e principalmente com o reconhecimento público (PITT-RIVERS, s/d: 30). É com base no reconhecimento social e, ao mesmo tempo, na deslegitimação do outro que, no caso em análise, que os *assentados* constroem e manifestam as características que qualificam e diferenciam as práticas exercidas por todos no campo de disputa.

Desta forma, para tentar tornar mais claro quais são os principais rearranjos existentes na vivência do *assentamento*, elaborei lista cujo objetivo principal é exemplificar como são caracterizadas essas reconfigurações, bem como suas oposições:

Quadro 8.
Qualificações entre *bons* e *maus assentados*

<i>Bom assentado</i>	<i>Mau assentado</i>
Residência no <i>lote</i>	Residência em outra localidade
Trabalho familiar	Contrato de trabalhadores externos para trabalho agrícola
Renda familiar advinda da produção agrícola	Venda da força de trabalho (dentro ou principalmente fora do <i>assentamento</i>)
Pessoa de bom relacionamento com os vizinhos	Pessoa de difícil relacionamento com os vizinhos

Como já apresentei anteriormente, uma das condições para a manutenção legal do *assentado* é residir no interior do *assentamento*. A residência, no caso do P.A. Che Guevara, pode ser tanto na *agrovila*, onde ainda se encontram casas da época de funcionamento da usina, como também no próprio *lote*.

Entretanto, como existem dois lugarejos próximos ao *assentamento* (Marrecas, distante cerca de 10 minutos de bicicleta e Babosa, cerca de 20 minutos de bicicleta), muitos dos *antigos funcionários* que se encontram *assentados* e possuem casas nesses lugares, optaram, mesmo por advertências por parte de técnicos, por continuarem residindo em suas casas antigas e não consolidando residências no interior do *assentamento*. Com isso, a distância entre a residência e o *lote* pode gerar uma série de problemas não só para a manutenção da lavoura, como também desgastes entre os vizinhos.

Com relação ao cultivo das lavouras, o problema principal, derivado da distância da residência, é impor ao *assentado* o deslocamento físico, mesmo que o tempo desse deslocamento seja pequeno (cerca de 10 minutos). Para tanto, é necessário possuir algum meio de transporte. Em todos os casos em que pude observar, ou possuíam motocicleta ou então bicicleta. Além disso, estes sempre chegam ao *assentamento* por volta das nove horas

da manhã e permanecem até às dezesseis horas, horário de trabalho explicitado de forma avessa aos que lá residem, que acordam por volta das seis horas da manhã, descansam na hora do almoço (onze horas) e voltam ao trabalho até o pôr do sol. Esse distanciamento pode ser prejudicial à lavoura, especialmente diante de algum contratempo, quando o dono do *lote* e sua família não estarão presentes para solucioná-lo.

Um recorrente conflito decorrente da não residência no *lote*, principalmente para aqueles que criam gado, é que quando algum animal foge e invade a lavoura do vizinho. Este é que precisa sair para prender o animal, não o dono do boi. Isso causa uma série de acusações por parte de quem tem a lavoura invadida e, conseqüentemente, prejuízos por conta da invasão. Durante trabalho de campo, era comum os *assentados* que residiam no P.A. queixarem-se de casos envolvendo prejuízos nas lavouras pelas invasões de alguns animais pertencentes a outros *assentados*. Em casos como estes, o grande incômodo apresentado não está apenas centrado nos prejuízos com as lavouras, mas também em brigas entre as partes para decidirem quem tem o dever de consertar a cerca que está com defeito. De todos os casos que pude acompanhar, o vitimado (ou o não dono do gado) alegava que a cerca era responsabilidade de quem cria os animais. Por sua vez, o criador de gado manifestava opinião contrária: e como justificativa afirmava que a manutenção ou preservação da cerca, por passar nos *lotes* dos dois, era obrigação não só de um deles, como também de seu vizinho. Questões como estas não mobilizam qualquer tipo de intermediação por parte dos agentes técnicos contratados pelo INCRA, que se limita a “visitas técnicas” no *assentamento*. Desta forma, as soluções encontradas, muitas vezes, devem ser criadas pelos próprios *assentados*. Em que uma das partes, após muita discussão, resolve realizar os reparos necessários na cerca e com isso impedir a invasão de animais.

Como justificativas encontradas pelos próprios *assentados* para não residirem no *assentamento*, destacam-se a não contemplação de necessidades básicas, como água potável, transporte público e serviço médico, considerados fundamentais para opção de não manterem casas no P.A. Essas justificativas também são apresentadas quando questionados sobre o conhecimento da legislação, que determina a moradia fixa no local. Como resposta, garantem que mesmo não residindo no local, estão sempre presentes e que a distância entre o *assentamento* e o local de moradia é muito pequena. Entendem que tal modalidade de apropriação e gestão não acarreta em irregularidade, uma vez que os próprios funcionários do INCRA têm ciência do fato e não os questionam.

O distanciamento residencial também pode estar relacionado à obtenção de renda familiar extra; quando o *assentado* e o núcleo familiar não apenas conseguem obter recursos

através do uso do *lote*, mas também recorrem a outras atividades que possam assegurar algum tipo de renda. Este tipo de recurso é qualificado, pelos próprios *assentados*, como algo ruim, uma vez que há, pelo modelo adotado pelos demais, um suposto abandono do *lote* para que a família, ou parte dela, possa exercer outras atividades.

As acusações adquirem o caráter de celebração das regras diante das exceções que as condições locais de vida e exploração produtiva do *lote* fazem emergir. Essas atividades, em muitos casos, são necessárias, uma vez que muitos *lotes*, como já demostrei no capítulo anterior, não são aptos para agricultura de curto prazo (como, por exemplo, o cultivo de quiabo) limite impeditivo para que as famílias possam gozar da renda apenas com o trabalho agrícola.

Os rearranjos encontrados para suprirem as necessidades econômicas são diversos. Cada família procura encontrar as melhores opções para suprir tais necessidades. Por este motivo, elenco atividades produtivas recorrentes entre os *assentados* e segundo divisão social de trabalho entre mulheres e homens:

Quadro 9.
Relação de atividades realizadas pelos *assentados*

Homens	Mulheres
Trabalhador agrícola como diarista	Doméstica
Trabalhador em olaria	Acompanhante de idosos
Motorista	Professora
Tratorista	Merendeira
Mecânico	Trabalhador em serviços gerais
Segurança	Cozinheira
Pescador	Costureira
Pedreiro	

Essas atividades, realizadas fora do *assentamento*, necessitam de deslocamentos e que o *assentado* passe um período do dia fora do *lote*. Isso pode ser considerado, entre os próprios *assentados*, como um grande problema, uma vez que os *lotes* ficam sem a vigilância de um responsável e a atividade agrícola não é exercida de forma plena pelos familiares.

Entretanto, a busca por outra fonte de renda é recurso necessário para grande maioria, pois não consegue, apenas com os recursos provenientes da agricultura, suprir todas as necessidades e despesas. Além disso, muitas famílias não contam com benefícios, como aposentadoria, o que torna impositiva a saída para novas atividades, até como uma forma de suprir os percalços na atividade agrícola (secas, alagamentos, pragas).

Por contraposição, aqueles que conseguem, de forma direta, renda exclusiva pelo uso do *lote*, é visto pelos demais como um *assentado* que consegue, de fato, atingir às demandas exigidas pela legislação. Entretanto, pelos relatos apresentados, não existe no P.A. Che

Guevara qualquer família que consiga viver plenamente dos rendimentos do *lote*. As que não precisam tentar a sorte com outras atividades conseguem alcançá-la pela colaboração no núcleo familiar, de algum aposentado ou pensionista. Este recurso financeiro, de certa forma, contribui para a renda familiar, além de tornar desnecessária a saída para atividades externas.

A saída para angariar recursos externos faz com que o núcleo familiar, em casos compostos apenas pelo esposo (chefe familiar) e esposa, não seja suficiente para todas as atividades necessárias para manutenção das atividades dos *lotes*. Com isso, para suprirem tamanha carência, é comum recorrerem a trabalhadores pagos na modalidade de diária, recurso fundamental para que possam colaborar com os afazeres dos *lotes*. Essa é uma prática não muito comum, pois a mão de obra é escassa no local. Afinal, os jovens, público alvo desta atividade, preferem trabalhar em outras atividades, já elencadas no quadro anterior, que não necessitam de tanto esforço físico, que possam ser relativamente contínuos e que a remuneração seja mais elevada do que trabalhar com agricultura.

Quando a família não consegue sozinha gerir o *lote*, recorre ao uso do arrendamento da terra. Essa prática consiste em permitir que uma pessoa de fora do *assentamento* administre uma parcela ou todo o *lote*. Com isso, quem arrenda passa a decidir o que deseja cultivar no *lote* e paga, ao *assentado* (proprietário do *lote*), parte dos lucros obtidos com a lavoura, talvez seja a prática mais denotativa de “mau” uso do *lote* por parte dos beneficiários do programa de reforma agrária. Consequentemente, gera uma série de constrangimentos. Os demais *assentados*, muitas vezes os que não concordam com a atividade, julgam tal ação como desrespeitosa não só para o M.S.T. como também para o próprio *assentamento*, pois, como alegam, se não conseguem gerir o *lote*, o melhor a fazer, diante dos fatos, é deixarem para outras famílias capazes de administrarem melhor a terra.

Como arrendar a terra é considerado um *mau* uso do *lote*, a prática só ocorre de forma “discreta”, tanto que o *assentado* que recorre a esse uso não comenta com os vizinhos e amigos o uso destinado ao *lote*. Por este motivo, não consegui, ao longo do trabalho de campo, acompanhar nenhum caso de arrendamento. Apenas aqueles que não concordavam com a prática comentavam comigo. Porém, os acusados por parte dos demais *assentados* não demonstravam que o caso ocorria em seus próprios *lotes*.

As percepções acerca da formalização da posição de *assentado*, por parte deles mesmos, são fundamentais para compreendermos como estes lidam, no dia-a-dia, com as normalizações existentes para serem considerados beneficiários da política de reforma agrária. Afinal, uma das “exigências” por parte da própria legislação é configurada pelo convívio entre os *assentados*, isto é, a boa convivência entre os vizinhos.

Pelos fatores que elenquei ao longo deste tópico, a formação do *bom assentado* decorre das relações estabelecidas com os demais, fator de extrema importância para a própria constituição na posição. Um *bom assentado* precisa manter relações cordiais com os outros. Essa cordialidade está presente não só pelas visitas, nos *lotes* ou nas casas, que são recorrentes entre eles, mas também pela demonstração da contínua disposição em colaborar em momentos de necessidade do vizinho. Essa colaboração pode ser não só financeira, como também uma *ajuda* na lavoura ou a doação de alguma muda de planta. Até mesmo algum tipo de conselho com relação a algum problema agrícola sempre é bem-vindo; e demonstra o quanto o bom relacionamento é fundamental para a constituição do *assentamento* e também para a constituição do próprio *assentado*.

Antônio Cândido ([1964] 2010) denomina essas relações de complementações de força de trabalho, entre os “caipiras”, como mutirão. Segundo a definição do autor elas são relativamente distintas das que ocorrem no *assentamento*. Para ele, mutirão:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçado, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder os chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que se dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal. Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio de pedido (CÂNDIDO, 2010: 82).

As relações entre os vizinhos são denotativas, como já destaquei, da qualificação do *assentado* e, conseqüentemente, são princípios de diferenciação entre eles.

Em síntese, esses rearranjos são denotativos da compreensão do programa de reforma agrária e só a partir destes entendimentos, os sucessos e insucessos da diferenciação interna que, como demonstrei não se limitam a desigualdades materiais e financeiras. Continuo, por isso, a problematizar outros fatores internos para construção de afinidades morais e engajamentos políticos entre os *assentados*.

III. 3 - Formas diferenciadas de participação nas lutas políticas

Os *assentados* só se constituem nessa posição pelo aprendizado em ações coletivas, redimensionando a importância dos conflitos, expressivos da luta de classes, no caso

correspondente à demanda da transferência da terra do usineiro falido ou fazendeiro improdutivo para os trabalhadores rurais; mas também jogo de forças locais explicitados pelo caráter conflitivo das relações que configuram o *assentamento*, considerando, como venho destacando, os processos e alternativas de construção de interesses comuns e gestão dos contrapostos entre *assentados*.

A falência é a explicitação máxima desses confrontos, mesmo que podendo até ser pensada como a única saída ainda vantajosa para o usineiro em causa. É fato que o processo falimentar não ocorreu por contraposição imediata dos interesses dos trabalhadores, mas também por disputas entre usineiros e agentes do Estado no que tangem às condições de intervenção política e capitalização dos empresários. É o caso, por exemplo, de distintos investimentos de instituições do aparato estatal, muitas vezes uma operando por objetivos diametralmente opostos à outra. No caso, também pela impositiva alteração de práticas das instituições estatais, num contexto de adesão ao modelo de capitalismo neoliberal, que criou outras formas de valorização do capital financeiro, em detrimento das regras que repunham as condições de capitalização dos usineiros.

Demonstrando um dos desdobramentos possíveis, quando o contexto de democratização da sociedade brasileira acenava para a retomada da Política Nacional de Reforma Agrária e criava possibilidades de autorização dos trabalhadores rurais como demandantes de redistribuição fundiária, é preciso levar em conta que outras formas de construção de espaços geográficos-sociais foram possíveis. No caso aqui considerado, houve inserção de outros agentes políticos favoráveis à reforma agrária, no campo das desejadas transformações sociais, tais como a institucionalização de assistência técnica e formulação de política creditícia para construção do *assentado* como produtor agrícola, propiciando a padronização de residências concedidas mediante créditos especiais.

Portanto, como tem afirmado diversos autores (NEVES, 1997a; MATTEI, 2003; MARTINS [et. al.] 2003; SHENATO, 2011) a criação de um *assentamento* rural engendra e é engendrado pela entrada de novos agentes, tais como funcionários do INCRA, EMATER e militantes do MST. Eles se apresentam como posições referenciais para a constituição de novas estruturas de poder e quadros institucionais de inserção ou de definição de princípios de afiliação ou pertencimentos sociais. Essa entrada de novos agentes redimensiona os sistemas de relações pessoais até então existentes, cujas modificações são bastante dramatizadas no plano local.

As relações que dão objetividade ao *assentamento* rural estão assim permeadas por interesses múltiplos, tanto para confirmação da vida social segundo projetos ou projeções

próprias de organização social, como também por negociações com o mundo institucional externo, pelo qual em grande parte o *assentamento* se estrutura. Por conseguinte, o que está em jogo em processos que exprimem tais mudanças sociais são sistemas de posições construídos ou redefinidos mediante elaboração de outras identidades sociais e princípios de afiliação e de reconhecimentos sociais.

Em assim sendo, o estudo do processo de mudança de trabalhadores em *assentados* rurais se associa ao das condições de construção relacional e situacional de identidades sociais, todavia relativizadas como expressão de relações de força e de sentido que aí se encontram em jogo. Segundo a definição de identidade elaborada por Dubar (2009), por mim valorizada para melhor compreender as alternativas de compreensão dos dados apreendidos em trabalho de campo:

... a identidade não é o que permanece necessariamente “idêntico” mas o resultado de uma “identificação” contingente. É o resultado de uma dupla operação linguageira: diferenciação e generalização. A primeira é aquela que visa a definir a diferença, o que constitui a singularidade de alguma coisa ou de alguém relativamente a alguém ou a alguma coisa diferente: a identidade é a diferença. A segunda é a que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes de um mesmo outro: a identidade é o pertencimento comum. Essas duas operações estão na origem do *paradoxo* da identidade: o que há de único é compartilhado. Esse paradoxo só pode ser solucionado enquanto não se leva em conta o elemento comum às duas operações: a identificação de e para o outro. Não há, nessa perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, como as alteridades, variam historicamente e dependem de seu contexto de definição. (DUBAR, 2009: 13) (Grifos meus).

E aí novamente se aguçam os efeitos dos distintos percursos dos *assentados*. A aludida diferença é acentuada no contexto em que os *ex-funcionários* se percebem e investem para serem reconhecidos distintos dos *de fora* ou dos *sem-terra*. E estes, no sentido de mostrar a imprescindibilidade de seu papel político na organização social da reivindicação por terra e da terra do usineiro falido, adotando procedimentos construídos pelo modelo de ação que Sigaud et all. (2010) qualificaram como forma ocupação, forjada na luta daqueles que aderem aos princípios de organização do M.S.T. Sem a ocupação e formação do *acampamento*, advogam os qualificados *de fora*, não haveria desapropriação e programa de *assentamento*. Sem este agente ali desenraizado, mas construído por referências que não se pautavam na adesão às formas de dominação postas em prática pelos usineiros, os *ex-funcionários* da usina não haveriam se convertido em *assentados*. De qualquer forma, compreendendo as contraposições como formas de valorização de ações interdependentes, a ação conjunta dos dois agentes assim polarizados construiu o contorno dos processos em jogo.

No entanto, há agregação de esforços e investimentos e eles só se tornam mais compreensíveis pelo entendimento das trocas de saberes entre eles, tal como eles próprios ressaltam. Para uns, o saber ambiental e dos processos históricos ali configurados. Para outros, o aprendizado da rebeldia, da ruptura, da construção de si como agente da história e de seus projetos de sociedade. Essas contrapostas, mas complementares percepções de si e do outro, ainda são comungadas por aqueles que, à primeira vista, são levados a assumir a mesma identidade, mesmo que não se vejam como partes daquelas posições polarizadas. Refiro-me às relações entre os *antigos funcionários* que foram beneficiados pelo projeto de *assentamento* e os que não participaram de tal possibilidade, mas ali permaneceram reafirmando um mundo social em mudança e estabelecendo as relações de troca para consumo imediato dos produtos de subsistência, que os *assentados* passaram a oferecer; ou aos que, dotados de pequenos negócios, em substituição à centralidade dos antigos fornecimentos de usinas, também mediante a construção de relacionamentos pessoais, asseguram crédito para provisão nas vendas locais, como demonstra a expansão do comércio nessa economia de proximidade.

Para tentar compreender e ao mesmo tempo explicitar como esses rearranjos foram (e são) possíveis no P.A. Che Guevara, no próximo capítulo, ressalto os percursos sociais de quatro famílias *assentadas* e com trajetórias distintas. Desta forma construo uma outra alternativa metodológica para alcançar com mais clareza sobre os modos de constituição do *assentado* rural nesse contexto distinto, não só pela singularidade dos recursos naturais, como também pelo sistema de relações sociais que aí se configuram.

CAPÍTULO IV – *Assentados* reais: embaralhamento de vantagens e desvantagens relativas

A compreensão de processos de construção de percursos individuais, objeto de estudo neste capítulo, está intimamente relacionada, como salienta Bertaux (2010: 17), à análise de construção de *narrativas*, desde que por elas possam ser destacados os desdobramentos decorrentes da diversidade de vínculos em sistemas de posições sociais. Por esta perspectiva etnossociológica, o autor procura orientar a análise das *narrativas* como forma de “narrativas de práticas de situação”, em que o contexto social só é compreendido mediante o entendimento de todos (ou boa parte) dos diversos campos em que os sujeitos sociais interagem. A análise desenvolvida por Bertaux propõe a compreensão do entendimento das “lógicas próprias de cada mundo social” e possíveis interações com outros universos sociais.

A proposição analítica desse autor está muito próxima à de Becker (1993), que também se dedicou ao estudo de casos voltados para a compreensão dos contextos sociais, valorando a relação entre unidades analíticas de construção de totalizações ou generalizações mediante a reflexão analógica à figura de um mosaico:

[...] é útil para pensarmos sobre esse tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos a sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo (Becker, 1993: 105).

Para entendimento dos discursos apresentados em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, foi-me necessário ter em mente os diversos arranjos e sentidos que os entrevistados atribuem às ações mencionadas. Esses arranjos só podem ser encarados pelo pesquisador mediante um exercício de compreensão fundamentado na construção de objetos sociológicos.

Neste capítulo elenco alguns dos percursos sociais, tomando como norte as orientações de Bertaux (2010), ou seja, levando em consideração diversos mundos sociais interconectados por indivíduos e famílias em causa e categorias situacionais correspondentes a sistemas de posições sociais por eles reconhecidos e valorados.

Por consequência, elegi como amparo da reflexão alguns dos *assentados* reais que comigo comungaram das intenções do entendimento dos meandros da vida social que foram

sendo traçados, mas da minha parte, reforçado pela análise de processos sociais e condições de possibilidade de construção de posições, inclusive as que se desenham no assentamento. Considerando apenas quatro desses desdobramentos de trajetórias apresentadas pelos *assentados*, não defendo qualquer representatividade tipológica para os demais casos. Como anteriormente sinalizei, os dados que apresento referem-se àqueles que melhor explicitaram experiências em perspectiva processual, sendo por isso demonstrativo das diferenciadas alternativas de criação de condições de gestão produtiva dos lotes que, por transferência, a partir do momento que aderiram ao PNRA, receberam.

Meu objetivo, reafirmo, não é o de conduzir a generalizações; pelo contrário, tenho a intenção de exercitar a reflexão sobre modos condicionais de interferência e gestão de princípios de constituição na posição de *assentado* rural. Mesmo considerando casos como parte do mosaico encontrado em situação de trabalho de campo ou até mesmo idiossincrasias individuais, por esses, mas também outros tantos casos estudados no decorrer da pesquisa, pretendo trazer luz à compreensão das condições situacionais de constituição de *assentados* e *assentamento*. Levo em conta outros dados que qualificam certa convergência, mas principalmente singularidades do trabalhador e sua família de origem e conjugal, seus percursos de trabalho, sua capacidade de trabalho e orientação produtiva, projetos familiares e de mobilidade, divisão sexual do trabalho e de gestão produtiva. Nesse caso, as tentativas de entendimento mais generalizante se conformam à eleição de algumas recorrentes questões consideradas para todos os casos a seguir focalizados, mas também focalizando as diferenças por eles exaltadas como condições daqueles próprios percursos: socialização e constituição de trabalhador assalariado, período de *acampamento* e reciprocidade inerente às condições físicas dos *lotes*, modos de fixação no *assentamento* e projetos produtivos e de vida familiar.

Os quatro casos que tomei para exercício apresentam configurações distintas, mas demonstram arranjos e rearranjos condicionantes da posição de *assentado* no P.A. Che Guevara. Os dois primeiros casos correspondem a percursos diferenciados de *antigos funcionários* da usina e os outros últimos casos, de famílias que chegaram ao local via M.S.T.

O primeiro caso é composto por família em que tanto o esposo como a esposa comungavam de relacionamento muito próximos, embora autorizados pela condição de trabalhadores, com a família do usineiro. O esposo, após exercer diversas atividades no interior da fazenda, foi eleito para cuidar do pomar dos patrões; e sua esposa, na condição de cozinheira, trabalhou alguns anos para aquela mesma família. Os aprendizados adquiridos nestas duas posições por eles ocupadas foram determinantes para a integração e aceitação destes, após a falência da usina, em *acampamento* organizado pelo MST. A decisão foi por

eles tomada, embora para efeitos desta pesquisa por avaliação retrospectiva, diante da avaliação que faziam do comportamento do usineiro. Tendo convivido diretamente com o usineiro, pensavam-se capazes de prever que este não iria reverter à situação de falência.

O segundo caso selecionado para o meu exercício, corresponde a trabalhador que fora antigo administrador da fazenda e último *funcionário* a romper as relações de trabalho. O posicionamento deste *assentado* em relação à falência da usina e à entrada do M.S.T. organizando o *acampamento* é bastante contrária ao primeiro caso, afinal, não concebia o fim da usina, muito menos a desapropriação das terras da usina. Por este motivo, optou por continuar exercendo a função de administrador e não aderiu ao *acampamento*, como ocorreu com a família do primeiro caso.

Já os dois últimos casos são compostos por pessoas que não estiveram ligadas, diretamente, ao Complexo Agrícola Baixa Grande. O primeiro deles corresponde ao socialmente qualificado *sem-terra*, mas com experiência em outro *assentamento* rural. A decisão dessa mulher para ingressar no *acampamento* que deu origem ao P.A. Che Guevara se deu justamente por acumular experiência em reforma agrária e se orientar pela aquisição de terra para poder *ter uma vida mais sossegada*. Além disso, acumula outras experiências de vínculo de trabalho, distanciadas do trabalho na terra. Mesmo hoje sendo *assentada*, continua exercendo atividade fora do *assentamento*, o que lhe permite angariar fundos para manutenção do *lote*.

O último caso, família também liderada por uma mulher, corresponde a uma antiga moradora de Marrecas, mas com percursos de trabalho em unidades situadas em diversos municípios do estado fluminense, onde exerceu atividades como empregada doméstica e caseira. A decisão em participar do PNRA foi tomada diante do fato de o futuro *assentamento* vir a ser situado na região em que nasceu. O conhecimento da vida local adquirido na infância e juventude foi para ela e sua família bem vantajoso tal como previu, afinal, já conhecia a realidade local e poderia, com isso, dispor de apoios mais favoráveis para voltar a manter a família pelo trabalho agrícola.

- Caso 1 – Antigo funcionário da usina e assentado⁴⁷.

Regina de Jesus Batista e seu esposo Manuel Francisco Ernandes Batista, desde criança conhecido por Chico Preto, estão casados há mais de trinta anos. Dona Regina tem cinquenta e dois anos e Chico Preto cinquenta e seis. Conheceram-se na infância, na antiga Fazenda Marrecas, onde suas famílias trabalhavam para os De La Riva.



Foto 3 – Antigos funcionários da usina, em frente à casa localizada no P.A. Che Guevara. Julho de 2012.

Dona Regina chegou à Fazenda Marrecas ainda criança, com cerca de oito anos de idade. Seu pai, já falecido, pertencia a uma família de fazendeiros da região⁴⁸, dedicada ao cultivo de café. Entretanto, por brigas entre os familiares, o pai optou por tentar a vida em outro lugar. Começou a trabalhar na Fazenda Marrecas como cortador de cana. Sua mãe, por ser deficiente física, não tinha condições de trabalhar fora, porém realizava todas as atividades domésticas.

De uma família numerosa, dona Regina tem cinco irmãs e dois irmãos. Todos trabalharam na usina. Os homens no corte da cana e as mulheres na casa do usineiro, tal como dona Regina, que trabalhou como cozinheira durante quase vinte anos em casas de administradores da usina e também para a família do usineiro.

⁴⁷ Entrevista realizada em julho de 2012.

⁴⁸ Durante entrevista, dona Regina não soube precisar ao certo em qual parte do norte fluminense seus pais moravam antes de irem para a Fazenda Marrecas.

Chico Preto nasceu no interior da Fazenda Marrecas, onde seus pais trabalhavam. Sua mãe era cozinheira da família De La Riva, enquanto seu pai era tratorista. Devido à amizade que o pai possuía com todos os administradores da fazenda, logo os filhos homens, num total de sete, iniciaram atividades referentes ao corte da cana.

Ainda criança, com menos de doze anos de idade, ele começou a trabalhar na fazenda. No início, cortava cana, mas como ficava muito cansado pela atividade, seu pai conseguiu outra função: distribuir o café da manhã e o almoço aos demais trabalhadores.

Ao completar maioridade, Chico Preto obteve a carteira assinada, o que, de certa forma, deu a ele maior segurança com relação ao trabalho, principalmente os direitos adquiridos pela inscrição deste documento.

No ano de 1975, casou-se com dona Regina. Continuou exercendo a mesma atividade, até conseguir, também por intermédio de seu pai, ser tratorista da fazenda. Neste momento, como era um funcionário de confiança, começou a trabalhar na própria casa do usineiro, onde limpava o pomar da família.

Seu pai trabalhou cerca de trinta e cinco anos na fazenda, só se aposentou porque sofreu um acidente quando estava indo ao escritório da usina para receber o salário. Precisou, de forma involuntária, aceitar a aposentadoria.

Chico Preto também precisou se aposentar por invalidez, devido a um acidente com um trator da usina. Entretanto, em 1988, ano em que conseguiu se recuperar do acidente, retomou as atividades exercidas na usina, mas desta vez *tombando terra*⁴⁹. Já em 1990 conseguiu a aposentadoria definitiva e deixou de trabalhar nas terras da fazenda

Logo após a aposentadoria, a família mudou-se para Babosa, vilarejo próximo a Marrecas. Foram morar em terreno que a mãe de Chico Preto recebera como herança. Neste local, criaram os seis filhos: quatro homens e duas mulheres. Dos filhos, apenas dois chegaram a trabalhar na usina, no corte da cana. Os demais, pela idade, não exerceram qualquer tipo de atividade profissional na fazenda.

Após a falência do Complexo Agrícola, o casal optou por aderir ao movimento sem-terra e entrar no *acampamento* organizado em torno da Fazenda Ilha Grande. O principal motivo alegado para a entrada no *acampamento* foi à *desorientação* de Chico Preto. Segundo o mesmo, encontrava-se *desorientado*, sem saber fazer outra coisa, sem poder ir para lado algum. Durante o período de *acampamento*, ele possuía uma caminhonete, o que lhe permitia prestar serviços para os demais *acampados*, principalmente para recrutar novas famílias

⁴⁹ Atividade realizada com trator, cuja finalidade é revirar a terra para que possa ficar apta para o plantio.

interessadas em aderirem ao movimento. Além disso, ele também colaborava em carregar mantimentos, como também angariar apoio (em forma de doações) entre os moradores da região. Através deste recurso, Chico Preto ganhou respeito entre os *acampados*, pois sua presença passou a ser de extrema utilidade no local. No período em que estiveram *acampados*, cerca de dois anos, os filhos, ainda menores de idade, também acompanhavam os pais.

O convite para a família ingressar no *acampamento* se deu por intermédio de Maxuel, que na época, liderança do M.S.T., ajudou a organizar o *acampamento* e ainda era seu amigo de infância. Foi através dele (Maxuel) e sua esposa, Luzia⁵⁰, também liderança do M.S.T. que ajudou a organizar o *acampamento*, que o casal em pauta tomou conhecimento da organização do *acampamento* e decidiu que o melhor para a família seria tentar conquistar um pedaço de terra no futuro *assentamento*. Essa decisão ainda foi influenciada pelo fato de Chico Preto ser aposentado e *antigo funcionário* da usina, uma vez que os líderes do M.S.T. estavam interessados em famílias com este perfil.

Relativizando as primeiras informações que me foram passadas, a entrada no *acampamento* não se deu apenas pela *desorientação* em que estava passando naquele momento. De fato, ele conhecia muito bem o usineiro e sabia que ele não iria conseguir recuperar as fazendas. Pelos anos em que os dois trabalharam na fazenda, sabiam que o antigo patrão era *doido*. Muitas vezes, o casal presenciou o Cubano Filho (como era conhecido o usineiro) praticando tiro nas imediações da sede da fazenda, o que colocava em risco não só a própria vida como também dos empregados que lá estavam realizando algum tipo de serviço.

A decisão de entrar para o *acampamento* foi tomada não só por Chico Preto, como também por um de seus irmãos (o caçula), Valdemar Ernandes Batista, casado com Cristina das Dores R. S. Batista. Cristina também é filha de trabalhadores do Complexo Agrícola, têm três filhos, todos adolescentes. No início do trabalho de campo, os dois filhos mais velhos trabalhavam no *lote* da família, onde produziam cana e quiabo. Entretanto, em 2012, já casados, residindo no *lote* dos pais, estavam trabalhando em olarias da região, mas não ajudavam mais os pais. A filha mais nova, com cerca de quinze anos de idade, além das tarefas da casa, estudava em Baixa Grande. Cristina, atualmente é merendeira de uma escola municipal localizada em Marrecas.

⁵⁰ Tanto Maxuel como Luzia não chegaram a ser *assentados* do P.A. Che Guevara. Durante todo trabalho de campo, não consegui informações coerentes com relação ao paradeiro dos dois, muito menos seus nomes completos.

Os demais irmãos de Chico Preto não residem mais em Campos dos Goytacazes. Hoje moram no município do Rio de Janeiro, onde trabalham na área de serviços gerais. Apenas um conseguiu comprar um carro e é taxista em bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

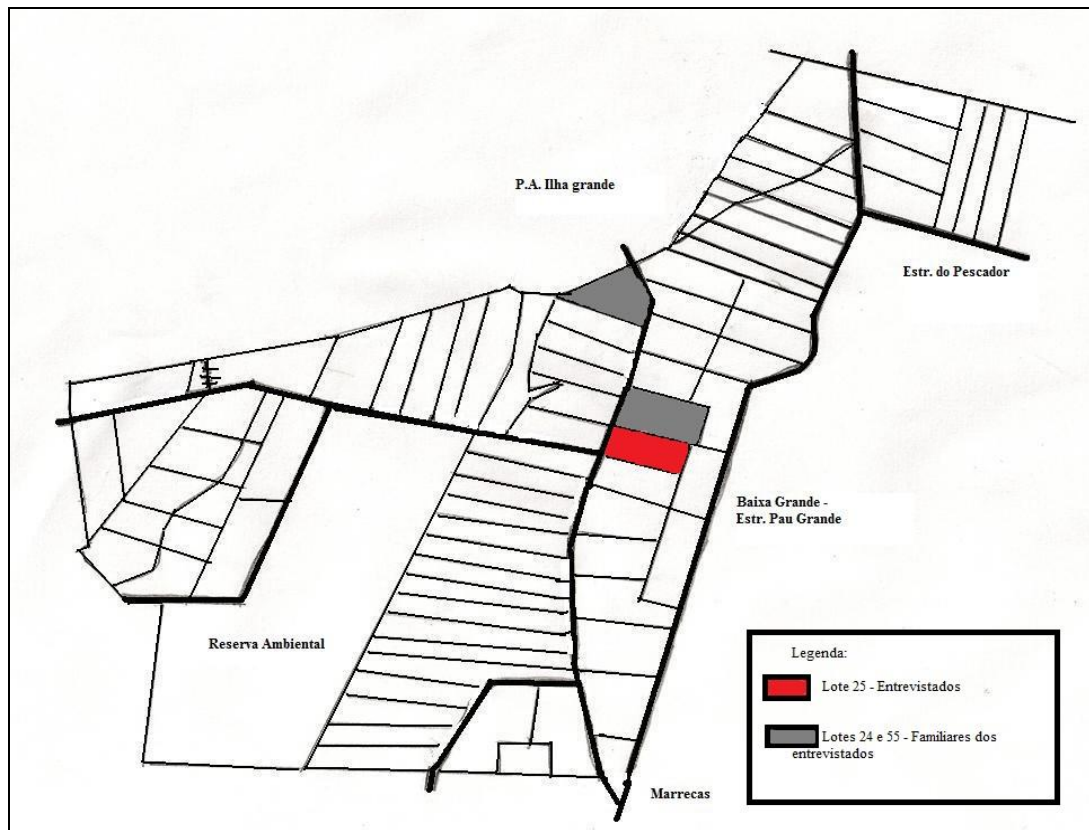
Já os irmãos de dona Regina, na época de criação do *acampamento*, todos aposentados. Não tentaram aderir ao Projeto de Reforma Agrária. Apenas uma de suas irmãs, Marinete Machado de Jesus Chagas, casada com José Chagas⁵¹ (conhecido na região como Juca), está *assentada* no P.A. Che Guevara.

Após o período de *acampamento*, Chico Preto, por ser tratorista, continuou prestando serviços para os novos *assentados*, principalmente pela amizade que nutria por Maxuel e também pela *prioridade* que possuía junto com o líder do *acampamento*, pois por possuir uma caminhonete e também ser tratorista, conseguia prestar serviços para todos que necessitavam. Estes serviços prestados eram pagos não em forma de dinheiro, mas os *assentados* beneficiados “davam” almoço para que ele pudesse trabalhar nos lotes.

O prestígio conquistado pelo chefe do núcleo familiar junto aos organizadores do *acampamento* foi determinante no momento da divisão dos *lotes*. De acordo com Chico Preto, quando foi possível escolher os *lotes*, Maxuel determinou que a família de Chico Preto teria prioridade na decisão da localização do lote. Assim, como já conhecia muito bem a área, optou por um *lote* próximo à principal estrada que corta o *assentamento* e, além disso, local com água potável. Esta decisão só pôde ser tomada não só pela amizade e respeito que conquistou no período do *acampamento*, como também por conhecer muito bem a área devido aos anos em que foi trabalhador da fazenda.

Com o início do *assentamento*, escolheu o *lote* de número 25, próximo da casa em que morava quando criança e também próximo ao *lote* do irmão, como pode ser observado no mapa a seguir:

⁵¹ Realizei entrevista com José Chagas em agosto de 2009. Eu seu *lote*, de número cinquenta e cinco, produz cana e cria gado. O trabalho é realizado apenas por ele, pois todos os filhos, cinco ao total, realizam atividades no comércio de Campos dos Goytacazes. Sua esposa, irmão da entrevistada em questão, na época, passava por problemas de saúde e estava morando em uma casa no distrito de Mussurêpe, também em Campos dos Goytacazes.



Mapa 10 – Localização do *lote* de *antigo funcionário* da usina e *assentado* (*lote 25*). O *lote* em frente é de Valdemar Ernandes (irmão de Chico Preto) e Cristina Batista (*lote 24*). O outro *lote* identificado no mapa pertence a Marinete Chagas (irmão de Regina de Jesus) e José Chagas (*lote 55*). Mapa organizado por Rodrigo Pennutt da Cruz, a partir de dados levantados ao longo do trabalho de campo.

Neste *lote*, como já havia uma casa que, na época em que a fazenda pertencia ao usineiro estava alocada para o administrador, não precisou construir uma nova, apenas fez pequenos reparos com apoio do financiamento de habitação que todo *assentado* tem direito no início do *assentamento*.

Com ajuda de sua esposa, dona Regina, e seu filho mais novo, hoje com vinte e um anos, plantam cana e coco, portanto, lavouras de destino mercantil. Entretanto, esse filho só colabora no *lote* nos fins de semana, pois atualmente trabalha em uma olaria da região e não tem tempo para estar sempre no *lote*.

Os demais filhos, todos casados e vivendo com as famílias conjugais, três são cabeleireiros (dois homens e uma mulher), uma filha trabalha como vendedora e outro filho como funcionário da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Todos residem na sede do município.

Com relação às atividades realizadas no *lote*, para iniciarem a plantação de cana, recorreram ao PRONAF. Entretanto, devido às fortes chuvas que a região vem sofrendo nos

últimos anos, não foi possível aproveitar toda a lavoura, que consistia, pelo projeto desenvolvido pelos técnicos da EMATER, em lavoura de cana associada ao apim.

Devido a estes problemas, ainda não conseguiram arcar com todas as parcelas do financiamento, o que preocupa toda a família. Assim, os filhos vão intervir, no próximo ano (2013), para que juntos consigam quitar as parcelas atrasadas. Esta é uma questão que os preocupa, pois temem não receber mais qualquer tipo de crédito oficial, não só devido à dívida que ainda não conseguiram arcar, como também pelo fato de não possuírem qualquer tipo de segurança com relação ao trabalho agrícola. Como afirma Chico Preto, lidar com a lavoura é estar em constante insegurança, devido às oscilações entre ganhos e perdas que podem ocorrer ao longo do período que vai do plantio à colheita.

Assim, o enfrentamento de intempéries naturais é fundamental na constituição não só do *assentado* como também na de qualquer outro agricultor. O relato de Chico Preto acentua as dificuldades existentes em exercer a atividade agrícola na região, principalmente quando os agricultores possuem pouquíssimos recursos para reverterem às perdas causadas pelas chuvas ou, em um determinado período do ano, pela seca que também atinge o norte fluminense. Contudo, mesmo com as dificuldades existentes, a família ressalta que consegue produzir alguns produtos, principalmente cana, fonte básica de renda que conseguem obter no *lote*.

Da plantação de cana, uma parte é destinada ao comércio de caldo de cana, que é entregue a um atravessador, responsável pelo corte da cana e transporte do produto. A outra parte a família vende para a COAGRO⁵².

Como não consegue administrar as despesas da família apenas com o que produz no *lote*, Chico Preto também faz alguns *bicos*⁵³ para agricultores de Babosa, local onde mora com a esposa e um dos filhos. Segundo ele, o fato de morar fora do *lote* pode ser prejudicial, pois sempre recebe notificações de funcionários do INCRA:

Mas o INCRA não aprova. A mulher falou comigo. Ela ficou brava. Só que eles não salvam todo mundo diretamente. Porque no 'movimento' está escrito que é para nós morarmos no lote. Então nós moramos aqui, no caso, então todos os dias estamos aqui. E a noite, nós não ficamos aqui todas as noites. Mas ficam pouquíssimas pessoas. Mas o INCRA não favorece. Porque quem precisa da terra é quem não tem nada, quem

⁵² A Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro – COAGRO – fora formada no ano de 2003, com a junção de 57 produtores de cana de açúcar da região. Sua formação ocorreu devido a falências de usinas de cana de açúcar localizadas em Campos dos Goytacazes. Como patrimônio, a Cooperativa conta com a antiga Usina São José. Atualmente conta com cerca de 9.000 associados e produz cerca de 953.000 toneladas de açúcar e 26,5 milhões de litros de etanol por ano. Fonte: <http://www.coagro.coop.br/historia>. Acesso em: 14/04/2013.

⁵³ Esses *bicos* são referentes ao trabalho que exerce para os vizinhos de Babosa. Em geral, trabalha por dia, capinando lavouras.

não tem casa. Então a prioridade dele é para quem não tem nada mesmo. E nós não temos nada. Só Deus sabe como é que nós vivemos. Mas vamos vivendo. Vamos querer mais o quê?

Nesses termos, se as regras não podem ser aplicadas em sua plenitude, uma condição referente aos critérios é indiscutível: a necessidade, o precisar. Estar morando no *assentamento* é a principal dificuldade atualmente enfrentada pela família para legitimar a posição. Ademais, pelo relato, não recebem qualquer tipo de apoio por parte do INCRA para estarem todo dia no local. Por conseguinte, todos falham, afinal, sempre estão realizando algum tipo de atividade no *lote*, onde retiram a maior fonte de sustento da família a despeito de não receberem todos os recursos institucionalmente prometidos.

Apesar de todos os transtornos vividos no processo de *assentamento*, a família considera a nova condição como o melhor que foi conquistado, se comparado com o período em que eram trabalhadores do Complexo Agrícola. Agora, de acordo com Chico Preto, possuem “*mais liberdade*”, o que só foi alcançada após a constituição do *assentamento*.

- Caso 2: **Ex-administrador de fazenda e atual assentado**⁵⁴.

Senhor José Quissaman, sessenta e três anos, mais conhecido como Zé Quissaman, *assentado* no lote número 46, é casado com dona Maria do Carmo de Almeida Quissaman⁵⁵, sessenta e sete anos. O casal tem quatro filhos, todos homens e mais de cinco netos⁵⁶.



Foto 4 – Ex-administrador da fazenda em frente à sua casa no *assentamento*. Julho de 2012.

José Quissaman nasceu em Marrecas e desde muito pequeno começou a conviver com os afazeres da antiga Fazenda Marrecas. Seu pai, já falecido, era o *encarregado* de *turma* da fazenda, isto é, o responsável pelos trabalhadores no plantio, limpa e corte da cana. Comandava um grupo de mais de vinte trabalhadores. Ao lembrar o trabalho do pai, José Quissaman relata como era complicado lidar com tantas pessoas, afinal, seu pai, por ser o *encarregado*, precisava saber administrar os interesses do usineiro e, por outro lado, dos

⁵⁴ Foram realizadas três entrevistas com José Quissaman. A primeira em agosto de 2009; depois em fevereiro de 2010 e por último, em julho de 2012. Além dessas entrevistas realizadas por mim, contei com outras entrevistas, realizadas em momentos distintos, pela professora Delma Pessanha Neves e também pela doutoranda do PPGA/UFF Priscila Tavares dos Santos.

⁵⁵ O referido *lote* está no nome de dona Maria do Carmo, esposa de Zé Quissaman.

⁵⁶ Pelas entrevistas não foram possíveis contabilizar o número exato de netos do casal. Entretanto, nenhum desses realiza atividades no *lote* dos avós.

companheiros de trabalho. Constituía-se mediador articulando atendimento das necessidades da administração da fazenda e dos trabalhadores.

Ao completar quatorze anos de idade, seu pai lhe conseguiu uma colocação na fazenda. No início, trabalhou no campo, *na enxada*. Anos depois, começou a exercer a função de *vigia*. Neste período, segundo relato, ganhou reconhecimento por parte do então administrador da fazenda, principalmente pela sua honestidade e pela dedicação que tinha pelo trabalho. Isso fez com que conquistasse respeito inclusive pelos patrões (Cubano Velho e Cubano Novo). Também exerceu a mesma atividade de seu pai: foi *encarregado de turma* durante um período. Entretanto, quando se tornou *encarregado*, foi justamente no momento de falência da usina. Por este motivo, precisou lidar com diversas situações constrangedoras e foi uma das ocasiões mais difíceis em que passou na fazenda. Como os salários dos trabalhadores não eram pagos de forma correta, José Quissaman, enquanto *encarregado*, não se sentia com autoridade para mandar a *turma* realizar certos tipos de atividade. Afinal, não achava justo ter que ordenar uma determinada *tarefa* e, em contrapartida, os *funcionários* não estarem recebendo os salários nos prazos.

Pouco antes do início do *acampamento* montado por dirigentes do M.S.T., José Quissaman passou a ser o administrador da fazenda. Neste período, contava com poucos trabalhadores, pois não era mais possível pagar a todos. Trabalhava com uma *turma* reduzida, cerca de seis homens e todos recebiam em forma de diária. Ao tentar explicar os motivos de falência que os patrões se submeteram, ele, assim como os demais trabalhadores, encontram como justificativa principal a incompetência por parte do filho que herdou a administração dos negócios da família De La Riva. De acordo com seu relato, no período em que o Complexo Agrícola era mantido pelo Cubano Velho, o pagamento, além das férias, como também o décimo terceiro, eram pagos dentro dos prazos estabelecidos. Porém, quando o Cubano Novo assumiu a administração, iniciou-se a derrocada do Complexo e os empréstimos que o patrão pegou para tentar saldar as dívidas não foram suficientes para manter os negócios.

Após a falência e, conseqüentemente, a entrada do M.S.T., José Quissaman precisou conviver com as pessoas que faziam parte do acampamento. A primeira decisão tomada por ele foi conhecer os *acampados*. Percebeu, relativizando sua posição anterior, que eram trabalhadores como ele e que apenas queriam *um pedacinho de terra*.

*Quando o pessoal do sem-terra chegou aqui, nessa época, eu não sabia.
O Ricardo [administrador da fazenda Ilha Grande] me chamou para ir lá*

ver. Ele disse: - “Vamos lá. Monta aí na moto que nós vamos lá”. Eu disse: - “Não! Eu vou no burro”. - “Mas rapaz, eles vão descobrir que você é o administrador daqui!”. - “E o quê que tem? Não tem nada rapaz, eu não vou ofender ninguém, vou tratar todo mundo bem”. Fui! Quando cheguei em cima da ponte, perguntei: - “Está tudo bem?”. Eles: - “Está tudo joia. O senhor vai nos ajudar? Porque a barra aqui está brava. Mas com sua ajuda é capaz de melhorar”. Controlei a barra, né? Fomos tomando amizade, fui lá para o acampamento e rodei tudo lá! Fui conhecer! Rodei tudinho. Mas tinha também “nego” mal encarado!

Nesse mesmo período, ele se aposentou e também recebeu a indenização pelo tempo em que trabalhou na fazenda. Com o dinheiro, comprou um *pedaço de terra* em Marrecas, onde começou a criar algumas cabeças de boi. Além disso, comprou um carro para facilitar o transporte do leite, do terreno até sua casa. Também conseguiu autorização, por parte do ex-patrão, de escolher um local, dentro da fazenda, para criar o restante do gado que não cabia em seu terreno.

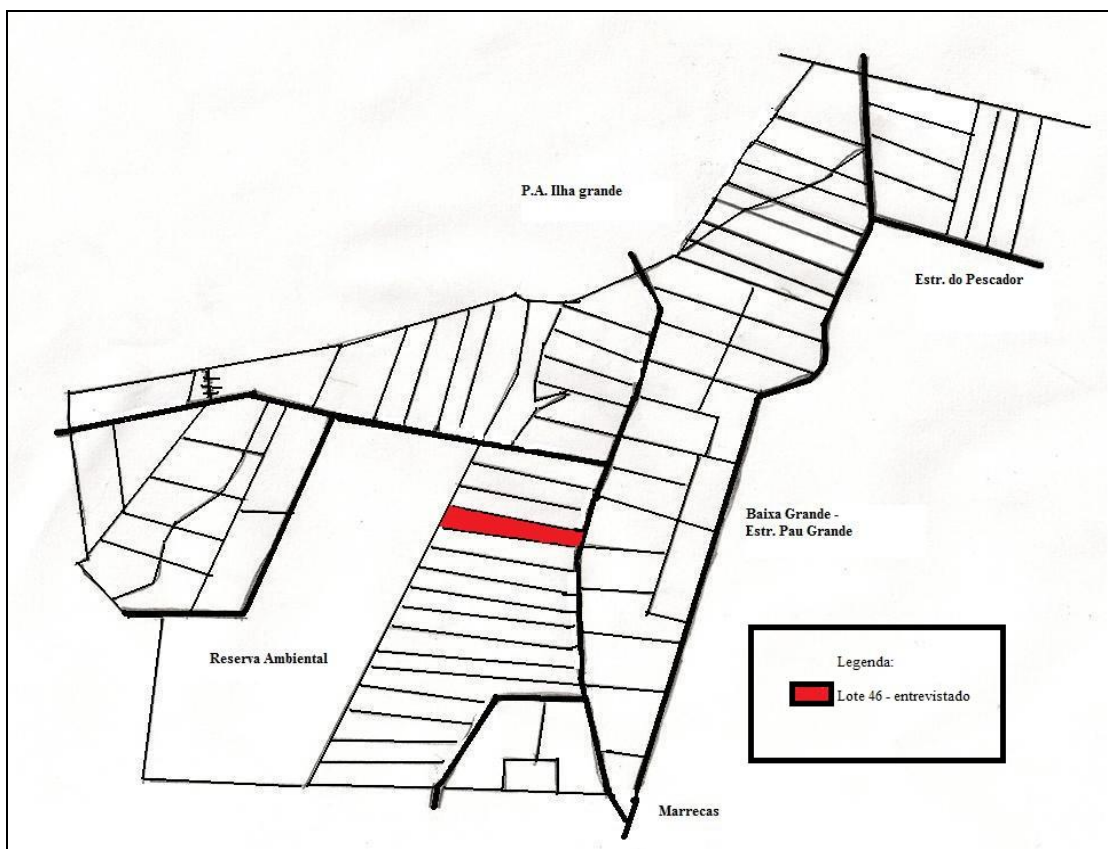
A criação de gado fez com que começasse a produzir queijos, que vendia na varanda de sua casa, também em Marrecas. A produção de queijos durou até o momento em que militantes do M.S.T. começaram a impedir sua entrada na fazenda e, além disso, começaram a espalhar que ele, por ter sido o último trabalhador a deixar as atividades, não teria direito a nenhum *lote* no futuro *assentamento*:

No primeiro momento eu fiquei ali mexendo com vaca. Aí depois vieram falar comigo que a mulher de Maxuel não ia me dar a terra. Eu disse: - “Tudo bem”. Aí vieram falar comigo: - “Você não tem direito. Tem quatro pessoas aí, nós vamos fazer uma votação para saber qual o lado é o seu”. Eu falava: - “Aqui rapaz, quer saber de uma coisa? Nem você nem ninguém me tira daqui. Sabe quem tem direito disso tudo aqui? Primeiro é o Cubano, segundo, os homens da administração e terceiro, os operários. Não é quem comprou que nem vocês com dinheiro. Eu estou aqui no meu direito. E vocês vão lá me tirar? Não dá para vocês”. Eu tinha documento, tinha carteira assinada! Tenho a carteira que trabalhei comprovando. Tenho os direitos todos na justiça. - “Agora, com vocês aqui, que está sendo tudo tocado por ‘nego’ do dinheiro daqui. Quem solta um dinheiro bom para vocês?” Não pode não! “Não dá para vocês não. Pode tomar o rumo de vocês!”. Aí eu disse a ele: - “Quanto de dinheiro vocês ganharam aqui? Vieram de bermuda e voltaram de terno?”.

De imediato, não conseguiu qualquer *lote*. Mesmo assim, participou de todas as visitas técnicas realizadas por funcionários da EMATER e INCRA, onde contribuía mostrando as melhores áreas da fazenda para agricultura, bem como qual o tipo de cultivo seria possível

para os novos *assentados*. Sua ajuda foi de extrema valia, pois como conhecia muito bem a região, pôde contribuir para a escolha da área de reserva ambiental, bem como o tamanho de cada *lote*.

Após cerca de oito anos de espera, conseguiu um *lote*, considerado *bom*, no *assentamento*. Esse *lote*, número 46, todavia, fora atribuído a um senhor, sem família, que desistiu de continuar no local por problemas de saúde. Com isso, José Quissaman passou a trabalhar em sua própria terra, já com os benefícios aplicados e aguardando legalidade do ato a ser conferido por técnicos do INCRA.



Mapa 11 – Localização do *lote* do antigo administrador da fazenda. Mapa organizado por Rodrigo Pennutt da Cruz, a partir de dados levantados ao longo do trabalho de campo.

O *lote* que recebeu, além de estar localizado em uma área “boa” (*lote bom*), devido ao conhecimento que adquiriu mediante experiência profissional no período de existência da usina, já tinha uma casa, construída com recurso de crédito habitacional, pelo antigo *assentado* e também plantação de cana, além de árvores frutíferas. Com isso, José Quissaman não precisou arcar com qualquer tipo de crédito em nome de sua esposa, detentora do título de propriedade da terra.

Esta casa é utilizada como “galpão” em que guarda todo o material que utiliza no trabalho no *lote*. Sua casa de moradia fica em Marrecas, construída em terreno que sua esposa recebeu de herança.

Atualmente, produz em seu *lote*: cana, destinada à ração de gado, além de diversas árvores frutíferas. Também possui criação de boi. Tudo o que é produzido por ele, é vendido por sua esposa na varanda de sua casa em Marrecas e também em bar em que sua nora trabalha. O sistema de venda e abastecimento das mercadorias ocorre através do uso do aparelho celular e também de uma motocicleta: o freguês, interessado em alguma mercadoria, liga para dona Maria e faz o pedido. Imediatamente ela avisa a José Quissaman, geralmente por celular, do pedido feito. Após verificar se há disponível no *lote*, ele conduz os produtos para Marrecas mediante uso de motocicleta. Segundo ele, *freguês não falta. Tudo que levo, vende!*”.

Para cuidar do *lote*, conta apenas com a ajuda do filho mais velho, mas este só pode estar presente em momentos específicos, pois trabalha como barbeiro no município do Rio de Janeiro. Todos os filhos, no momento do trabalho de campo, moram e trabalham no Rio de Janeiro. Quando precisa contratar alguém para trabalhar, jamais consegue, pois segundo ele, essas pessoas não realizam o trabalho da forma esperada, o que faz com que prefira trabalhar sozinho.

Mesmo trabalhando sozinho, orgulha-se de nunca ter arrendado seu *lote*, como, segundo ele, a maioria dos demais *assentados* vem fazendo. Pelo relato de José Quissaman, muitos de seus vizinhos não só arrendam os *lotes* como também negociam com pessoas de fora todo o espaço destinado ao cultivo. Por sua concepção, os objetivos da reforma agrária não estão sendo alcançados, pois a razão de estarem *assentados* não é apenas apropriação de *pedaço de terra*, mas *produzirem com o que têm*.

O mesmo orgulho que tem por jamais ter arrendado seu *lote*, também é expresso pelas conquistas que obteve após se tornar *assentado*, principalmente o respeito que todos os vizinhos nutrem por ele. Este respeito é fruto, de acordo com o entrevistado, de suas ações, pois não desenvolve atitudes de desrespeito não só com pessoas dentro do *assentamento*, como também de fora. Este mesmo orgulho aplica para ele o fato de hoje ser *assentado*, conforme seu comentário:

Olha, quem não gostou? Quem não gostava, arrependeu. Quem não lutou para pegar a terra, arrependeu. Porque eles achavam que ia dar dor de cabeça e não é! É saber levar a vida. Saber lutar com quem vem de fora. Saber lutar com quem chega. Mas o que acontece é que a gente

via pela televisão e aí que é o medo do povo. Que a gente via lá para fora: e morte e eu não sei o que mais e o pessoal daqui não gosta de confusão. É um povo tranquilo, gosta de viver em paz.

O relato de Zé Quissaman está voltado para a posição que os *antigos funcionários* da usina tomaram no momento de constituição do *acampamento*, organizado por lideranças do M.S.T. no entorno das fazendas Marrecas e Ilha Grande. Na ocasião, como já demonstrei anteriormente, boa parte destes não se dispusera a participar do movimento e da organização, pois não conseguiam conceber o fato de o usineiro, pessoa de extrema influência na região e, além de tudo, dono das terras “cobiçadas” pelos *sem-terra* e patrão de boa parte dos moradores de Marrecas, perder todo o patrimônio alcançado ao longo de uma vida de investimento de capital e gestão produtiva. Essa desconfiança era agravada pelo fato que, caso um dia a recuperação das terras ocorresse, estes poderiam perder a confiança que tanto almejavam ao longo dos anos e, como consequência, não teriam seus empregos assegurados. Enfim, temiam essa forma explícita de retaliação por parte do patrão⁵⁷, caso retornasse ao “poder” de mandatário das fazendas.

Aliado a este fato, outro agravante motivador para a não adesão de grande parcela dos *antigos funcionários*, está centrado na imagem que estes concebiam (ou concebem) do M.S.T. Essas percepções foram construídas por meio de notícias veiculadas na imprensa, especialmente pela TV, em que os militantes do movimento eram (e são) apresentados como “baderneiros”, pessoas que apenas estavam interessadas em “invadir” o que pertencia a outrem e com isso criar um ambiente de insustentabilidade e, ao mesmo tempo, acabar com os empregos existentes na região.

⁵⁷ Em entrevista realizada em agosto de 2009, com um *antigo funcionário* da usina, não-*assentado*, residente em Marrecas, Marcos Pessanha, atualmente aposentado, deixa evidente os motivos que não o levaram a almejar sua entrada no *acampamento*: “Invadir o que é dos outros não é certo, principalmente no que era do meu patrão, meu patrão da vida toda. Não tem como [...]”. Declarações similares foram dadas pelos demais não-*assentados* que pude conversar ao longo do trabalho de campo, o que evidencia que a possibilidade, mesmo remota, do retorno do usineiro poderia gerar uma série de consequências negativas para aqueles que aderiram ao *acampamento*. Além disso, era inconcebível “invadir” as propriedades do patrão, a pessoa, sem dúvida alguma, mais influente da região.

- Caso 3 – Sem-terra e assentada⁵⁸.

Dona Ediméia, 62 anos, assentada no *lote* número 53, nasceu em Deserto Feliz, região noroeste fluminense. Sua socialização, assim como dos seus nove irmãos, esteve fundamentada na prática agrícola. No período em que sua família residia nessa localidade, aprendeu a trabalhar como agricultora, como salienta: *Foi onde aprendi, desde pequeninha, a fazer essas coisas. Sei colher café, sei plantar cana. Sei fazer de tudo um pouco.* Seu pai, *pessoa muito sistemática*, além de agricultor, trabalhava como madeireiro. Ele e mais um irmão cortavam madeira, em Deserto Feliz. Após o corte da madeira, revendiam-na em outras localidades. Sua mãe cuidava da educação dos filhos e da administração da casa. Para sustentar a extensa família, ela criava pequenos animais no *terreiro*, como porco, peru, galinha, entre outros.

Como seu pai não possuía terra própria, valia-se do sistema colonato para sustentar a família e, ao mesmo tempo, *ensinar uma profissão aos filhos*. Para tanto, todos os filhos trabalhavam em propriedades de fazendeiros da região, sempre plantando e colhendo batata, milho, café, entre outras culturas. Desta forma, toda a família trabalhava nas terras de um fazendeiro, como forma de *empreitada*. Como o pai de dona Ediméia possuía outra atividade, ele colocava todos os filhos para trabalharem e apenas administrava a plantação à distância.

A separação entre as atividades exercidas pelos pais pode ser assim expressa: a mãe cuidava dos afazeres domésticos; administração da casa e dos filhos, inclusive quando agregados pelo trabalho familiar em ocupação fora de casa, criações de animais de pequeno porte: aves e suínos. Já o pai, além da atividade de madeireiro, era o responsável por conseguir, junto aos fazendeiros da região, espaço para que os filhos pudessem trabalhar. Além disso, era o pai quem, no fim de cada colheita, apresentava-se como o responsável em receber o pagamento junto ao fazendeiro empregador ou concedente da terra de parceria.

Tudo que necessitavam para subsistência retiravam da atividade agrícola exercida pelos membros da família. O que não era possível retirar da agricultura, como sal e vestimentas, recorriam ao dinheiro que o pai conseguia com a venda das toras de madeira.

Entretanto, quando completou onze anos de idade, parte da família precisou sair da região e ir para Travessão, em Campos dos Goytacazes (RJ), pois a área que desfrutavam não era suficiente para manutenção de toda família.

⁵⁸ Foram realizadas entrevistas em momentos específicos: fevereiro de 2010 e julho de 2012.

Este é o momento decisivo para o aprendizado da contínua luta por alocação de área de terra para trabalhar ou para gerir alternativas contrastivas ao assalariamento da força de trabalho.

Ao chegarem a Campos dos Goytacazes, um ano depois, o pai faleceu em acidente de carro e com isso, todos os filhos foram obrigados a ingressar no mercado de trabalho, para complementarem a renda familiar. Sua irmã mais velha se casou com um rapaz de Travessão, um dos irmãos conseguiu emprego em padaria e dona Ediméia foi trabalhar como empregada doméstica, com apenas doze anos de idade. Sua mãe, além dos serviços domésticos, precisou *lavar roupa para fora* para contribuir com o pagamento das despesas da família.

O trabalho *em casa de família* sempre foi a principal forma de sustento para dona Ediméia. Chegou, inclusive, a trabalhar no Rio de Janeiro (RJ), como empregada doméstica. Com o passar dos anos, conheceu seu único marido, Sr. Alberto, que faleceu há mais de dez anos. Segundo relato, ele possuía *terra de fazenda de gado*. Alberto nasceu em Campos dos Goytacazes e moraram juntos durante quase trinta anos. Seu esposo possuía fazendas na região e também criador de gado.

Antes de morrer, seu esposo sofreu muito por causa de problemas cardíacos. Por conta da doença, não conseguiu mais gerir seus bens e acabou perdendo tudo. Sem saber o que fazer, dona Ediméia resolveu, por incentivo de um amigo da família, passar uma temporada em *assentamento* rural em Italva (RJ). Ficaram no *lote* de Vilazito, hoje também *assentado* do P.A. Che Guevara. Em Italva, dona Ediméia e Alberto plantavam laranja, aipim e criavam peixe (tilápia, tambaqui, entre outros), além de suínos e aves de pequeno porte. Entretanto, como a região é muito quente e seu marido, devido ao estado de saúde, não tinha condições de permanecer em local com altas temperaturas, precisaram, com isso, ir para outro lugar. O local escolhido foi Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, onde o irmão de dona Ediméia possuía uma casa. Foram morar junto com o irmão e a cunhada.

No período em que foi morar no Farol, litoral campista, o casal começou a trabalhar em um quiosque, vendendo salgados para banhistas. Neste meio tempo, dona Ediméia sofreu um acidente na mão esquerda e precisou parar de trabalhar na cozinha do restaurante. Meses depois, seu esposo veio a falecer. Neste momento, a família se reduziu a ela e seu único filho, fruto do relacionamento com Alberto. Seu filho, atualmente desempregado, tem quatro filhos, todos menores de 15 anos, e residem em Campos dos Goytacazes, em uma casa mantida por sua mãe.

Assim que Alberto faleceu, dona Ediméia, também por incentivo de Vilazito, resolveu conhecer o *acampamento* que mais tarde viria a ser o P.A. Che Guevara. Esse incentivo foi

importante, pois com a morte do marido, ficou, durante muito tempo, *sem saber o que fazer da vida* ou sem nenhuma perspectiva.

Assim, por intermédio deste amigo de seu já falecido esposo, dona Ediméia, ao resolver ir conhecer o *acampamento*, gostou do lugar e da forma como os demais *acampados* conviviam e decidiu ficar. Portanto, novamente fez acontecer seu desejo de trabalho por meio da terra. Colocava em prol o aprendizado de busca de alternativa, mas também de transferência de posse de terra. Porém, sua permanência não estava restrita apenas em *montar uma barraca* e permanecer *acampada*. Como possuía dois empregos na sede do município de Campos dos Goytacazes (na época, assim como hoje, cuida de idosos doentes), não poderia ficar o tempo todo no acampamento. Por este motivo, sua contrapartida consistia em *ajudar* com alimentos que comprava em Campos dos Goytacazes. Essa *ajuda* era mantida graças aos salários que recebia. Em troca do apoio, seus companheiros de *acampamento* asseguravam seu direito em receber o *lote* no futuro *assentamento*. Este momento é narrado da seguinte forma:

Naquela época, sustentava o acampamento porque tinha dois salários de um lado e de outro. Eu ajudava o acampamento. Durante a semana trabalhava e nos fins de semana vinha para cá, tirar serviço, ficar vigiando. Aí, sábado e domingo eu tinha folga nos dois lugares, eu vinha para cá. Ajudava no acampamento com sacolas, com dinheiro, leite para as crianças, frango, sacolão... Para eles poderem manter o lote para mim.

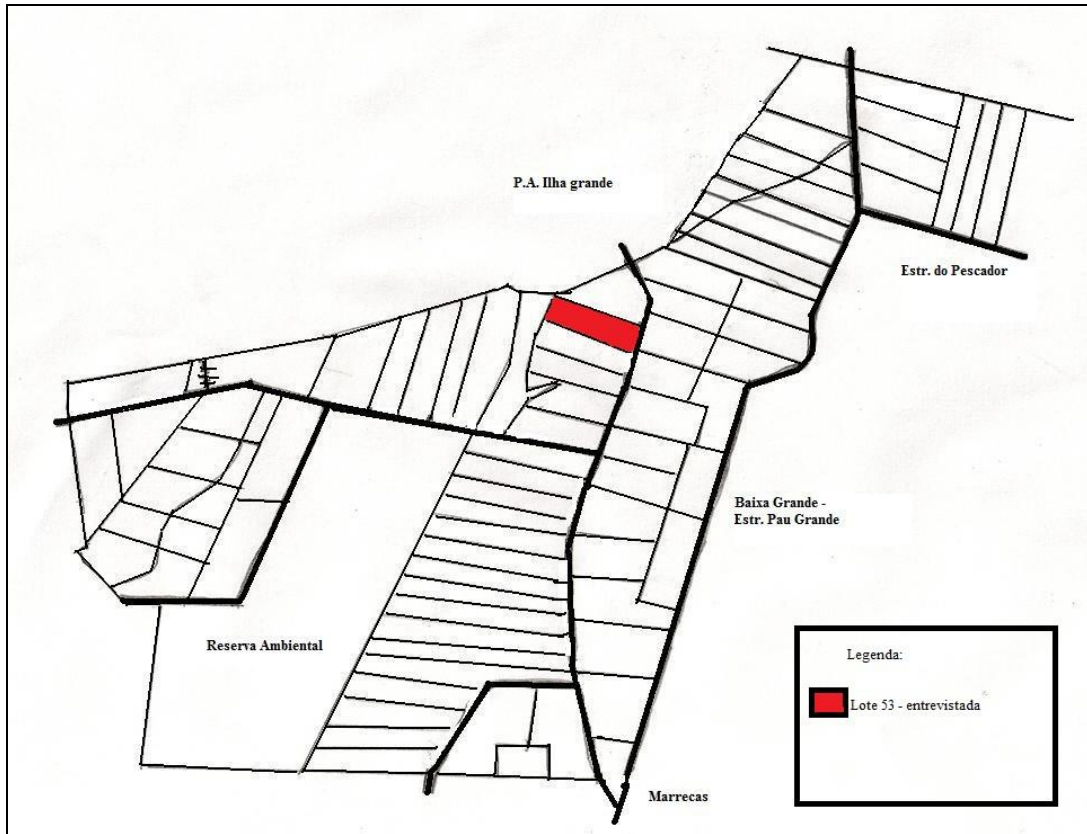
Um dos principais motivos que a fez tentar a sorte no *acampamento* foi, além da perda do marido, o gosto celebrado pela terra, em poder viver em ambiente similar ao que conhecia desde sua socialização primária: *sempre gostei da terra, eu sou da terra. Não gosto de cidade*. Isto a fez permanecer quase dois anos na condição de *acampada*.

Após o decreto de criação do P.A. Che Guevara, dona Ediméia e parte de seus companheiros conseguiram *lotes* no *assentamento*. As primeiras dificuldades enfrentadas pela condição de *assentada* começaram a surgir: *quando cheguei aqui não tinha casa. Aqui só tinha caatinga do tamanho dessa casa aí. Tinha um monte de 'gaiolinha'. Fui tombando tudo na enxada. Foi aí que o INCRA veio, deu os materiais e foi que fiz essa casinha aqui*.



Foto 5 – Vista parcial da casa onde reside *assentada* oriunda do M.S.T. Junho de 2012.

Como não conta com ajuda de seu filho, único familiar próximo ainda vivo, precisa gerir o *lote* sozinha. Por isso, no início do plantio de cana, precisou contratar uma “*empreiteira*” para administrar a lavoura, pois sem esse apoio, não conseguiria cuidar de tudo. O dinheiro que conseguiu para pagar a “*empreiteira*” adveio do crédito PRONAF. Plantaram cerca de quatro hectares de cana de açúcar, o restante do *lote* utilizou para plantar coco, goiaba, laranja, aipim, milho e abóbora.



Mapa 12 - Localização do *lote* de *assentada* oriunda do M.S.T. (53). Mapa organizado por Rodrigo Pennutt da Cruz, a partir de dados levantados ao longo do trabalho de campo.

Dos empréstimos disponíveis para *assentados*, só conseguiu apanhar cerca de R\$10.000,00 (dez mil reais), mas que até hoje não terminou de pagar todas as prestações. Está assim impossibilitada de tentar outro empréstimo junto ao Banco do Brasil. Entretanto, continua trabalhando no *lote*, investindo do próprio salário que recebe para cuidar de idosos na cidade de Campos dos Goytacazes.

De tudo que planta no *lote*, apenas a produção de cana é comercializada. Para tanto, precisa, para manter a lavoura, pagar uma pessoa, pois sozinha não conseguiria. Esse pagamento é feito sob a forma de diária, R\$ 50,00 (cinquenta reais), dependendo do serviço a ser realizado que pode ser desde capina, como também a construção de alguma cerca.

O corte da cana, como é cadastrada pela usina COAGRO, é obtido por contrato com a própria usina. Nesse caso, ela é responsável por realizar o corte e o transporte da mesma. Desta forma, não precisa se preocupar em contratar cortadores e motorista com caminhão para realizar esses serviços.

Para manutenção do plantio de cana, dona Ediméia passa por uma série de problemas, como as condições de seu *lote*, uma vez que sempre alaga no período de chuva (geralmente no

início de cada ano)⁵⁹, o que a faz perder parte da produção. Outro problema enfrentado advém da criação de gado pelos vizinhos. Os dois vizinhos que cercam seu *lote* criam gado, o que recorrentemente gera conflitos, pois os animais fogem e acabam invadindo sua lavoura, destruindo boa parte da plantação. Aliado a esses problemas, está o fato de sua casa ser afastada do *lote*, o que faz com o que todo o material agrícola fique exposto, sem sua vigilância. Por este motivo, já perdeu duas bombas que utilizava para irrigar a plantação, como também equipamentos de pequeno porte⁶⁰.

Isso fez com que abandonasse um emprego (diurno) para poder cuidar mais de seus bens. Ela afirma não haver qualquer tipo de apoio entre os *assentados*, diferentemente do que existia no local em que residia com seus pais:

Só que eu pensei que, quando viesse para aqui, o pessoal fosse mais humilde, mais humilde porque onde eu nasci tinha união. As pessoas se uniam assim: hoje eu te ajudava, amanhã você me ajudava. Se tinha uma plantação para fazer, juntava aqueles amigos, um grupo de pessoas... ia lá e fazia sua roça, entendeu? Aonde eu nasci era assim. Quando você fazia a sua, quando você fazia a minha ia para mim, quando você fazia a sua ia para sua, ia para do fulano; a gente ficava comprometido com aquelas pessoas. Se um rapaz, por exemplo, um rapaz solteiro ia casar, faziam a casa dele, juntava todo mundo, gostava tudo. O fim de semana que não trabalhava na roça, aquelas pessoas iam lá e levantavam aquela casa. Aí o dono da casa matava uma leitoa, dava comida, fazia essas coisas. Era assim que eu pensei que fosse ser aqui, mas é completamente diferente. Aqui, se você não tiver [dinheiro] você não levanta.

Apesar de todos os problemas advindos da constituição de interesses no *assentamento*, assim como as dificuldades encontradas para gerir o *lote* sozinha, dona Ediméia ratifica a importância e o carinho que tem pela condição de ser *assentada*, afinal, para ela, o *assentamento* é a sua vida. Apesar de todos os problemas em ser uma *assentada*, dona Ediméia afirma que não pretende, em hipótese alguma, deixar o local. Esse sentimento que nutre é fruto do amor que sente, segundo ela, pela natureza e pela terra.

Entretanto, por ainda ter que trabalhar fora do *assentamento*, sofre uma série de comentários feitos pelos demais *assentados* com relação à sua posição financeira. Ela se refere ao fato de trabalhar fora e isso poder gerar alguns constrangimentos, pois como já me referi no capítulo anterior, a qualificação distintiva entre um *bom assentado* e um *mau*

⁵⁹ Uma análise também mais detalhada das condições de sobrevivência no P.A. Che Guevara foi realizada por Santos (2010).

⁶⁰ Na primeira vez em que realizei entrevista com dona Ediméia, um roubo havia sido feito poucos dias antes. Na ocasião, roubaram sua bomba d'água.

assentado está intimamente relacionado ao fato exercer outra atividade e não só aquela voltada para a agricultura. Este é um fato recorrente entre aqueles que, por diversos motivos, no caso em análise por falta de força de trabalho familiar e de recursos advindos de financiamentos e de aposentadoria, precisam investir em outras atividades remunerativas para gerir o *lote*.

- Caso 4: Moradora local e assentada⁶¹.

Heloisa Helena de Almeida, cinquenta e um anos, nasceu em Marrecas. Seu pai, cortador de cana, trabalhou a vida toda para fornecedores. Sua mãe, dona Santana, hoje com setenta e seis anos, para complementar a renda familiar, confeccionava esteiras à base de um capim chamado *tabua*⁶², encontrado em abundância na região.

Após a morte de seu pai, toda a família precisou encontrar alguma atividade remunerativa, pois estavam endividados e não tinham condições para continuar residindo em Marrecas, uma vez que a casa em que moravam pertencia a um fornecedor de cana, para o qual seu pai trabalhava. Por este motivo, todos foram para a residência dos pais de sua mãe: ela e seus cinco irmãos foram morar com os avós em Campos dos Goytacazes. Nesse período, como Heloisa ainda era muito nova, oito anos de idade, ficou cuidando dos afazeres domésticos da casa. Ao completar doze anos de idade, começou a trabalhar fora, como empregada doméstica. Neste período, foi morar no município do Rio de Janeiro, onde encontrou um emprego por intermédio de uma conhecida. Permaneceu neste trabalho por cerca de dez anos.

Após passar este período no Rio de Janeiro, casou-se e foi morar em Araruama, município localizado na região dos lagos do estado fluminense, onde nasceu seu único filho, Roni do Espírito Santo, hoje com dezenove anos. Neste município, trabalhava junto com o seu então esposo, como caseiros em um sítio.

No ano de 1998, por intermédio de sua irmã, Creusa Maria de Almeida Caetano, tomou conhecimento do acampamento que estava sendo montado na região de Marrecas e decidiu aderir ao movimento, principalmente por sempre ter nutrido o sonho de ter *um pedaço de terra*. Este desejo estava aliado ao fato de o *acampamento* ser justamente na área em que nasceu e foi criada até à infância.

Ao lembrar o período de *acampamento*, Heloísa o descreve não como *invasão*, mas sim a possibilidade em conquistar um pedaço de terra e poder formar e manter sua família. Por isso, durante todo seu relato, deixa claro que desconhecia o M.S.T. e *não invadiu terra de ninguém*, apenas estava interessada em realizar seu grande sonho. Referenciada pelos

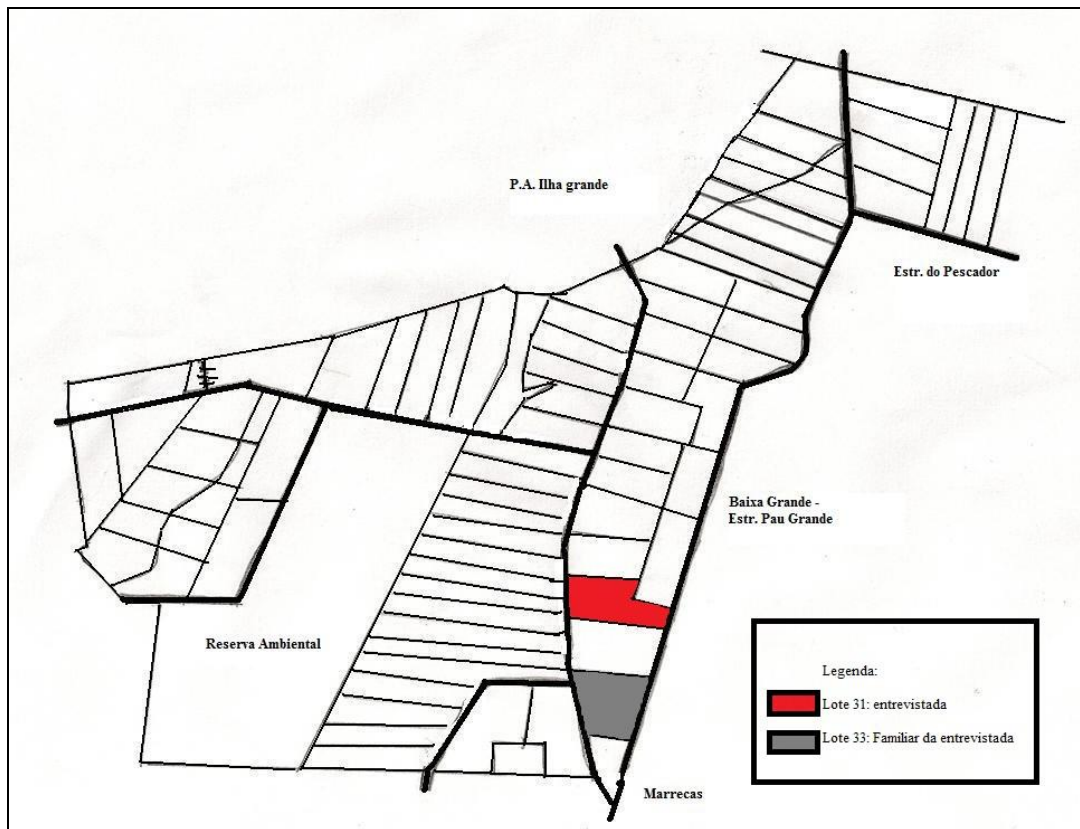
⁶¹ Foram realizadas entrevistas em dois momentos específicos: fevereiro de 2010 e junho de 2012. Além dessas duas entrevistas, também utilizei entrevistas realizadas pela doutoranda do PPGA Priscila Tavares dos Santos, que na ocasião, estava no assentamento realizando trabalho de campo para conclusão de sua dissertação de mestrado. Parte deste caso foi apresentado por mim e por Priscila Tavares dos Santos no IV Simpósio Sobre Reforma Agrária, organizado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural do Centro Universitário de Araraquara, no ano de 2010, no município de Araraquara (SP).

⁶² *Taboa (typha sp.)*. Capim alto dos brejos, forma massas uniformes nas lagoas, planta bastante rústica.

percalços ocorridos durante o *acampamento*, admite que este foi um período de muito sacrifício, de *muita raça*, como a própria entrevistada descreve o momento em que ficou *acampada*:

É muito difícil, é muito desgastante, para você viver debaixo de uma lona, com quatro metros quadrados, quando bate um vento joga a lona só Deus sabe aonde. Chuva, tempestade... Nós passamos uma vida muito difícil debaixo da barraca, muito difícil. Não só para mim, mas pra todos que estavam ali.

Após o momento de *acampamento*, finalmente conseguiu o seu *lote* (*lote 31*), onde atualmente reside com sua mãe e seu filho. Sua irmã, Creusa, também é *assentada* no *lote* de número 33. Creusa mora com os filhos, dois homens, todos casados e com filhos. Os dois além de ajudarem à mãe nos com afazeres agrícolas, trabalham no entorno do *assentamento* como pedreiros. No *lote* cultivam cana e coco que são comercializados. Para aumentarem a renda, criam animais de pequeno porte, como galinha, marreco, entre outros.



Mapa 13 – Localização de lote de antiga moradora de Marrecas e *assentada* (31) e de sua irmã, Creusa Maria de Almeida Caetano (33). Mapa organizado por Rodrigo Pennutt da Cruz, a partir de dados levantados ao longo do trabalho de campo.

O *lote* está localizado muito próximo à principal estrada que corta o *assentamento*, porém as condições do solo não são boas, pois, por ser de *areia*, esquenta muito durante o verão, o que dificulta a atividade agrícola. Por este motivo, já tentou uma série de plantios diferentes para testar o que melhor se adequava às condições, contudo não obteve sucesso.

Como forma de complementar o rendimento, uma vez que não consegue sobreviver apenas com o que retira do *lote*, produz *esteira de tabua*. Essa atividade é recorrente e tradicional na região de Marrecas, geralmente exercida pelas mulheres. Heloisa aprendeu a fazer as esteiras, ainda criança, com sua mãe⁶³.



Foto 6 – *Assentada* demonstra as etapas para o preparo da esteira de *tabua*. Fevereiro de 2010.

Além da produção de esteiras, a família também se dedica à criação de coelhos. Parte dos coelhos, ainda filhotes, é vendida para lojas especializadas em comércio de animais, localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes. Os animais que não são vendidos são utilizados como alimentos para a família.

Seu único filho, Rony, concluiu o ensino médio no ano de 2010 e tem perspectiva de tentar continuar os estudos. Seu desejo é iniciar graduação em Química. Por enquanto, trabalha no *lote* de sua mãe, onde recebeu um pedaço de terra para plantar algumas árvores frutíferas, como goiaba, jabuticaba, entre outras. O mesmo apoio recebido pelo filho, Heloisa tem por parte de sua mãe. Porém, dona Santana não pode trabalhar por conta da idade, mas *ajuda* na economia doméstica, pois é aposentada e contribui com as despesas da casa.

⁶³ A descrição completa do preparo da *esteira de tabua* consta no CAPÍTULO II desta dissertação.

A *ajuda* financeira da mãe é de extrema importância, os créditos que a família recebeu após a constituição do *assentamento*, não foram suficientes para arcar com todas as despesas, principalmente as voltadas para a construção da casa em que moram. Segundo a entrevistada, com o valor do crédito só foi possível pagar o material para a construção do telhado e do piso. Para o restante, precisaram retirar dos ganhos extras, como a venda dos coelhos e também das *esteiras*, bem como da aposentadoria da mãe. Mesmo assim, ainda não conseguiram terminar completamente a construção da casa.

Com relação ao crédito destinado à produção agrícola, a família só se beneficiou de parte do dinheiro, pois não estava disposta a correr o risco de novas dívidas. O dinheiro serviu para a compra de uma bomba d'água para irrigação da lavoura.

Essas dificuldades, somadas à falta de interesse por parte de seu filho em permanecer no *assentamento*, fazem com que Heloisa perca as expectativas de sua consolidação de *assentada* no curto prazo. Como considera, não encontra qualquer alternativa para solução dos problemas que enfrenta no *lote*, principalmente aqueles relacionados à produção agrícola.

Pela falta de perspectivas vislumbradas pela família, no ano de 2009, Heloísa voltou a estudar (EJA) para terminar o ensino médio. Esta foi a forma encontrada para tentar sair da agricultura e assegurar melhores condições de vida para ela, como também para seu filho e sua mãe.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Privilegiar os princípios de constituição de *assentados* do P.A. Che Guevara pela consideração de processos de diferenciação e produção de moralidades correspondeu ao objeto de estudo nessa dissertação. O tema me conduziu como também me foi imposto, porque explicitamente os *assentados* colocavam em questão a necessária compreensão das diversas classificações formuladas no campo de configuração da unidade político e administrativa – projeto de *assentamento*, em tese orientada e acordada para objetivos produtivos. As diferenças de condições familiares de existência e respectivas classificações, também marcadoras de construção de identidades; estão centradas em formas de hierarquização (SILVA, 2007), em que diferentes valores são ordenados para legitimar e deslegitimar a atuação de cada envolvido no processo.

Os princípios de construção de moralidades em ato ou interação estão orientados pelo valor que cada família atribui aos acúmulos em recursos materiais, honras e conhecimentos da vida social que norteiam as ações e projetam a diferenciação entre os denominados *antigos funcionários* da usina e os *sem-terra* ou *de fora*. Por um lado, os que já estavam estabelecidos na região, na condição de trabalhadores agrícolas, em especial os auto e hetero-reconhecidos *antigos funcionários* da usina, se sentem legitimados a *herdar* a área antes ocupada pela usina. Argumentam então a favor de si mesmos: os privilégios correspondem ao tempo de vida em que exerceram atividades na fazenda, mas também ao vínculo existente com o mundo local, diria, por outra forma de *assentamento* na história longa na região. Por outro lado, os *sem-terra* que buscam autorização para permanecerem no local, por serem os atores fundamentais da mudança social aí consolidada. Afinal, alegam eles, sem a intervenção do movimento social (M.S.T.) o *assentamento* não seria constituído.

É a *chegada do M.S.T.*, como todos qualificam, um agente externo, e a ação de liderança de muitos militantes viabilizadores do *acampamento*, novas autoridades locais, tal como se apresentavam, o fator considerado decisivo para construção pública do estranhamento de uns e da naturalização de outros, reforçando o pertencimento e a ancestralidade do direito à terra no sistema usina. Enfim, nas condições em que se enaltecem os *antigos trabalhadores* da usina. Esta forma de diferenciação, entretanto, não está referenciada apenas à consideração da condição de *antigo funcionário*. Ela se desdobra e é reforçada pelas formas encontradas para manutenção do *lote*, bem como da unidade familiar, modos de construção que muitas vezes perpassam os limites físicos do *assentamento*, obrigando muitos jovens a largarem os afazeres agrícolas em busca de novas alternativas.

O “tempo de acampamento” acarreta alguns transtornos, como salienta Martins (2003), pois há um “desenraizamento” entre os envolvidos. No caso analisado, o desenraizamento ocorreu tanto por parte dos *antigos trabalhadores* da usina, que perderam o vínculo empregatício com o Complexo Agroindustrial Baixa Grande, como também por parte dos *de fora*, que romperam, relativamente, com as relações existentes nos locais em que foram constituídos. As identidades postas em xeque na construção dos *assentados* e abordadas nesta dissertação, de certa forma, foram construídas ao longo de todo o processo de *acampamento*, mas reafirmadas e redimensionadas no decorrer do processo de constituição do *assentamento*.

Comungando com interpretações apresentadas por Wolf (1974), considero que o processo de diferenciação pode também estar relacionado às transformações externas ao contexto social em que os antigos trabalhadores do corte da cana da Região Açucareira de Campos estiveram e estão inseridos. Por isso mesmo, Wolf (1974) salienta que as mudanças nas condições camponesas de vida são também resultado de processos que aglutinam outros atores sociais e projeção de mudanças sociais abarcando espaços mais amplos. Todavia, as considerações de tais fatores não podem apagar a importância das dinâmicas locais. Representando um segmento do amplo movimento social dos trabalhadores sem-terra, os líderes que apostaram na passagem do *acampamento* ao *assentamento* reivindicam o reconhecimento do peso de sua presença. E os trabalhadores locais insistem em refutar tal peso, declinando procedimentos desviantes e alegando sistema de direitos que orientavam as condições de inserção e reprodução dos trabalhadores do sistema usina, condições que, como também demonstrou Neves (1997b) são qualificadas como herança ou contrapartida à resignada aceitação de constrangimentos e demonstração de fidelidade. Nesse quadro reflexivo, julgo importante não me afastar dos ensinamentos de Wolf, para não reduzir a interpretação ao que dizem e desdizem os *assentados* conforme posições diferenciadas por eles assumidas.

O mosaico de possibilidades existentes nas dinâmicas sociais que vão se configurando para constituição de *assentados* e *assentamento*, pelo menos no contexto dessa análise, nem sempre ou mesmo não pode estar centrado apenas na posse de terra, mas na manutenção dos meios de vida, na sociabilidade e nas formas de bem aventurança, tais como abundância, a solidariedade e a sabedoria, como nos descortinou CÂNDIDO ([1964] 2010). Estes princípios de vida também estão centrados na conservação das relações sociais existentes e que norteiam as ações dos envolvidos:

[...] a indissociação de terra para trabalhar e casa para morar, base do sossego, isto é, da supressão do risco do desenraizamento em consequência de vontades pessoais e fatores impessoais. Esse é um dos aspectos do conservadorismo de orientação do agir de acampados e assentados. De fato, a luta não é primariamente pela terra e sim luta contra a desagregação das relações sociais tradicionais, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência. (MARTINS, 2003: 61)

O que Martins denomina por “agir dos acampados”, como sendo norteador das ações, como esta possível ruptura com as relações sociais tradicionais, não estava presente no universo dos *antigos trabalhadores*. Afinal, a consequência da entrada do MST na região, caracterizada como fator de consolidação da situacional aplicação das projeções da reforma agrária, pode ser considerada como forma de desenraizamento com o Complexo Agroindustrial Baixa Grande: a “perda de um lugar de referência”, não só como constituinte das histórias pessoais, como também mantenedora da economia local. Afinal, eram esses elos que davam sentido não só para a concepção com foros de realidade sobre a constituição da região, como também para as relações sociais cotidianas até então vigentes.

O sentido da ação dado pelos atores sociais implica uma mudança da dimensão da intencionalidade. A ação, que pode ser qualificada como motivadora para a mudança social e, concomitantemente, para a diferenciação, é referenciada por elaborações de sentido, consciente ou não, mas sempre a partir da reflexão. Como sugere Crespi (1997):

[...] a realidade social aparece constituída por uma constante oscilação entre formas de estabilidade e exigência de mudança, sem que se possa individualizar um ponto fixo inicial, nem fazer referência a uma lógica evolutiva interna da dinâmica de transformação. (CRESPI, 1997: 34).

São essas ações que nutrem as construções identitárias e que, no caso analisado, vieram se fundamentando em polaridades alegorizadas entre os *antigos funcionários* e os *sem-terra*. Afinal, ao se pensar em construção de identidades, não se pode desconsiderar a pluralidade de sentidos que o termo carrega, como bem analisa Seyferth (2009):

A noção de identidade é complexa. Envolve múltiplas dimensões e sua concepção vem associada a teorias sobre socialização e referências sobre às experiências compartilhadas que informam comportamentos. De fato, a identidade social é plural, embora às vezes uma classificação étnica, por exemplo, se sobreponha às demais por causa de seu grau de visibilidade; mas nunca é, simplesmente, uma soma de *status* e papéis individuais. (SEYFERTH, 2009: 290).

De tal modo, o estudo do processo de diferenciação se associa ao das condições de construção relacional de identidades sociais (DUBAR, 2009). Assim, a aludida diferença é acentuada no contexto em que os *ex-funcionários* se percebem e investem para serem reconhecidos distintos dos *de fora*. Tais distinções indicam ainda processos de hierarquização,

mas também de mobilidade entre os segmentos sociais em causa. No caso estudado, refiro-me à possibilidade de um *de fora* compartilhar expectativas e criar alianças com um *antigo trabalhador*. Essa possibilidade ocorre, tal como demonstraram Leach ([1954] 1996) e DaMatta (1976), estudando processos de mudanças ou passagens de identidade, sem necessariamente significar conversões. Essas projeções são expressivas do processo social de diferenciação, visto que oposição ou reafirmação são ambos princípios de exercício dos que querem ou são levados a desejar ser portadores de tal ou qual identidade.

Por este texto, espero ter trazido alguma contribuição ao conhecimento sobre formas de construção de *assentados*, destacando alguns dos múltiplos fatores interferentes, de meandros sinuosos, mais ou menos contornáveis, de resultados relativamente pouco previsíveis, mesmo que todos devam corresponder, com maior ou menor proximidade, aos princípios de julgamento colocados em prática por funcionários do INCRA. Não sem razão estes são percebidos pelos *assentados* como fiscais e portadores de ameaças de punição e de questionamento das condições de inclusão no percurso que eles objetivam. Ser *assentado* é, portanto, saber gerir múltiplas vantagens e desvantagens relativas e assim alcançar um modo de constituição que está muito longe de ser avaliado como permanente. Investimentos são acumulados e desacumulados. Há saldos de perdas e ganhos, todavia culturalmente textualizados, como nos ensina Geertz (1999). Por esse motivo, procurei analisar fatores gerais, mas também percursos singulares, de modo a trazer luz ao que, errônea, mas comumente se costuma qualificar como sucessos e insucessos da reforma agrária, do *assentamento* e dos *assentados*.

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Silvia Lima de. **A caminho do campo: as relações entre Reforma Agrária e migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008.
- BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In.: **Revisitando o território Fluminense.** Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERGAMASCO, Sônia M^a. P. P; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In.: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 45-60.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativa de vida: a pesquisa e seus métodos.** Natal/São Paulo: EDUFRN/Paulus, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** Ed. Perspectiva: São Paulo, 1979.
- . **Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1987.
- . A unidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In.: **O Poder Simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989. pp.: 107-132.
- CANDIDO, Antônio. (1964). **Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 11^a ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: SILVA, José G.; STOLCKE, Vera (orgs.). **A questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHENATO, Vilson Cesar. **Grupos sociais rurais além das fronteiras: construções identitárias entre colonos e assentados no oeste paranaense.** Curitiba: CRV, 2011.
- CORDEIRO, Manuela Souza S. **Filhos da Reforma Agrária: terra, casa e lógicas de sucessão em Novo Horizonte.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.
- CRESPI, Franco. **Acontecimiento y Estructura. Por una teoría del cambio social.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

- CRUZ, Rodrigo Pennutt da. **Marreca de Ponta à Cabeça: estudo do processo de constituição do P.A. Che Guevara (Campos-RJ) a partir da diferenciação socioeconômica.** Trabalho de monografia apresentado à Coordenação do curso de Graduação de Ciências Sociais/Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.
- DAMATTA, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica. In.: **Revista Dados.** Rio de Janeiro, nº 13: 1976. 33-54.
- DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação.** São Paulo: EdUSP, 2009.
- ELIAS, Nobert.; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GOODY, Jacky. (1977). **A domesticação da mente selvagem.** Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2012.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo.** 2ª ed. Campos dos Goytacazes. RJ: Lidador, 1974.
- LEACH, Edmund. (1954). **Sistemas Políticos na Alta Birmânia.** São Paulo, EdUSP, 1995.
- LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde S. de [et. al] (coord). Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: NEAD; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- L'ESTOILE, Benoît de; PINHEIRO, Claudio. Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação de incerteza. In.: L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). **Ocupações de terras e transformações sociais.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. pp.: 64-105.
- LIMA, Graziela C. D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In.: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- MAIA, R. R. M. **A influência dos fatores endógenos e exógenos na alocação de recursos financeiros dos beneficiários da Reforma Agrária: um estudo de caso em Campos dos Goytacazes, RJ.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes. RJ, 2003.
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In.: ----- . **A Chegada do Estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- . **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais.** 2ª ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

- . **O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sergio [et. al.]. Os impactos dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In.: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In.: **Revista Ciências Sociais Hoje.** ANPOCS/Ed. Cortez, 1985. 220-41.
- . **Por Trás dos Verdes Canaviais.** Niterói: EdUFF, 1989.
- . Mudança Social: exorcizando fantasmas. In.: **Antropolítica.** Nº 1. Niterói: EdUFF, jan/jun 1995. 49-74.
- . **Os Fornecedores de Cana e o Estado Intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto de intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ).** Niterói: EdUFF, 1997a.
- . **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas.** Niterói: EdUFF, 1997b.
- . Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In.: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria A. de Moraes (orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** Vol. 1. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. pp.: 137-62.
- . Mediação social e mediadores políticos. In.: NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR, 2008. 21-44.
- PAES, Margot Wagner. **Desenvolvimento regional e reconversão produtiva: alternativa para a região de Campos dos Goytacazes.** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1999.
- PEDLOWSKI, Marco Antonio [et. al.]. Os limites da reforma agrária desassistida na região norte do estado do Rio de Janeiro: entre o descaso do Estado e a resistência dos assentados. Trabalho apresentado no GT 10 – Agricultura familiar e desenvolvimento rural e segurança alimentar. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Realizado em maio de 2007, Recife-PE. Disponível em: www.sbssociologia.com.br/portal/indez.php?option=com Acesso em 01/03/2013.

- PEIXOTO, Marcus (coordenador). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara**. Rio de Janeiro: INCRA/UFRRJ, 2001.
- PENNA, Camila. INCRA como ator-rede: um estudo das relações entre os servidores da SR-27. Trabalho apresentado no GT 10 – Quadros institucionais de políticas públicas: atores, projetos e princípios de pertencimento. **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais – Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflitos**. Realizado em Junho de 2012 em Belém-Pa.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In.: PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- SANTOS, Priscila Tavares dos. **A “luta com a terra” no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2011.
- SANTOS, Priscila Tavares dos; CRUZ, Rodrigo Pennutt da. Produção de esteiras de *tabua* entre os assentados no P.A. Che Guevara/Campos dos Goytacazes, RJ. Texto apresentado no **IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais – Assentamentos rurais: controvérsias e alternativas de desenvolvimento**. Araraquara. SP, 2010.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização europeia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC). In.: GODOI, Emilia P. de (et. al.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades**. Vol I. Coleção História Social do Campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 275-96.
- SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo de Carvalho. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco) 1960-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SILVA, Thadeu Thomaz da. A produção social da identidade e da diferenciação. In.: SILVA, Thadeu Thomaz da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuard Hall e Kathryn Woodward. 7ª ed. Editora Vozes: Petrópolis. RJ, 2007.
- WEBER, Florence. (1989). **Trabalho fora do trabalho. Uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- WOLF, Erick. La paysannerie et ses problèmes. In.: GODELIER, M. (Org). **L’Anthropologie Économique: un domaine contesté**. Paris: Mouton Éditeur, 1974.
- ZINGA, Miguel Raul Mazissa. **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiados da reforma agrária: um estudo de caso sobre construção de organizações de base no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ**. Trabalho de Monografia apresentado à Coordenação de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2002.

----- **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.** Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2004.

ANEXO I
DADOS ORGANIZADOS

ANEXO I
Dados organizados⁶⁴

Tabela 1 - Número de assentados por tempo de permanência no assentamento, segundo capacidade produtiva dos lotes

Variáveis	Tempo de assentado				
	0 a 5	6 a 10	11 a 15	Desde o início	Indet.
Total de agricultores	1	1	15	2	1
Produtos agrícolas - max.	6	3	9	6	0
Produtos agrícolas - min.	6	3	0	0	0
Criação de animais - max.	1	1	4	2	1
Criação de animais - min.	1	1	0	1	1

Fonte: Os dados apresentados foram coletados durante trabalho de campo realizado durante os meses de agosto de 2009 e fevereiro de 2010.

⁶⁴ Os dados apresentados foram coletados com ajuda da aluna/pesquisadora do PPGA/UFF Priscila Tavares dos Santos.

Tabela 2 - Produtos agrícolas produzidos por assentados, segundo tempo de permanência no assentamento

Tempo de permanência	Produtos agrícolas																	
	abóbora	aipim	banana	cana	coco	eucalipto	feijão	figo	goiaba	graviola	jiló	laranja	limão	manga	melão	milho	pinha	quiabo
0 a 5	1	1	1	1	1													
6 a 10				1	1	1												
11a 15	3	3	4	11	8		2	1	1	1	1	2	2	1		4	2	11
Desde o início		1	1	1	1										1			1
Indeterminado																		

Fonte: Os dados apresentados foram coletados durante trabalho de campo realizado durante os meses de agosto de 2009 e fevereiro de 2010.

Tabela 3 - Criação de animais por assentados, segundo tempo de permanência no assentamento

Tempo de permanência	Variedade de animais									
	boi	burro	cabrito	cavalo	gado	galinha	ganso	pato	peru	vaca
0 a 5					1					
6 a 10					1					
11a 15		1	1	3	9	5	1	1	1	3
Desde o início	1				1	1				
Indeterminado					1					

Fonte: Os dados apresentados foram coletados durante trabalho de campo realizado durante os meses de agosto de 2009 e fevereiro de 2010.

Tabela 4 – Produtos planejados para serem cultivados nos lotes, segundo época do plantio, tempo de colheita e rendimento por canteiros

Espécie	Época do plantio	Espaçamento (cm)		Colheita a partir de (meses)	Rendimento aproximando para canteiro de 1m2
		Entre linha	Entre planta		
Abóbora	Agosto a novembro	2,5 m	2,5 m	4	2 kg
Abobrinha	Agosto a março	1,5 m	1 m	2	1 kg
Acelga	Ano todo	30	30	3	2 Kg
Agrião	Ano todo	20	20	3	1,5 Kg
Aipim	Sem informação				
Alface	Ano todo	20	20	2	22 pés
Alho	Março	25	15	6	1 Kg
Almeirão	Ano todo	25	25	2	14 pés
Amendoim	Sem informação				
Batata doce	Sem informação				
Berinjela	Agosto a fevereiro	1,2 m	50 cm	4	1 kg
Beterraba	Ano todo	20	10	3	44 pés
Cebola	Fevereiro a abril	20	10	4	44 molhos
Cebolinha	Ano todo	15	15	2	1 molho

Cenoura	Ano todo	20	5	3	85 pés
Chicória	Ano todo	45	25	3	14 pés
Couve	Ano todo	40	40	2	1,5 molho
Couve flor	Outubro a junho	40	40	3	4 cabeças
Ervilha	Abril a junho	80 cm	30 cm	2	1,5 kg
Espinafre	Ano todo	40	30	2	5 molhos
Feijão vagem	Ano todo	1 m	50 cm	2	1,5 kg
Jiló	Agosto a fevereiro	1 m	50 cm	3	5 kg
Maxixe	Sem informação				
Melancia	Sem informação				
Melão	Sem informação				
Milho verde	Sem informação				
Mostarda	Ano todo	40	40	2	4 pés
Pepino	Agosto a abril	1 m	50 cm	2	20 frutos
Pimenta	Agosto a fevereiro	80 cm	40 cm	4	6 kg
Pimentão	Agosto a fevereiro	1 m	50 cm	3	30 frutos
Quiabo	Agosto a fevereiro	80 cm	20 cm	2	3 kg
Rabanete	Ano todo	20	5	1	85 pés

Repolho	Ano todo	50	50	4	4 pés
Rúcula	Março a julho	20	15	2	6 molhos
Salsa	Ano todo	15	15	2	12 molhos
Tomate	Ano todo	80 cm	40 cm	4	6 kg
Vagem	Sem informação				

Fonte: Os dados apresentados foram coletados durante trabalho de campo realizado durante os meses de agosto de 2009 e fevereiro de 2010.

ANEXO II

INVENTARIANDO O CAMPO TEMÁTICO

INVENTARIANDO O CAMPO TEMÁTICO

Introdução

O levantamento bibliográfico, após a popularização da *internet*, tornou-se uma tarefa que pode ser realizada sem que o pesquisador precise sair de sua própria casa. São diversos os *sites* especializados em divulgação bibliográfica, principalmente àqueles ligados às universidades públicas ou particulares. Estes *sites* são detentores de um estoque de conhecimento e, além disso, tornam de domínio público não só artigos, como resenhas, dissertações, teses, monografias, projetos, entre outros trabalhos realizados por pesquisadores vinculados, ou não, a algum programa de pós-graduação.

Este patrimônio produzido nos diversos programas de pós-graduação em todo o país, pode ser acessado pelo *Banco de Teses da CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior)⁶⁵. Neste banco, são agrupados trabalhos de alunos dos diversos programas de pós-graduação existentes no Brasil. A busca pode ser realizada indicando, por parte do interessado, as seguintes informações: a) nome do autor; b) assunto; c) instituição; d) nível/ano base. Após preenchimento de uma ou mais dessas informações, o sistema apresenta o resultado, indicando, como fonte do trabalho, outras informações, como: a) nome do autor; b) título do trabalho; c) número de páginas; d) nível; e) instituição; f) curso; g) orientador; h) biblioteca depositária; i) *email* do autor; j) palavras-chave; l) área do conhecimento; m) banca examinadora; n) linha de pesquisa; agência financiadora; o) idioma; p) resumo. Estas informações não são, obrigatoriamente, apresentadas, pois estas são preenchidas por funcionários dos diversos programas de pós-graduação.

Como o Banco de Teses é alimentado pelos próprios programas de pós-graduação, muitas vezes os trabalhos não são disponibilizados, por diversos motivos, de forma imediata. Existem trabalhos de alunos de alguns programas que não estão disponíveis no sistema. Além disso, é possível perceber que só nos últimos anos, a indexação de trabalhos tornou-se corrente, entretanto, ainda não contempla toda a produção acadêmica brasileira.

Outra ferramenta, também disponível pela *internet*, é a base *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*)⁶⁶, biblioteca eletrônica que disponibiliza, para *download*, diversos periódicos acadêmicos brasileiros. É uma página mantida, em parceria, com a

⁶⁵ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em 20/02/2012.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em 24/02/2012.

FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) e BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação de Ciências da Saúde), além de outros parceiros, como editores científicos e periódicos. Conta com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Estão disponíveis, para consulta e *download*, 297 revistas⁶⁷, das seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

O sistema de busca, disponibilizado pelo *site*, pode ser feito através do preenchimento de alguns campos, como: a) nome do periódico; b) assunto do periódico. Ou então, a) nome do autor do artigo; assunto do artigo; entre outras informações. Praticamente todos os artigos estão disponíveis no formato *pdf* (portable document format).

Como primeiro passo para levantamento bibliográfico, optei por utilizar o *Banco de Teses CAPES*. Mesmo, como já demonstrei, com todos os riscos, foi a melhor maneira que encontrei para conhecer parte de trabalhos acadêmicos produzidos no país. Como precisava refinar minha coleta, devido ao grande número de trabalhos disponíveis, elegi uma palavra-chave: *assentamento rural*. Também optei por fazer um recorte temporal, mesmo ciente dos riscos, concentrei a pesquisa no período entre 2006-2010. Este recorte foi imposto, de certa forma, pelo próprio sistema, pois 2010 é o ano limite de trabalhos disponíveis na base. Existem outros trabalhos anteriores ao ano de 2006, entretanto, pelo número de resumos que foi disponibilizado e o tempo que teria para analisa-los, tal recorte tornou-se o mais viável. Também concentrei análise em áreas próximas às ciências humanas, excluindo, com isso, tantas outras.

O mesmo foi feito na *Base Scielo*, entretanto, após utilizar a palavra-chave *assentamento rural*, constatei que o número de artigos era muito menor do que o apresentado pela Base CAPES. Então, decidi utilizar mais uma palavra-chave, desta vez tentei ampliar meu universo de pesquisa e passei a utilizar, além da primeira, o conceito *reforma agrária*. Com esta palavra o número de artigos aumentou significativamente. Assim pude realizar análise dos artigos de forma mais consistente.

Antes de expor os resultados obtidos após as buscas, ressalto que o objetivo deste anexo é demonstrar como realizei o levantamento bibliográfico. Geralmente, estes caminhos ficam obscuros, nos “bastidores” dos trabalhos. Porém, penso que o

⁶⁷ A Base Scielo, nos últimos anos, passou a contar com uma lista de livros publicados por editoras universitárias. Entretanto, o levantamento desses títulos não faz parte do objetivo deste anexo.

levantamento é parte fundamental de qualquer trabalho acadêmico e, por tanto, sinto necessidade em expor como realizei esta tarefa em duas fontes populares de pesquisa. Evidentemente, não apresento aqui, levantamento feito em bibliotecas e em sites de programas de pós-graduação.

I.1. Dissertações e teses cuja análise gira em torno de estudos de *assentamentos rurais*

Como primeiro passo para reconhecer o campo temático, concentrei o levantamento bibliográfico a partir do banco de teses e dissertações organizado pela CAPES. Neste banco de dados, é possível realizar busca pelo nome do autor, instituição, ano de defesa ou simplesmente palavra-chave. Como forma inicial, optei por uma palavra-chave, *assentamento rural*, pois este conceito atende minhas necessidades, *a priori*, e realizei um recorte temporal, assumindo, com isso, todos os riscos em não processar trabalhos anteriores. Decidi concentrar minhas buscas a partir do ano de 2006 até 2010 (último ano apresentado pelo *site*). Este recorte se deu após levantamento preliminar, em que percebi que o maior número de trabalhos estava concentrado nesses anos. Pelo sistema de busca, 385 trabalhos, entre teses, dissertações e profissionalizantes, foram apresentados nesses cinco anos. O quadro a seguir, detalha o ano de defesa do trabalho, bem como sua modalidade:

QUADRO 1
Ano de defesa e modalidade

ANO DE DEFESA	TESE	DISSERTAÇÃO	PROFISSIONALIZANTE	TOTAL
2006	7	54	2	63
2007	12	55	5	72
2008	12	70	---	82
2009	14	67	3	84
2010	10	67	7	84
TOTAL	55	313	17	385

Neste quadro estão englobados trabalhos de diversas áreas do conhecimento, tais como Ciências Exatas, Humanas, Saúde, Sociais Aplicadas. Para tentar refinar minha busca, como não tinha pretensão em utilizar todos esses trabalhos, agrupei todo o material coletado nas disciplinas afins a Antropologia. Desta forma, o número reduziu para 221 trabalhos, como pode ser observado na próxima tabela:

QUADRO 2
Curso e Modalidade do Trabalho⁶⁸

CURSO	TESE	DISSERTAÇÃO	PROFISSIONALIZANTE	TOTAL
Agroecologia e Desenvolvimento Rural		14		14
Antropologia		2		2
Avaliação de Políticas Públicas			1	1
Ciências Sociais		9		9
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade		5		5
Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional		2		2
Desenvolvimento e Meio Ambiente		8		8
Desenvolvimento Econômico	1	1		2
Desenvolvimento Regional		1		1
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente		8		8
Desenvolvimento Rural	3	5		8
Desenvolvimento Social		3		3
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	1			1
Direito	1	1		2
Economia		2	4	6
Educação	8	23		31
Educação Agrícola		6		6
Educação e Contemporaneidade		1		1
Educação Escolar		1		1
Educação, Cultura e Comunicação		1		1
Estudos de Cultura Contemporânea		1		1
Geografia	8	47		55
Gestão de Políticas Públicas			1	1
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento			1	1

⁶⁸ Os cursos selecionados pertencem às seguintes instituições de ensino: FGV/RJ; PUC/GO; PUC/SP; UCDB; UCSAL; UEL; UENF; UEPG; UERJ; UESC; UFAC; UFAM; UFBA; UFC; UFCJ; UFF; UFMA; UFMG; UFMT; UFPA; UFPB; UFPE; UFPel; UFPI; UFPR; UFRGS; UFRJ; UFRN; UFRRJ; UFS; UFSM; UFU; UFV; UMA; UnB; UNEB; UNESP; UNIARA; UNICAMP; UNIMONTES; UNIOEST; UNIR; UNIVALE; Universidade Anhanguera; Universidade Católica de Salvador; USCAR; USP. Optei por apresentar as instituições em ordem alfabética e não relacionadas aos cursos, pois não é o objetivo deste anexo identificar a origem de cada curso.

Local				
História	1	1		2
História Social	1	1		2
História, Poder e Práticas Sociais		1		1
História, Política e Bens Culturais			1	1
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional		1		1
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social		1		1
Políticas Públicas	2	5		7
Processos Socioeducativos e Práticas Escolares		1		1
Serviço Social	1	9		10
Sistemas de Produção Agrícola Familiar	1			1
Sociologia	6	16		22
Sociologia Política	1	1		2
TOTAL	35	178	8	221

Pelo levantamento, os cursos que mais se destacam, em termos numéricos são: Geografia: 55 dissertações e teses; em seguida Educação: 38 pesquisas e por fim Sociologia: 22 trabalhos. Antropologia, pelo sistema de busca, possui apenas, no período em que tomei como referência, duas dissertações, defendidas em universidades do estado de São Paulo e Pernambuco.

Ainda como forma em tentar aproximar esses trabalhos com os meus objetivos, refinei a busca, após ler todos os resumos e concentrei minha análise nos seguintes trabalhos:

- ALMEIDA, Rosivaldo P. de. **“Não estudou, fica na roça e vai pro cabo da enxada”**: sentidos e significados atribuídos à escola pelos trabalhadores rurais em Goiás. Universidade Federal de Goiás. 2009.
- ALVES, Flamarion D. **Os Impactos da Territorialização dos Assentamentos Rurais em Candiota-RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. 2006.
- AMÂNCIO, Christiane Oliveira da G. **O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco**: refletindo sobre a experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA. 2006.
- AQUINO, Sílvia L. de. **A Caminho do Campo**: as relações entre Reforma Agrária e migrações rural-urbano-rural. Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA. 2008.
- ARRUDA, Andréa F. **O Espaço Concebido e o Espaço Vivido da Morada Rural**: políticas públicas X modo de vida camponês. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2007.
- BARBOSA, Gilberto A. **Condições Socioeconômicas do Assentamento Rural Casa Verde, Nova Andradina – Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado. Universidade Anhanguera.
- BASTOS, Joscelina da S. **Questão Agrária e Assentamento Rural**: os desafios da política de Reforma Agrária no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2006.

- BEAL, Simone Gardin. **Pequena Produção Rural Familiar e o Selo Social:** assentamento “28 de Outubro” Campo Verde/MT. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso.
- BIANCHI FILHO, Luiz Carlos. **Gestão da Agricultura Familiar em Assentamento Rural no Município de Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul.** Monografia. Universidade Anhanguera. 2010.
- BOMBARDI, Larissa M. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária:** a lei de Revista Agrária em São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.
- BRANDÃO, Cândice Lisbôa. **Assentamentos Rurais e Licenciamento Ambiental em Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2006.
- BRINGEL, Fabiano de O. **Rumos, Trechos e Borocas:** trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2006.
- COIMBRA, Francine Heidrich. **Processos de Resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** cartografias do cotidiano de um assentamento de reforma agrária. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.
- COLEHO, José B. **Entre a Conquista e a Permanência na Terra:** formas de luta no Assentamento Mosquito no município de Goiás-GO. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2007.
- COSTA, Fernando Luis Martins. **Dinâmica Socioeconômica e a Juventude do Assentamento Florestan Fernandes.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. 2010.
- CRUZ, Nelson N. D. **A Reprodução do Lugar e o Desafio de Permanência nos Lotes da Reforma Agrária:** assentamento divisa-Ituiutaba-MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2008.
- CURJONI, Antônio Sérgio. **A Configuração do Êxodo Rural no Assentamento Rural Santa Rosa II – Abelardo Luz SC:** uma análise em construção. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.
- DINIZ JR. José A. **Religião e MST:** estudo dos Batistas da Congregação Monte Sião no Assentamento “Antônio Conselheiro II” na região do Pontal do Paranapanema. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. 2007.
- DULCETTI, Glauce L. G. **Assentamento Cachoeira Grande:** formas de sociabilidade. Monografia. Fundação Getúlio Vargas. 2006.
- DUQUE, Carla Verônica de Lima. **Agricultura Familiar:** desafios e perspectivas do Assentamento Dom Orione (Betim-MG, 1997-2010). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FERNANDES, Melquisedeque de Oliveira. **A Encruzilhada da Vida Política em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.
- FERNANDES, Natália R. **“Tem Dia que a Gente é Sem-Terra, tem dia que não Dá”:** as diferentes visões de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2008.
- FERREIRA, Gilmar de M. **Papéis Sociais e Diferenciais de Gênero no Assentamento José Antônio Eufrazino, Semi-Árido Paraibano.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. 2006.
- FURLANETO, Thiago Luiz Ragugnetti. **Produção de Alimentos para Autoconsumo e Geração de Renda em um Assentamento Rural de Organização Coletiva:** a experiência da COPAVI – Paraná. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. 2010.
- GASPARI, Luciane Cristine de. **Estratégias Familiares e Sustentabilidade Econômica em Assentamento Rural.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. 2010.
- GASTRAL, Marcelo L. **A Representação Social do Desenvolvimento Rural Sustentável Construída por Assentados:** o caso do Projeto Unai. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.
- GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. 2008.
- KURANAGA, Alcir Antônio. **Feiras do Produtor:** alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário de Araraquara. 2006.
- LOPES, Carlos E. Vitoriano. **Avaliação Sócio-econômica dos Sistemas de Produção em Assentamentos Rurais no Estado de Roraima:** o caso do Assentamento Rural PAD – Anauá. Profissionalizante. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.
- LOPES, Jecson Girão. **Assentamentos de Reforma Agrária.** A (re)construção da dignidade camponesa no Assentamento Cachoeira de Fogo em Independência – CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. 2009.

- LOPES, Rosa R. **A Relação Urbano-Rural no Contexto da Metr pole: um enfoque nos assentamentos rurais da RMN.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2008.
- LTEIF, Ana Paula Alves. **A Constru o Social da Agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, MG.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2008.
- MACHADO, Flávia Pereira. **Representa es do Mundo Rural: identidades em constru o em um espaço de conflitos (Campos Floridos – MG).** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.
- MACHADO, Luiz A. R. **Aspectos S cioeconômicos, caracteriza o e uso do solo em projeto de assentamento agrário no município de Araguaína.** Disserta o de Mestrado. Funda o Universidade Federal do Tocantins. 2008.
- MACHADO, Vítor Barletta. **Os Caminhos da Liberta o: valores presentes na luta pela terra.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009.
- MACIEL, Marluce Castro. **Tupanciretã: Deus passou por aqui.** Um estudo sobre as rela es entre os movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009.
- MAGRINI, Pedro Rosas. **Cruzando Fronteiras Invisíveis: desvendando rela es de g nero em um assentamento rural organizado pelo MST no sul de Minas Gerais.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal de Lavras. 2010.
- MARQUES, Francisco R. de S. **Juventude Rural e Assentamentos de Reforma Agrária: trajetórias e experiências coletivas.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. 2006.
- MARTÍNEZ, Álvaro F rnandez-Baldor. **Dinâmicas Sociais e Produtivas na Bocacosta de Guatemala: análise e perspectiva de desenvolvimento.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.
- MARTINS, Maíra. **Juventude e Reforma Agrária: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra, RJ.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA. 2008.
- MATOS, Marjleth P. de. **Diagnóstico Sócio-Econ mico da Produ o Agropecuária nos Assentamentos Rurais Lagoa Grande e Amparo no Município de Dourados, Mato Grosso do Sul.** Universidade Anhanguera. 2007
- MATTOS, Ely J. de. **Pobreza Rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacita es.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.
- MEDEIROS, Eduardo Luis Mathias. **Constru o de Identidade no Assentamento Dorcelina Folador – MT: diálogo da diferença.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. 2010.
- MELO, Alvira Ribeiro. **Contribui es do Pronaf: fortalecimento ou manuten o da submissão da agricultura camponesa em assentamentos de Reforma Agrária no alto Sertão Sergipano?** Disserta o de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. 2010.
- MORAES, Jorge L. A. de. **Dinâmicas Sócio-Econ micas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: os sistemas produtivos localizados (Spl) da região Vale do Rio Pardo – RS.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.
- MOREIRA, Cirdes N. **A Prática da Assistência Técnica e Extensão Rural Junto a Agricultores de Base Familiar no Contexto de Assentamentos de Reforma Agrária: um estudo analítico do caso Zona da Mata de Pernambuco.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2006.
- MURITIBA, Maria J. S. **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Territorializa o: produ o para espaços para trabalho e vida.** Itaet /Bahia. Disserta o de Mestrado. Universidade Católica de Salvador. 2008.
- NABARRO, Sérgio Aparecido. **Reforma Agrária de mercado nos Municípios de Londrina e Tamarana – PR.** Disserta o de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2010.
- NOGUEIRA, Luiz Cláudio A. **Agricultura Familiar e Capacita o Técnica: perspectiva para uma nova gera o.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009.
- OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **O Associativismo na Região do Pontal do Paranapanema – SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Pr. Prudente). 2010.
- OLIVEIRA, Augusto de Andrade. **Critérios de Avalia o e a Consolida o de Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil: a experiência do “Programa de Reforma Agrária – PAC”.** Tese de Doutorado apresentada   Universidade Federal do Rio grande do Sul. 2010.
- OLIVEIRA, Indira Duarte de. **Projeto de Assentamento Sama na (1987 – 2006): na contramão da Política de Reforma Agrária Brasileira.** Disserta o de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão. 2009.

- OLIVEIRA, Rosa de S. **Expectativas de Jovens que Vivem em Assentamentos**: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2006.
- PANTOJA, Rosiane Cristina Pimentel. **Ação Coletiva na Criação e Gestão do Projeto de Assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro, Belém-Pará**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2010.
- PEREIRA, José C. A. **À Procura de “Viver Bem”**: jovens rurais entre campo e cidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2007.
- PEREIRA, Mônica Cox de B. **Mediação de Conflitos Agrários e Ambientais**: um estudo sobre o Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.
- PIMENTA, Luis F. de. **O Projeto Territorial em São João da Aliança e a Reprodução Social dos Jovens do Assentamento Santa Maria**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2006.
- PINA, Ticiane Pentean. **Jovens do Assentamento Ribeirão Bonito**: entre a recusa da profissão de agricultor e a afirmação do modo de vida rural. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2010.
- PINTO, Mauro Sérgio V. **A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução Social do Agricultor Familiar no Projeto de Assentamento Rural Fazenda Pirituba II**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão Agrária Atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária de mercado (2003 – 2006). Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. 2008.
- RAMOS, Danilo P. **Nervos da Terra**: histórias de assombração e política entre os sem terra de Itapetininga-SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2006.
- REGO, Paula Renata Cairo do. **Educação de Jovens e Adultos em Assentamentos Rurais da Paraíba**: um novo campo de organização e participação? Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba/São João. 2010.
- ROSA, Joana dos Santos. **A Construção da Identidade de Três Gerações do MST**: Assentamento Rancho Grande – Goiás. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Federal de Goiás. 2009.
- SANTOS, Adilson Nascimento dos. **Assentamento Rural e Agricultura**: os acertos, os impasses e perspectivas no P.A. Corona, Ponta Porã (MS). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.
- SANTOS, Ana Caroline T. dos. **Juventude Rural e Permanência no Campo**: um estudo de caso sobre a juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri. Dissertação de Mestrado. 2009.
- SANTOS, Apolliane Xavier dos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**: um estudo sobre um assentamento e sua escola. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação. Universidade Federal de São João Del Rei. 2010.
- SANTOS, Carla Catarina dos. **Assentamento Itabaiana**: uma perspectiva de “emancipação” a partir da participação política. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. 2010.
- SANTOS, Vládir Júnio dos. **Políticas de Desenvolvimento e o Impacto do PRONAF na Estrutura Sócioprodutiva dos Assentamentos Rurais de Campos dos Goytacazes – RJ**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 2009.
- SCHENATO, Vilson César. **Para Além das Fronteiras**: as construções identitárias nas relações com os “outros”. (Um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no Oeste paranaense). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. 2010.
- SILVA, Antônio Carlos da. **O Assentamento Rural Carlos Lamarca em Itapetinga – SP**: organização e dinâmica territorial. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. 2009.
- SILVA, Antônio da. **Multidimensionalidade dos Assentamentos Rurais do Município de Teodoro Sampaio**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. 2008.
- SILVA, Berenice da. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2008.
- SILVA, Cláudia E. da. **Alternativas Sócio-Ambientais para a Gestão Comunitária no Assentamento do Tarumã-Mirim, Manaus-Am**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2006.
- SILVA, Ducilene Melo da. **Significados do PRONAF “A” Para famílias Beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 a 2002**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2008.
- SILVA, Leandro M. e. **Sociabilidades e Mudanças Sociais no Caso do Assentamento Novo Santo Inácio Ranchinho – MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2007.
- SILVA, Manoel Messias da. **“Agricultura Familiar em projetos de Assentamentos”**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia. 2009.

- SILVA, Maria do Carmo da. **A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar no Município de Caçapava do Sul-RS: um estudo de caso em cinco comunidades.** Tese de Doutorado. Universidade de Pelotas. 2010.
- SILVA, Osias Pereira da. **Avaliação dos Efeitos do Financiamento do PRONAF-A na Capacidade produtiva do Assentamento Banhos em Morada Nova – Ce.** Monografia. Universidade Federal do Ceará. 2010.
- SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **Percepção de Risco e Conflito Socioambiental: um estudo sobre a instalação de um aterro sanitário em área de assentamento rural em Igarassu, Pernambuco.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. 2010.
- SOARES, Maria da Graça de O. **Do Latifúndio à Reforma Agrária: a diversidade social na construção do território – o caso do Projeto de Assentamento Santa Alice – Herval/R.S.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. 2009.
- SOUZA, Gisele da Rocha. **“Conhecimento e Vida Camponesa”:** a formação de Engenheiros Agrônomos pelo PRONERA no Estado de Sergipe. Dissertação de Mestrado. Fundação Universidade Federal de Sergipe. 2009.
- SOUZA, Sérgio Pereira de. **Assentamentos Rurais e Novas Dinâmicas Socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP.** Dissertação de Mestrado. Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. 2007.
- SOUZA, Vanilde F. de. **Acampar, Assentar e organizar:** relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- STÜRMER, Nádia R. **O Mundo Rural em Transformação:** possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.
- TEIXEIRA, Igor. **Análise dos Processos de Diversificação Produtiva, Social e Organizacional no Assentamento trinta de Maio, Charqueadas-RS.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.
- TERRA, Ademir. **Reforma Agrária por Conveniência e/ou por Pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP. 2009.
- TOMAS, Robson Nogueira. **As Instituições Informais no Progresso de Planejamento Estratégico para Agricultura de Base Familiar.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2010.
- TORRES, Éricson da Nóbrega. **Espaço Agrário e Trabalho Assalariado na Zona da Mata Paraibana.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. 2009.
- TRABUCO, Gismalia Luiza P. **A Práxis Coletiva do MST e a Construção da Sociabilidade nos Assentamentos do MST na Chapada Diamantina – Bahia.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2008.
- VELENTI, Angélica Aparecida. **Educação e Consciência Política: um estudo de caso no Projeto de Assentamento Sadia Vale Verde, em Cáceres, Mato Grosso.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. 2010.
- VIEIRA, Luiz Carlos. **Os Jovens que Ficaram:** participação, inserção e permanência da juventude no Assentamento Vale da Vitória. Dissertação de Mestrado. Universidade Rural do Rio de Janeiro. 2009.
- VIEIRA, Mariney F. dos R. Dutra. **Assentamento São Domingos dos Olhos D’água em Morrinhos/GO: a luta para entrar e o desafio para permanecer na terra.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. 2010.

Após leitura dos resumos disponíveis no sistema de dados e, em alguns casos, leitura integral de alguns trabalhos, elenquei 15 temáticas recorrentes entre os textos:

QUADRO 3

Categorização de temáticas ou objetos analíticos pela busca “assentamento rural”

Educação	Condições socioeconômicas	Êxodo rural
Territorialização	Agricultura familiar	Religião
Reforma Agrária	Meio Ambiente	Gênero
Migração	Trajetórias de vida	Comercialização
Políticas Públicas	MST	Juventude

Estes objetos analíticos, apresentados pelos textos, me fizeram refletir sobre o meu próprio tema e estabelecer comparações entre o campo empírico em que realizo pesquisa e os campos apresentados por estes autores. A partir destes trabalhos, iniciei outro levantamento bibliográfico, desta vez referente a artigos indexados na base *Scielo*.

I.2. Artigos publicados cuja perspectiva analítica contempla estudos de assentamentos rurais e reforma agrária.

No esforço em tentar reconhecer o campo temático em questão, elaborei levantamento de artigos publicados em periódicos indexados na base *Scielo*. O levantamento realizado, *a priori*, tinha como finalidade, abarcar todas as áreas do conhecimento que lidam com questões agrárias, em especial *assentamento rural* e *reforma agrária*. Para realizar tal tarefa, elegi estas duas palavras-chave, sem distinguir a área do conhecimento. Desta forma, para o primeiro termo, o sistema apresentou as seguintes áreas: Ciências Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Já o segundo, apresentou universo um pouco menor: Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Entretanto, alguns artigos foram mencionados nas duas palavras-chave.

Pela ferramenta de busca da base, *assentamento rural* é questão para 30 artigos, publicados em diferentes revistas, como pode ser observado pelo quadro a seguir:

QUADRO 4

Relação de áreas do conhecimento, periódicos e número de artigos apresentados pela busca “assentamento rural”

Área de Conhecimento	Título das Revistas	Instituição	Nº de artigos
Ciências Agrárias	Acta Scientiarum. Agronomy	UEM	1
	Engenharia Agrícola	Associação Brasileira de Engenharia Agrícola	1
	Revista Árvore	Sociedade de Investigações Florestais	1
	Revista Brasileira de Ciência do Solo	Sociedade Brasileira de Ciência do Solo	2
	Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiente	Asociación Latinoamericana y del Caribe de Ingeniería Agrícola	2
Ciências da Saúde	Caderno de Saúde Pública	Fundação Oswaldo Cruz	1
	Ciência e Saúde Coletiva	Fundação Oswaldo Cruz	1
	Escola Anna Nery	UFRJ	1
	Revista de Saúde Pública	USP	2
	Revista da Escola de Enfermagem	USP	1
	Revista da Sociedade	Sociedade Brasileira de	2

	Brasileira de Medicina Tropical	Medicina Tropical	
	Revista de Nutrição	Sem informação	1
Ciências Humanas	Ambiente e Sociedade	Campinas	1
	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi	Museu Paraense Emílio Goldi	1
	Estudo de Psicologia (Natal)	UFRN	1
	Horizontes Antropológicos	UFRGS	1
	Interações (Campo Grande)	Universidade Católica Dom Bosco	1
	Psicologia e Sociedade	Associação Psicologia Social	1
	Psicologia Reflexão e Crítica	UFRGS	1
	Revista Brasileira de Educação	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	1
	Revista de Economia e Sociologia Rural	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural	1
	Saúde e Sociedade	USP	2
	Sociologias	UFRGS	2
Ciências Sociais Aplicadas	Revista de Administração Pública	USP	1
TOTAL	23	23	30

A área de Ciências Humanas tem 14 artigos publicados em 11 periódicos. Estas publicações, em sua maioria, pertencem a programas de pós-graduações vinculados a instituições federais de ensino. Apenas para ilustrar, cito *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), *Saúde e Sociedade* (USP) e *Sociologias* (UFRGS). Outras pertencem a associações ou sociedades de estudos, como a *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural) e *Revista Brasileira de Educação* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

O outro termo que utilizei para refinar meu levantamento foi *reforma agrária*. Este, como já esperava, reduziu o número de áreas de conhecimento, porém, aumentou a quantidade de artigos:

QUADRO 5

Relação de áreas do conhecimento, periódicos e número de artigos apresentados pela busca “Reforma agrária”

Área de Conhecimento	Título das Revistas	Instituição/ Cidade de edição	Nº de artigos
Ciências Agrárias	Ciência e Agrotecnologia	UFLA	1
	Revista Árvore	Sociedade de Investigações Florestais	1
	Revista Brasileira de Ciência do Solo	Sociedade Brasileira de Ciência do Solo/Campinas	1
Ciências Humanas	Ambiente & Sociedade	Campinas	2
	Boletim do Museu Paraense Emílio Goldi. Ciências Humanas	Museu Paraense Emílio Goldi/Belém	1
	Caderno CRH	UFBA/Salvador	2
	Estudo de Psicologia (Natal)	UFRN/Natal	1
	História	UNESP/ São Paulo	1
	Interações (Campo Grande)	Universidade Católica Dom Bosco/Campo Grande	2

	Lua Nova: Revista de Cultura e Política	Sem informação	1
	Mana – Estudo de Antropologia Humana	UFRJ/Rio de Janeiro	1
	Revista Brasileira de História	Associação Brasileira de História	2
	Revista de Economia e Sociologia Rural	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural	7
	Revista Estudos Feministas	Florianópolis	1
	Saúde e Sociedade	USP/São Paulo	1
	Serviço Social & Sociedade	Sem informação	2
	Sociedade e Natureza	UFU	1
	Sociologias	UFRGS/Porto Alegre	3
	Tempo Social	Sem informação	3
Ciências Sociais Aplicadas	Revista de Administração Pública	USP/São Paulo	1
	São Paulo Perspectiva	São Paulo	1
	Sociedade e Estado	UnB/Brasília	2
TOTAL	22	20	38

Novamente, os artigos elaborados por pesquisadores da área de Ciências Humanas são, em termos numéricos, maiores do que das demais áreas. No total, foram 30 artigos, em 16 revistas. Muitas destas revistas, apareceram na primeira relação do levantamento, outras não. daquelas que não constam na primeira listagem, cito à guisa de exemplo, *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, *Revista de Estudos Feministas*, entre outras.

Como minha pesquisa é referente à área de Ciências Humanas, agrupei os artigos apresentados pelo sistema, para facilitar minha análise. Desta forma, selecionei os seguintes artigos cuja temática abordada é *assentamento rural*, contudo, de forma arbitrária, excluí todos os trabalhos realizados por profissionais de psicologia, pois os estudos realizados por estes não contemplariam meus objetivos. Selecionei, por fim, 8 artigos, escritos e publicados em revistas de Ciências Sociais, Educação, Economia, História, Saúde Pública e Serviço Social.

Dentre esses artigos, de forma muito genérica, apresento as principais temáticas valorizadas pelos autores:

QUADRO 6

Categorização de temáticas ou objetos analíticos pela busca “assentamento rural”

Políticas de assentamento	Educação
Movimentos Sociais	Produção de cana-de-açúcar
Cultura urbana e meio urbano	Ambiente
Políticas de saúde pública	Impactos socioeconômicos e ambientais
Saber tradicional	Comercialização diferenciada

- CAVALCANTI, Bruno César e BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira.** *Horizontes Antropológicos* [online]. 2006, vol.12, n.25, pp. 217-235. Urbano
- DI PIERRO, Maria Clara and ANDRADE, Marcia Regina. **Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004.** *Revista Brasileira de Educação*. Ago 2009, vol.14, no.41, p.246-257. Educação
- FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta e BARONE, Luís Antonio. **"Parcerias" com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo.** *Sociologias*, 2011, vol.13, no.26, p.262-305. Conflitos

- LE TOURNEAU, François-Michel e BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental.** *Ambiente e Sociedade* [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 111-130. Políticas agrárias
- ROs, César Augusto da. **O movimento "vistoria zero" e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul.** *Sociologias*, Dez 2009, no.22, p.232-278. Patronato
- SANT'ANA, Antonio Lázaro e TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo **Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Set 2009, vol.47, no.3, p.615-636. Estratégias de produção e comercialização
- SOARES, Diego. **O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais.** *Saúde e Sociedade*. Dez 2006, vol.15, no.3, p.57-73. Políticas de saúde

O mesmo foi feito com o termo “*reforma agrária*”. Pela busca, 23 artigos foram apresentados. Destes, como anteriormente, mantive as revistas das disciplinas já citadas, com exceção de revistas das áreas de Saúde Pública, História, Educação e Serviço Social, pois não constam na relação. Desta forma, os artigos relacionados são de publicações das seguintes disciplinas: Ciências Sociais, Economia e História. É importante citar que alguns artigos são mencionados nas duas buscas.

Pelos artigos selecionados, agrupei, novamente correndo riscos, uma vez que um artigo por tratar de diversos assuntos, nas seguintes temáticas:

QUADRO 7

Categorização de temáticas ou objetos analíticos pela busca “Reforma agrária”

Políticas Públicas	Direito da mulher à terra
Sindicalização rural	Religião
Agricultura familiar	Meio ambiente
Movimentos sociais	Educação
MST	Direito

- ALMEIDA, Suênia Cibeli Ramos de; OLIVEIRA, Marcelo Nascimento e XAVIER, José Humberto Valadares. A descentralização da política nacional de ATER: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no nordeste mineiro – Brasil. *Sociedade e Natureza* [online]. 2010, vol. 22, n. 3, pp. 551-560.
- ALVES, Luiz Batista e BASTOS, Rogério Pereira. Sustentabilidade em Silvânia (GO): o caso dos assentamentos rurais São Sebastião da Garganta e João de Deus. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2011, vol. 49, n. 2, pp. 419-448.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de História* [online]. 2004, vol. 24, n. 47, pp. 303-326.
- COSTA, Rosângela Calado da e FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio – SP) e o projeto de conservação ambiental. *Ambiente e Sociedade* [online]. 2006, vol. 9, n. 1, pp. 127-148.
- CRUZ, Suenya Santos da. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. *Serviço Social e Sociedade* [online]. 2012, n. 110, pp. 241-269.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2004, vol. 12, n. 1, pp. 175-204.
- DIAS, Guilherme Leite da Silva. O Estado e o Agro em tempos de liberalização. *Revista Economia e Sociologia Rural*. [online]. 2006, vol. 44, n. 3, pp. 341-345.
- FEIJO, Ricardo Luis Chaves. O efeito do título de propriedade da terra na determinação da renda rural. *Revista Economia e Sociologia Rural*. [online]. 2010, vol. 48, n. 4, pp. 673-707.
- LEITE, Sérgio Pereira e ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *Revista Economia e Sociologia Rural*. [online]. 2007, vol. 45, n. 3, pp. 777-805.

- LINHARES, Elizabeth Ferreira. Escravos na roça, anjos na escola. *Tempo Social*. [online]. 2008, vol. 20, n. 1, pp. 95-117.
- MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana*. [online]. 2005, vol. 11, n. 2, pp. 473-497.
- MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social*. [online]. 2003, vol. 15, n. 2, pp. 141-175.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o possível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*. Out. 1999, vol. 11, n. 2, pp. 97-128.
- MELLO, Pulo Freire. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. *Caderno CRH*. [online]. 2008, vol. 21, n. 54, pp. 592-610.
- MONTE, Paulo Aguiar do e PEREIRA, Ana Elizabete da Silva. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. *Revista Economia e Sociologia Rural*. [online]. 2009, vol. 47, n. 4, pp. 1023-1040.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História* [online]. 1998, vol. 18, n. 35.
- NAASE, Karin Marita. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos de reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goldi. Ciências Humanas* [online]. 2010, vol. 5, n. 1, pp. 79-101.
- NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques e VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. [online]. 2012, n. 110, pp. 213-240.
- REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. *Lua Nova*. [online]. 2012, n. 86, pp. 89-122.
- ROSA, Marcelo C. Reforma agrária e land reform: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. *Caderno CRH*. [online]. 2012, vol. 25, n. 64, pp. 99-114.
- ROSA, Marcelo. Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares. *Sociologias*. [online]. 2008, n. 20, pp. 292-318.
- SILVA, Jeanne. Nos labirintos da lei: a retórica da reforma agrária no Estado Democrático de Direito – Brasil 1995/2006. *História*. [online]. 2009, vol. 28, n. 2, pp. 467-497.